

REVISTA DE

# PSYCOLOGIA

SAÚDE MENTAL E SEGURANÇA PÚBLICA

---

NÚMERO 3

JANEIRO/DEZEMBRO

2003

---

## ADMINISTRAÇÃO:

**Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG - CPP**

Rua Diabase, 320 - Prado - Belo Horizonte /MG

Tel.: (0xx31) 2123-9513

Fax: (0xx31) 2123-9512

CEP 30.410-440

E-mail: [cpp@pmmg.mg.gov.br](mailto:cpp@pmmg.mg.gov.br)

## **EXPEDIENTE**

### **Comandante-Geral**

Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos

### **CONSELHO EDITORIAL**

#### **Presidente:**

Cel PM Gilmar Simões de Lima

#### **Membros:**

Cel PM QOR Paulo Afonso de Miranda

Cap PM QOS Geralda Eloisa Gonçalves Nogueira

Cap PM QOS Maria Carmen de Castro Patrocínio

Cap PM QOS Elaine Maria do Carmo Zanola Dias de Souza

1º Ten PM QOS Marcelo Augusto Resende

1º Ten PM QOS Andréa de Las Casas Moreira

1º Ten PM QOS Paula Linhares de Andrade

2º Ten PM QOS Eliene Lima de Souza

#### **Revisor**

Professor Hugo de Moura

#### **Secretária:**

2º Ten PM Vilma Geralda Sette Orlandi

Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública - v. 1 -1999 -  
Belo Horizonte, Polícia Militar de Minas Gerais; Centro de Pesquisa e  
Pós-Graduação da PMMG, 1999 - n.º 3  
Publicação Anual.  
Publicação interrompida de 2000 a 2001.  
Ano 1, n.º 1 - especial, publicada pelo Centro de Estudos e Pesquisas;  
Ano 2, n.º 2 - publicada pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação.  
ISSN 1807-2585  
1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Saúde Mental. 4. Administração. I.  
Polícia Militar de Minas Gerais: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião do Comando da Polícia Militar de Minas Gerais.

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposições em contrário, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais e estrangeiras.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5-5</b>
A CARRERA POLICIAL-MILITAR :um a abordagem dos fatores determinantes da escolha.....	7-17
<i>Eliene Lima de Souza</i>	
<b>VIOLÊNCIA POLICIAL: Estudo de Caso da Instituição Polícia Militar de Minas Gerais ....</b>	<b>19-31</b>
<i>Maria Carmen de Castro Patrocínio</i>	
<b>VIOLÊNCIA POLICIAL .....</b>	<b>33-36</b>
<i>Ana Maria Fabrino Favato</i>	
<b>ESTRESSE ACUMULADO OU BURNOUT .....</b>	<b>37-42</b>
<i>Waldanne Ribeiro Bartholo</i>	
<b>IMPLICAÇÕES DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL NA QUALIDADE DE VIDA E ESTRESSE NO TRABALHO .....</b>	<b>43-52</b>
<i>Antônio Luiz Marques</i>	
<i>Lúcio Flávio Renault de Moraes</i>	
<i>Luciano Zille Pereira</i>	
<i>Fernanda Pinto Pereira</i>	
<i>Juliana Rodrigues Ferreira</i>	
<i>Lilian Vanessa Nicácio Gusmão</i>	
<i>Patrícia Cristina Paiva Portes</i>	
<i>Poliana Ferreira da Costa</i>	
<b>QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E ESTRESSE OCUPACIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>53-58</b>
<i>Lúcio Flávio Renault de Moraes</i>	
<i>Antônio Luiz Marques</i>	
<i>Patrícia Cristina Paiva Portes</i>	
<b>A INSTITUIÇÃO MILITAR E O LAÇO SOCIAL .....</b>	<b>59-63</b>
<i>Ana Maria Fabrino Favato</i>	
<b>AS SOCIEDADES DE CONTROLE .....</b>	<b>65-68</b>
<i>Warlley Alves Silva</i>	

**RECORTES DE INSALUBRIDADE NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS  
GERAIS ..... 69-75**

*Waldanne Ribeiro Bartholo*

**AGARRE - AGRUPAMENTO DE APOIO PARA RECUPERAÇÃO RECÍPROCA: uma  
alternativa de tratamento possível para os dependentes de álcool na PMMG ..... 77-81**

*Ana Cristina Alves de Souza*

**O PSICÓLOGO NA ESCOLA - PARA ALÉM DE UMA PSICOLOGIA  
ESCOLAR ..... 83-86**

*Maria de Fátima Andrade Chadid*

**REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO AO SOROPOSITIVO ..... 87-88**

*Fátima Sueli Carreira*

**A CONDUÇÃO DO PORTADOR DE SOFRIMENTO PSÍQUICO AO HOSPITAL EM  
SEUS MOMENTOS DE CRISE..... 89-94**

*Renata Pereira de Souza*

**NORMAS PARA PUBLICAÇÃO ..... 95-97**

## APRESENTAÇÃO

*O lançamento deste volume nº 3 da Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública coincide com um período de intensas mudanças nos paradigmas da política pública de segurança e das atividades policiais. A função dos policiais tem sido ampliada e eles precisam responder ao duplo imperativo da segurança e confiança públicas.*

*Caminhando juntos, as atividades dos psicólogos também se ampliam, respondendo à demanda do acompanhamento aos policiais. Ousamos dizer que os profissionais de Psicologia se encontram cada vez mais comprometidos com as mudanças pelas quais a instituição policial atravessa.*

*Os artigos que aqui apresentamos trazem a trajetória do amadurecimento da prática profissional dos psicólogos na PMMG. Estudos mais aprofundados, realizados em cursos de pós-graduação, retratam tanto os determinantes da escolha pela profissão policial, bem como o problema do uso abusivo da força.*

*Selecionamos também artigos que contribuem para melhor elucidar a instituição policial e seu papel na sociedade. Neste número, constam reflexões sobre a prática policial, o estresse ocupacional da função e as crises que daí podem advir, com recortes sobre a insalubridade e a qualidade de vida no trabalho dos policiais militares.*

*Em outros artigos, o treinamento e desenvolvimento desse recurso humano são contemplados tanto em suas variadas implicações, como na alternativa de tratamento para os dependentes de álcool. Por fim, alguns escritos nos remetem à prática específica do psicólogo em ambientes distintos, como a escola e a clínica de pacientes soropositivos e à função social assistencial que os policiais desempenham na condução de pacientes portadores de sofrimento psíquico.*

*Tal variedade de temas é apenas um recorte nas diversas atividades que o psicólogo participa dentro da PMMG. O trabalho que temos a responsabilidade de realizar é riquíssimo e temos em mente que seu reflexo será percebido pela sociedade, na forma do elemento humano - o policial- se apresentar mais preparado para cumprir sua missão junto às comunidades. Saúde mental é imprescindível para construirmos interações saudáveis e edificantes com a sociedade.*

*Finalmente, esperamos que os textos e as reflexões aqui expostos contribuam para maior investimento humano na Corporação, bem como para o processo de transformação do modelo tradicional de polícia, na almejada polícia cidadã.*

*O compromisso social da Psicologia se faz presente, e pode ser mostrado nas atividades dos psicólogos dentro da PMMG.*

**Conselho Editorial.**



# **A CARREIRA POLICIAL-MILITAR: Uma abordagem dos fatores determinantes da escolha\***

*Eliene Lima de Souza*

*2º Tenente Psicóloga da PMMG, Mestre em Psicologia pela UFMG*

## **1 INTRODUÇÃO**

A conduta do policial militar sempre foi alvo de observação de toda a população, em especial da mídia, devido a sua missão constitucional de mantenedora da ordem pública. Sendo assim, agregados à sua figura estão vários adjetivos que contribuem para a formação de sua imagem como alguém cujo erro é inaceitável, chegando-se até mesmo a esperar do policial que ele seja capaz de responder aos chamados da sociedade com total domínio de suas emoções. Quando esse ideal é rompido e o policial age como um ser humano comum, mais um cidadão da sociedade civil, surgem as manchetes de jornal condenando suas falhas. Não raro nos deparamos com denúncias de policiais corruptos, arbitrários, e muitas vezes violentos que, a despeito da autoridade que lhes é conferida, inclusive possibilitando-lhes legalmente usar a força física necessária para garantir a manutenção da ordem pública, praticam a violência ilícita contra os cidadãos - aqueles mesmos cidadãos que neles confiam para proporcionar-lhes segurança.

Motivado por estes dois extremos - de um lado a necessidade social de controle, de outro a possibilidade do exercício deste controle através de meios ilícitos - é que surgiu esta pesquisa sobre a carreira policial-militar, com a finalidade de estudar o significado de ser um policial na concepção de quem faz esta escolha profissional. A proposta foi embasada na investigação da imagem que a sociedade tem da PMMG, sob o ponto de vista dos sujeitos entrevistados, bem como as expectativas pessoais sobre a carreira que eles traziam consigo, construídas socialmente, quando optaram por ser policiais militares. Naturalmente, não negamos a interferência dos processos organizacionais na construção do papel social de policial. Contudo, partimos da premissa de que a opção pessoal pela carreira policial-militar se faz a partir da imagem que a instituição constrói internamente e reflete socialmente através de sua atuação, associada a componentes advindos da história pessoal do indivíduo.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as razões que levaram os cadetes do Curso de Formação de Oficiais - CFO - da Polícia Militar de Minas Gerais, a escolherem esta carreira. Como objetivos específicos, o que se pretendeu foi identificar, no discurso dos policiais pesquisados, indicadores da imagem que a Polícia Militar ostenta perante a sociedade; analisar os papéis sociais derivados dessa imagem, com os quais os policiais se identificaram no momento da escolha profissional; inferir as razões que levaram os indivíduos a escolherem a carreira de policial militar. Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caso acerca da inclusão dos cadetes ex-civis do primeiro ano do CFO, no ano de 2001 (CFO-1/01)<sup>1</sup>, os quais representam o universo desta pesquisa. O instrumento de análise de dados foi o grupo focal, conforme veremos a seguir, ao apresentarmos a metodologia utilizada, e a sua interpretação foi feita mediante análise de conteúdo. O marco teórico foi a Teoria de Papéis segundo a abordagem de Ervin Goffmann, Peter Berger e Thomas Luckman. Alguns aspectos mais relevantes dos dados obtidos serão apresentados neste artigo.

---

\* Resumo de dissertação, cuja cópia encontra-se disponível na biblioteca da APM.

<sup>1</sup> O Curso de Formação de Oficiais tem duração de 3 anos, durante os quais o indivíduo recém-incluído na organização recebe treinamento específico que o habilita ao exercício do papel de oficial da PMMG. O acesso a essa formação se dá mediante concurso público no qual podem se inscrever tanto os policiais que já pertençam à Corporação, com vistas à ascensão na carreira, quanto os civis. Como alunos do CFO, recebem a denominação de “cadetes”.

## 2 APRESENTANDO A METODOLOGIA UTILIZADA

A abordagem dos fatores determinantes da escolha da carreira policial-militar, conforme já citamos na introdução deste artigo, se deu a partir de estudo de caso sobre o CFO-1/01. Como nos esclarece Becker, através do estudo de caso é possível adquirir conhecimentos sobre determinado evento, baseado na exploração intensa de um único caso, além de possibilitar “desenvolver declarações teóricas” a respeito do tema escolhido (Becker, 1994).

Além do olhar incisivo sobre o grupo de cadetes que ingressaram na PMMG em 2001, este estudo de caso nos proporcionou oportunidade para contribuir com a produção teórica sobre o tema “polícia militar”, o qual ainda é bastante carente de pesquisa científica. Há que se ressaltar, ainda, que o estudo de caso nos permite formular generalizações dentro do fenômeno estudado - e isso foi feito nessa situação em particular - porém não se perdendo de vista o fato de que cada caso é um caso. O método de coleta de dados foi o grupo focal, que será melhor detalhado oportunamente.

Ao analisar as razões que levaram esses cadetes da Polícia Militar a escolher esta carreira, não devemos desconsiderar a força que a doutrina institucional exerce sobre eles, a partir de seu ingresso na corporação, e sobretudo durante o curso de formação. Portanto, optamos por trabalhar apenas com os cadetes que ingressaram no CFO ainda civis, lembrando que esse ingresso se dá através de concurso público no qual podem também se inscrever aqueles que já são praças na corporação. O motivo para a utilização apenas desta categoria de alunos foi a crença na isenção, que ainda guardavam, da cultura organizacional que, de alguma maneira, passa a exercer forte influência no indivíduo, muitas vezes podendo até distanciá-lo um pouco de seus objetivos e expectativas iniciais quanto à carreira. Também por esse motivo a pesquisa foi iniciada quando os cadetes possuíam apenas três meses de Academia.

Um primeiro dado, que muito nos chamou a atenção nesse grupo, refere-se ao número de jovens que se interessam pelo concurso. Acompanhando o QUADRO 1, teremos uma visão mais clara do número de candidatos que se inscreveram ao CFO no ano de 2000, para iniciar o curso em 2001.

**QUADRO 1**  
**CANDIDATOS INSCRITOS PARA O CFO/01**  
**ANO 2001**

CURSOS	Policiais Masculinos			Policiais Femininos		
	Nº VAGAS	INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA	Nº VAGAS	INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
CFO/PM	54	10.868	201,28	06	3.792	632
CFO/BM	27	3.806	140,96	03	677	225,67
TOTAL	81	14.674		09	4.469	

Fonte: Centro de Recrutamento e Seleção da PMMG – CRS/PMMG.

O número total de inscritos para o CFO/PM, entre candidatos femininos e masculinos, foi 19.143. Como podemos perceber, a relação candidato/vaga por si só já nos induz a questionamentos, sobretudo quando comparado a este mesmo índice no vestibular da UFMG, em cursos de maior concorrência, no mesmo ano de referência.

**QUADRO 2**  
**RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA EM VESTIBULARES**  
**ANO 2000**

<b>CURSOS</b>	<b>Nº VAGAS</b>	<b>RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA</b>
CFO/PM	60	244,33
MEDICINA	320	38,92
COMUNICAÇÃO	100	32,41
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	80	29,86
FONOAUDIOLOGIA	50	31,56

Fonte: CRS e Manual do candidato ao vestibular da UFMG em 2002.

Apesar de haver, inicialmente, 60 vagas para o CFO-1/01, foram matriculados 76 alunos, 16 (dezesesseis) tendo sido incluídos em cumprimento a mandados judiciais por haverem questionado algum resultado de exames aos quais foram submetidos no processo seletivo. Para a composição do universo pesquisado, o qual, conforme já foi esclarecido, contemplava os alunos que ingressaram civis no CFO, apresentou-se, inicialmente, um total de 60 cadetes, dentre eles 14 possuindo mandado judicial.

Alguns dados que caracterizaram esse grupo são significativos, tais como grau de instrução e parentesco com militares, devendo ser esclarecido que a escolaridade exigida para ingresso na carreira é o 2º grau completo. A faixa etária também é um dado interessante a ser considerado, haja vista que houve grande variação neste aspecto. Recorremos, mais uma vez, à visualização por quadros, representando os aspectos acima citados, separadamente.

**QUADRO 3**  
**GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CADETES DO CFO-1**  
**ANO 2001**

<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>Nº DE CANDIDATOS</b>	<b>%</b>
2º GRAU	47	78,3
3º GRAU INCOMPLETO	10	16,7
3º GRAU COMPLETO	03	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário respondido pelos cadetes.

Infere-se, desse quadro, que a grande maioria dos componentes do grupo (78,3%) tem o ensino médio completo, sendo que os demais já estão com o ensino superior em curso ou completo.

**QUADRO 4**  
**PARENTESCO COM MILITARES ENTRE OS CADETES DO CFO-1**  
**ANO 2001**

PARENTESCO	Nº DE CANDIDATOS	%
SIM	25	41,6
NÃO	35	58,4
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário respondido pelos cadetes.

Verifica-se que um número significativo de componentes do grupo tem parentesco com militares, o que, de certa forma, oferece-lhes aos mesmos uma imagem da Polícia Militar que exerce papel significativo sobre sua escolha.

**QUADRO 5**  
**FAIXA ETÁRIA DOS CADETES DO CFO-1**  
**ANO 2001**

FAIXA ETÁRIA	Nº DE CANDIDATOS	%
18	11	18,3
19 a 21	33	55,0
22 a 25	13	21,7
Acima de 25	03	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário respondido pelos cadetes.

Como se pode verificar, mais da metade (55%) da amostra tem entre 19 e 21 anos, fator que os aproxima e que irá influenciar uma visão de mundo própria de seu tempo.

A coleta de dados ocorreu a partir da realização de Grupo Focal, uma técnica de investigação qualitativa que vem sendo freqüentemente usada nas Ciências Sociais. Sendo bastante indicado quando se deseja estudar as atitudes e o comportamento de uma pessoa sobre determinado objeto ou situação específicos, o Grupo Focal se fundamenta na interação que se processa entre os sujeitos de pesquisa. Segundo Merton, “*os grupos focais facilitam os entrevistados a expressar seus próprios centros de atenção e de suas próprias reações aos conceitos que são importantes para eles*” (Merton, 1965, citado por Roso, 1997).

O clima de espontaneidade que se estabelece nesse método é um diferencial importantíssimo, sobretudo quando nos dispomos a pesquisar organizações de estrutura rígida, como é o caso da PM. O que se propõe aos participantes é uma discussão, monitorada por algumas questões que o moderador irá lançando gradativamente, de forma que todos possam expor seus pontos de vista sobre o tema oferecido. Alguns procedimentos, como um bom rapport e até mesmo um pequeno espaço para lanche com os participantes, são fundamentais para que se estabeleça um clima de trabalho favorável. Para a pesquisa em análise, a realização dos grupos focais se deu após o expediente escolar dos cadetes. Com vistas a já iniciar uma

interação grupal, e até mesmo para proporcionar-lhes um relaxamento da atividade diária, o lanche ocorria sempre antes do início dos trabalhos.

Também a necessidade de gravação das discussões teve que ser negociada com eles, justificando-se pela impossibilidade de outra forma de registro do que seria dito nos grupos. Em nenhum dos grupos realizados houve oposição a esse procedimento, apesar de alguns se certificarem quanto a quem iria ouvir a fita. Como já foi dito, o universo pesquisado contemplava 60 cadetes. Entretanto, em virtude de dispensas por motivo de saúde ou empenho em serviço interno, os trabalhos nos Grupos Focais realizaram-se com 44 cadetes.

Um critério primordial dessa técnica é a necessidade de homogeneidade de características entre os componentes do grupo. Traços tais como classe social, idade, nível de experiência, estado civil e sexo, devem ser equiparados sob pena de comprometer a validade dos dados colhidos. Entre os cadetes, de antemão, já se obedecia bastante a esse critério, tendo-se em vista que, em grande medida, os pré-requisitos para inscrição no concurso nos possibilitava essa homogeneidade. Restava-nos adequar os grupos no que dizia respeito à variável sexo, já que o número de cadetes femininos é bastante reduzido, havendo apenas 6 que ingressaram civis na turma. Foram compostos, então, 5 grupos com aproximadamente 10 cadetes cada um, as policiais sendo distribuídas entre eles. Dois desses grupos foram compostos exclusivamente por aqueles que possuíam algum parentesco com militares, a fim de que se observasse este outro critério de homogeneidade; os demais sendo distribuídos entre os três restantes.

Os cadetes foram concitados a discutir oito questões que envolviam desde a motivação deles para a profissão até a relação que viam entre polícia e poder, justiça e democracia, passando também pelo que entendem ser o papel que irão executar após o término do curso.

O material colhido nos encontros com os grupos representa o produto do discurso verbal e até mesmo não verbal dos participantes. Esse produto, lido até a saturação, foi selecionado e classificado em nove categorias:

1. significado de ser policial militar;
2. significado de ser oficial;
3. representação da Polícia Militar em Minas Gerais;
4. percepção da Polícia antes e depois do ingresso;
5. uso da força física pelo PM;
6. relação entre Polícia e Poder;
7. relação entre Polícia e Democracia;
8. relação entre Polícia e Justiça;
9. motivo da opção pela carreira policial-militar.

A interpretação foi feita através da análise de conteúdo das respostas, tendo ocorrido em duas fases: na primeira, uma análise por grupo, buscando-se a descrição e a interpretação de cada um dos grupos; na segunda, uma análise intergrupal, na qual todas as respostas de todos os grupos focais foram consideradas no conjunto.

### **3 ANALISANDO A PERCEPÇÃO DE PM, SOCIALMENTE CONSTRUÍDA**

O conceito de percepção pode ser entendido como um processo através do qual buscamos compreender e conhecer os outros, sendo, portanto, um fator preponderante na formação das atitudes. Sua referência, neste estudo, ocorreu a partir do nosso interesse em investigar a atitude das pessoas face à PMMG: não só a atitude dos cadetes participantes, mas também da sociedade como um todo, aqui retratada na fala desses sujeitos de pesquisa.

A busca de informações, junto aos cadetes, sobre a forma como viam a PMMG antes do ingresso, e como a viam agora, quando já eram pertencentes à corporação, nos levou a ter uma noção da concepção deles de PM, bem como das influências que sofreram no processo de construção desse conceito. Algumas falas podem ser citadas, exemplificando esta imagem construída.

S3/1: “chegava um bando de policiais e me mandava botar a mão na parede, começava a revistar minha carteira e cheirar minha mão... assim... eu ficava incomodado (...), eu via, assim... um mal necessário. Eu ficava ofendido com a ação da polícia; hoje em dia eu sei que é preciso.”

S1/4: “eu tinha uma imagem de polícia, polícia mesmo, assim... repressora; é esse contato com a televisão, com as coisas que acontecem. (...) Eu não sabia a formação como é que era, não tinha noção da responsabilidade que... não sabia direito o que é ser polícia (...), eu via meu pai indo trabalhar, chegar tranquilo em casa, ia em casa direto durante o turno de serviço (...). ele me influenciou bastante a entrar pra polícia (...). Eu achava que eu ia ser igual meu pai.”

Vislumbramos, portanto, uma mudança na percepção deles quanto ao papel da polícia, e a fala de S1/4 nos remete aos conceitos de interiorização, socialização primária e secundária, presentes na obra de Berger sobre a construção social da realidade.

A vida cotidiana só faz sentido a partir da “interiorização” de conceitos, ou seja, a partir do momento em que compreendemos os significados dos fatos sociais e passamos a assumir esses conceitos como nossos também. Nesse ato de assumir os significados sociais, passamos, então, a absorver os papéis e atitudes dos outros. Atitudes estas, que já estão alicerçadas no próprio processo de interiorização e na história de vida desses “outros”. Com relação à PMMG, a imagem que a mídia divulga, a opinião de determinados grupos, bem como a opinião dos próprios familiares pertencentes a organizações militares, são fatores preponderantes na formação da atitude dos candidatos à inclusão.

A interiorização é parte fundamental da socialização, que ocorre em dois níveis: a primária e a secundária. Na socialização primária, a criança é levada a uma identificação com os valores e comportamentos dos pais ou os responsáveis por sua educação, sobretudo pelo aspecto emocional que reside nesta relação e que é de fundamental importância na identificação. Já na socialização secundária, a criança é levada a abstrair deste mundo particular para o mundo socialmente partilhado, sendo este o momento em que ela percebe que aquilo que correspondia apenas à realidade restrita de seus entes queridos, na verdade faz parte de um universo muito maior.

A partir da socialização secundária é que desenvolvemos, por exemplo, o conhecimento daquilo que a sociedade classifica como “controle social”. Berger, em sua obra intitulada “Perspectivas sociológicas”, define controle social como “vários meios usados por uma sociedade para ‘enquadrar’ seus membros socialmente recalitrantes”. Cita como métodos mais comuns para realizar esse “enquadramento”, a pressão econômica, a persuasão, o ridículo, a difamação, o opróbrio, a moralidade, os costumes e convenções, além das regras impostas formal ou informalmente pela ocupação profissional escolhida e as imposições da vida privada, tais como a reprovação, a perda de prestígio, ou o desprezo vindos da família ou dos amigos. Entretanto, cita a violência física como o “meio supremo e mais antigo” de controle social, acrescentando que “nenhum Estado pode existir sem uma formação policial ou seu equivalente em poderio armado”. Vemos, então, que o termo “polícia” é usado como um recurso social para controle de comportamentos, e que sua referência se faz acompanhada do adjetivo “violência física”.

Através da pesquisa realizada, foi possível observar que a PMMG ainda é vista sob o signo da repressão e, desse modo, associada ao Exército Brasileiro em sua forma de atuação. As falas acima reproduzidas também exemplificam essa afirmação. Entretanto, apesar dessa imagem negativa, vários jovens ainda optam por ser policiais militares, chegando a enfrentar um vestibular bastante concorrido - 249 candidatos por vaga no ano da pesquisa em questão - além de se submeterem a uma bateria de exames físicos e teste psicológico. Quais são, então, os impactos da imagem da PMMG sobre aqueles que almejam entrar para a corporação? Analisando as falas dos cadetes, percebemos o quanto essa questão está diretamente vinculada ao poder. A referência que fazem aos símbolos: arma, farda, carteira de polícia, nos levam a inferir serem esses os estímulos, oriundos da PM, que lhes chamaram a atenção, e com os quais se identificaram ao

escolherem a profissão. Não podemos negar, contudo, tratar-se de um poder legítimo, assegurado por lei, conforme se pode ler na própria Constituição Federal/88 em seu Art. 144. V, § 5º:

a segurança pública é um “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, devendo ser exercida para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, Constituição da República, 1994).

Essa imagem de poder também se manifesta na fala dos pesquisados através da possibilidade de uso da força física pelo policial militar. Embora existam mecanismos legais que regulem e tentem limitar esse recurso de controle social apenas às situações estritamente necessárias, e na medida exigida para o cumprimento do dever de assegurar a segurança pública aos cidadãos, sabemos que se trata de uma questão bastante subjetiva. Na prática, é o próprio policial, passível de todas as emoções e fragilidades próprias a qualquer ser humano, quem estabelecerá a medida razoável do uso dessa força.

Boa parte dos entrevistados, quando solicitados a se posicionar quanto a esse tema, relatou a imposição legal de só usar a força quando necessária. Contudo, não deixam de denunciar a inoperância da justiça que acaba anulando todo o trabalho da PM quanto à prisão de infratores, muitas vezes restando a violência física contra o infrator como única resposta que ele, como mantenedor da ordem pública, pode dar à sociedade.

O poder da polícia também é apontado em outras falas, e por outras vertentes que não o da força física. Citam, por exemplo, o poder que têm de consertar o que está errado na sociedade, manipular e intervir na vida das pessoas através da repressão da desordem. Demonstram, nesses posicionamentos, o sentimento de superioridade que a sociedade, e até mesmo o Estado, despertam no policial.

Uma outra percepção de policial militar, socialmente construída, manifestada pelos cadetes, é a do estigma a que estão sujeitos. Falas, como: “não deu para mais nada, vai para a polícia”, ainda são uma realidade no meio civil, apesar dos esforços da Corporação em demonstrar o contrário e da constatação, junto ao grupo pesquisado, do número considerável de cadetes que já possuíam o 3º grau, estavam cursando ou tinham sido aprovados no vestibular de várias faculdades simultaneamente ao CFO. Do ponto de vista social, a fala abaixo retrata as dificuldades enfrentadas por um jovem policial militar ao tentar viver experiências próprias de sua idade:

“(...) cê sai na rua aí, à noite, pede pra conhecer alguma menina aí e tal. Aí ela pergunta: o quê cê faz? O quê? Cê é gambê? Sai fora... sai fora!”

A primeira coisa que a mulher faz quando você fala que é polícia é dar um passo pra trás.”

Podemos perceber, então, que ao mesmo tempo que esses atores sociais podem usufruir dos privilégios emanados do poder, passam a se haver com o ônus de comporem uma organização estigmatizada, sobretudo por representar o Estado em sua função de garantir a ordem. Diante da escolha da PM como profissão, esses jovens despertam no imaginário de seus observadores aquilo que acreditam ser a identidade real deles, aquilo que prevalece no cenário em que vivemos. Privando-se de conhecer a verdadeira identidade escondida por detrás daqueles símbolos, esses observadores, todavia, não estão sendo injustos. Este é o modo como se entende, ainda hoje, ser o papel social do policial militar em nosso meio. E aqueles que entraram para a carreira sem se atentarem para isso, o descobriram tão logo passaram a fazer parte da corporação.

## 4 O PAPEL SOCIAL DO POLICIAL MILITAR

Um dos objetivos desta pesquisa era verificar quais os aspectos da imagem da PMMG que sugerem aos indivíduos os papéis sociais com os quais estão se identificando no momento da escolha profissional. Investigou-se, portanto, qual o papel social representado pelo policial em nossa sociedade, na visão dos entrevistados, partindo-se, inicialmente, do conceito de status, dada sua estreita vinculação com os papéis sociais.

Segundo Gusmão (1973), status são situações sociais que têm como consequência os papéis e funções sociais. Chama-nos a atenção para a existência do status adquirido e do status atribuído, este último

sendo oriundo do grupo, independente da vontade de quem o possui. Por outro lado, é possível ao indivíduo reescrever sua história, mudar sua posição na estrutura social, adquirir novos status, dependendo disso a sua vontade, capacidade, conhecimento e habilidade pessoal. Todavia, uma vez “conquistado o status, tem o indivíduo que se submeter a seu código, às funções e papéis sociais que dele decorrem, e ter os direitos e deveres que a sociedade ou o grupo lhe reconhece” (Gusmão, 1973).

Vários participantes da pesquisa nos descreveram o quanto se sentiam discriminados na situação social de policiais militares, opinião esta sendo corroborada nos comentários gerais entre eles, durante os grupos focais. A fala abaixo reforça essa discriminação, expondo a visão de um dos cadetes sobre a imagem que a sociedade tem do policial militar: “não só o preconceito com relação à violência, mas com relação à posição mesmo. É, tem muito isso, tem posição social...”.

Sua fala nos remete novamente à questão da percepção da carreira policial-militar, e talvez ao entendimento que se tem do termo status. Para alguns militares, é possível perceber que a carreira tem esse símbolo. Entretanto, não se nega a consciência de que, para a sociedade, no sentido em que o termo é usado do ponto de vista da sociologia, trata-se de uma profissão desvalorizada.

Ouvindo os cadetes neste estudo de caso, concluímos que a escolha da carreira de policial militar é uma opção por certo status social, naturalmente implicando também direitos e deveres inerentes à profissão, os quais são ditados socialmente a partir daquilo que se espera desse profissional. Esta expectativa é a mesma em relação a todas as profissões, já que o processo civilizatório nos fornece dados para entender que a realidade em que vivemos é um mundo compartilhado, formado por acordos que devem ser seguidos por todos, sob pena de se tornar evidente uma falha na engrenagem. É o que ocorre, por exemplo, quando nos deparamos com uma notícia de policial corrupto ou cometendo violência. Nossa aceitação do “script” ditado pela sociedade leva-nos a entender que ao policial é designada a tarefa de restaurar a ordem, exercer o controle daqueles atores que não estejam representando um papel em conformidade com as normas sociais, que não estejam sendo coniventes com o senso comum. Não se aceita, portanto, que aquele que deve manter a ordem esteja favorecendo a desordem. Nossos pesquisados nos confirmam esse pensamento sobre o que se acredita ser o papel do policial numa sociedade.

S7: “(...) a minha visão era de: polícia era pra pegar o bandido e ajudava as velhinhas a atravessar a rua. A visão que eu tinha era essa.”

S2/4: “(...) A gente também, do lado de fora, a gente vê: ‘ah, polícia! Ou prende, ou ajuda’... a gente só vê assim, aquele lado mágico da coisa, assim: ‘Ah, vou prender, vou ver bandido’, ou então ‘vou trabalhar, vai ajudar muita gente’ (...).”

Na visão desses policiais recém incluídos, o papel que lhes cabe está relacionado a prender e ajudar. Não negam, entretanto, o conhecimento das dificuldades que encontrarão no cumprimento dessa missão, nem mesmo o rigor do regime, o qual chegou a ser considerado, por um dos participantes, como superior àquele que se observa em Unidades do Exército Brasileiro.

Apesar da imposição social, no que tange às atribuições do papel, Berger (1986) nos esclarece quanto às implicações emocionais envolvidas na sua representação, a partir de duas frases:

“o papel oferece o padrão segundo o qual o indivíduo deve agir na situação”;

“os papéis trazem em seu bojo tanto as ações como as emoções e atitudes a elas relacionadas”.

Nosso entendimento da mensagem dessas frases é que não só a sociedade estabelece normas de funcionamento que atendam a seus interesses, como também os atores sociais não abrem mão de cumprirem tais normas, seguindo as diretrizes impostas ao seu papel. Todas as ações, emoções e atitudes esperadas daquele ator são representadas por ele, muitas vezes sem que ele mesmo se dê conta disso, tão interiorizada já estava tal representação escolhida.

Berger, na mesma citação acima, nos brinda com um exemplo envolvendo o Exército Americano que facilmente pode ser reconhecido em nossa PMMG, como em qualquer corporação militar brasileira. Trata-se de um homem recentemente promovido a oficial, que, diante das insígnias que deve passar a usar na farda, das continências e honras às quais passa a fazer jus, chega até mesmo a sentir-se embaraçado. Num primeiro momento se portará de maneira amistosa, e no fundo até mesmo acreditando que nada mudou em sua vida, que continua sendo o mesmo civil que há pouco tempo ingressara na corporação. Passado algum tempo, porém, a fim de desempenhar seu papel de oficial, esse homem deverá ter atitudes bastante características, o que incluirá até mesmo um pedido de punição para o seu subordinado que não lhe fizer a continência com a devida energia. A ação desse subalterno, na verdade, em relação ao papel que cada um deles representa, significará não apenas um desafio, mas uma violação a um código de regras. No entanto, a atitude desse oficial se dará de forma reflexa, inconsciente, sem que ele se ponha a buscar explicações.

Não se questiona a função inerente a um papel, apenas se representa, uma vez que, tendo ele sido instituído, pressupõe-se a existência de um laço comum que une todos aqueles que estarão envolvidos no cenário, e que os valores que estarão em jogo são apreciados por todos. Assim, “quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar” (Goffman, 2001:21).

## 5 OS MOTIVOS DA ESCOLHA PELA CARREIRA POLICIAL-MILITAR

Não obstante havermos constatado a forte identificação dos cadetes do CFO-1/01 com aspectos relativos à imagem de poder que a carreira policial-militar oferece, ao pesquisarmos os motivos que os levaram à escolha da profissão, observamos que, com muita frequência, os fatores primários de Maslow, quais sejam as necessidades fisiológicas, de segurança, social, de estima e de auto-realização, estão sendo privilegiados. As falas descritas a seguir ilustram essa percepção, já que enfatizaram as necessidades de segurança:

S3/1: “(...) Acho que eu sou o único dos colegas meus que pode sair e pagar as próprias contas sem pedir dinheiro para ninguém”.

S4/4: “olha, estabilidade, como já foi dito, né, a condição de ter uma carreira sempre crescente... Mas, fora isso, o termo financeiro, que hoje, o salário da polícia é muito, muito bom... é... a assistência social; enquanto outras empresas é, estatais, que agora já foram privatizadas, eles cortaram, né? Assistência à saúde, assistência à educação, e a polícia, por enquanto, mantém... (...) isso tudo atrai o jovem, né, e também status, principalmente porque eu acho que, saindo da adolescência, 18, 19 anos, esse status, o jovem, pra querer, assim, afirmar perante ele mesmo e perante os outros, esse status também é uma... é... também atrai, pela carreira”.

Além da segurança, pudemos perceber também que a questão do status é relevante. Outras declarações dos entrevistados ressaltam esse aspecto através de seu posicionamento quanto ao nível hierárquico da corporação, no qual optaram por ingressar - a opção pelo oficialato. A concepção que se tem do praça da polícia é daquele indivíduo que não tem voz ativa, que precisa ser coordenado, que não questiona. A maioria deles declara que não teria ingressado na corporação através de sua graduação mais baixa (soldado), ou que até poderiam ingressar, desde que pudessem optar pelo CFO posteriormente, almejando, por esta via, uma função de gerência.

Apesar desse posicionamento, um dado importante é o fato de que esses cadetes, em grande medida, desconheciam a real função do oficial na PMMG. Muito nem sequer viam oficial na lida diária junto à população, e atribuíam esse trabalho ao praça.

Uma particularidade que observamos no grupo pesquisado foi que a grande maioria deles buscou a carreira policial-militar como uma opção entre as organizações militares. Em vários momentos foi possível ouvir, de um número significativo de sujeitos, que nem mesmo conheciam a Polícia Militar quando se inscreveram para o concurso. Outros já conheciam a PM, mas não sabiam o que era o Curso de Formação de Oficiais - apenas inscreveram-se para um concurso público.

Além disso, tivemos também aqueles que já conheciam a corporação e interessaram-se pela carreira pela sua característica militar. Aspectos como organização, funcionalidade, hierarquia, a pontualidade, os rituais militares, foram citados por alguns entrevistados como atrativos e até mesmo decisivos para sua opção pela Polícia Militar.

## 6 CONCLUSÃO

Interessante pensarmos esta ligação - polícia/militarismo - e suas implicações; quais as referências que se criam na percepção das pessoas e quais ações são emanadas dessa percepção. De qualquer forma, sabemos que a farda é um primeiro indicador do militarismo na PM, um indicador visual, mas que não é o único nem o mais importante. O que nos parece é que existe um certo fascínio, um atrativo fantasioso, em torno do fato de vestir uma farda, sobretudo uma farda com insígnias que identifiquem o indivíduo como um oficial da Polícia Militar. Fascínio que, na verdade, não guarda a devida aproximação com a atividade que realmente o oficial irá executar como um gerente de ações policiais.

Essa construção fantasiosa que é feita em torno da Polícia Militar nos remete a Goffman, o qual nos chama a atenção para a representação idealizada que muitos atores sociais oferecem a seus observadores. A idealização apresenta-se de forma bastante expressiva e costumeira em nossas relações diárias. Nos cenários que compomos na vida cotidiana, nosso desempenho segue os padrões valorizados e reconhecidos socialmente. Padrões estes que nem sempre se adequam à realidade, mas que, por vezes, correspondem a um conteúdo imaginário e a expectativas que criamos diante de nosso mundo simbolizado. É o que percebemos na fala de uma participante, sobre o significado de ser policial militar:

“ser militar pra mim era um mito. Eu achava lindo! Achava lindo! (...) Com o tempo é que fui vendo que ser polícia era muito difícil (...)”

À figura do oficial da PM estão associadas características que mais correspondem à percepção fantasiosa do que venha a ser esta profissão, do que verdadeiramente à sua realidade. Essa afirmação se baseia essencialmente na análise já apresentada acima de que vários cadetes apenas se conscientizaram do real significado de sua escolha profissional ao iniciarem o CFO, a partir das instruções que passaram a ter e do convívio com os policiais mais antigos. Daí, a necessidade de pensarmos no grande desafio que enfrentam as Unidades de formação na Polícia Militar de Minas Gerais. Ao receber um jovem que traz em seu imaginário uma representação social de polícia que a corporação vem tentando modificar, elas têm a missão de ensiná-lo a ser um policial, além de reconstruir a concepção que ele já trouxe consigo sobre esta profissão. E é importante que se frise: a imagem de uma polícia que prioriza a repressão é presente no imaginário social. Ao ingressar na corporação, os cadetes têm a oportunidade de vivenciar o processo de construção de uma polícia que acreditamos ser a adequada para a sociedade que queremos: uma polícia cidadã.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. SP: Hucitec, 1994. Cap. 5, p.117-123.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 19. ed. Petrópolis: Ed.Vozes, 2000. 247 p.
- BERGER, P.L. *Perspectivas sociológicas*. 7ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986. 202 p.
- BRASIL. Congresso Nacional 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1994, 230 p.
- FRANÇA, J.L. et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 211 p.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. Cap. 1, p. 25-75.
- GOFFMANN, E. *Estigma*. 4. ed. RJ: Ed. Zahar, 1982. 158 p.
- GUSMÃO, P. D. *Manual de Sociologia*. 4. ed. RJ: Ed. Forense, 1973. Cap. 9, p.139-160.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. 224 p.
- REIS, M.C.S. *Imagem corporativa: gênese, produção e consumo*. 1991. 171f.. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ROSO, Adriane. *Grupos focais em Psicologia Social*. *PSICO*. RS, v. 28, n. 2, p.156-169, jul./dez. 1997.



# **VIOLÊNCIA POLICIAL: Estudo de Caso da Instituição Polícia Militar de Minas Gerais<sup>1</sup>**

*Maria Carmen de Castro Patrocínio*

*Capitão Psicóloga da PMMG*

## **APRESENTAÇÃO**

À ocasião da entrada dos primeiros psicólogos militares (em 1987), encontramos uma situação que pode ser descrita da seguinte maneira: pouca oferta de assistência em psicoterapia, apesar da grande demanda reprimida para atendimento psicológico, alto índice de suicídios, grande volume de internações psiquiátricas, quadros reativos diversos de sofrimento psíquico causados pela atividade profissional, freqüentes casos de alcoolismo (e junto, a banalização deste problema), comportamentos explosivos e violentos, e também espertos simuladores. Existia alguma oferta de tratamento psiquiátrico, porém limitada, pois a equipe contava com apenas 2 (dois) médicos especialistas. Foi-se construindo a partir dessa realidade a assistência à saúde mental em equipe multidisciplinar, bem como outras intervenções psicológicas, na seleção e na formação dos policiais militares.

Sempre nos preocupamos com o problema da violência policial. Constatamos na nossa prática profissional que muitos desses casos guardavam uma relação com estresse, depressão, alcoolismo, conflitos familiares e outros problemas mentais. Daí, nasceu o interesse em aprofundar estudos em torno das ações consideradas violentas, praticadas por policiais militares.

Neste estudo, a teoria de base foi o interacionismo simbólico de George H. Mead, uma vez que neste ponto de vista o self emerge da interação social e o pensar são uma atividade social. Para Mead, a sociedade é anterior ao indivíduo e, através das interações e percepções do outro, é que cada pessoa pode regular sua própria conduta. Também foram usadas contribuições da psicanálise, antropologia, psicopatologia, técnicas projetivas e da saúde no trabalho, para organizar os dados encontrados.

O presente artigo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada .

## **INTRODUÇÃO**

Na história do desenvolvimento das sociedades, a violência sempre se fez presente. Nos tempos atuais, aparece como mediadora das relações sociais. Perpassa todos os tecidos: sociais, raciais, religiosos, sem distinção.

ARENDT (1973) chama a atenção para o fato de que *“a violência raramente é escolhida para considerações especiais, apesar do imenso papel que sempre desempenhou nos assuntos humanos.”* (ARENDT, 1973: 97). Esta autora considera que as arbitrariedades da violência têm sido tratadas com certa negligência. Embora neste século tenham florescido movimentos pacifistas de resistência, o avanço da violência é constante e implacável.

Para Girard (1990), a violência seria um componente natural das sociedades, sendo um elo que permite entender a transição do estado de natureza para o estado de cultura. E como se usa da violência como reação contra ela própria, torna-se interminável.

---

<sup>1</sup> O artigo é um resumo da dissertação de mestrado em Psicologia Social, na UFMG, defendida em dezembro de 1999. A banca examinadora aprovou o trabalho com louvor, e foi composta pelos Professores Doutores Marília Novaes da Mata Machado, Cornelis Von Stralen e Alzira Schueller Barbosa Pereira da Silva (orientadora).

Em um ponto de vista psicológico, Jurandir Freire Costa (1984: 30) define a violência como “*o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos*”. Pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente; também pode ser inconsciente, involuntário e irracional. Ainda para este autor, a violência traumática seria produzida pelo acúmulo de excitações que rompe a barreira protetora do ego e desestabiliza o psiquismo. Seria, então, “*toda experiência que ultrapassa a capacidade de absorção do aparelho psíquico*”. (COSTA, 1984: 92) A definição deste autor tanto descreve o que seria violência, como contempla a possibilidade desta ser inconsciente.

Michaud (1989) diz que a violência faz parte dos fenômenos submetidos à regulação social, então pede soluções. Ainda aponta para o fato de que a violência provoca processos de indiferenciação social, que permitem novos desenvolvimentos para direções inéditas. Assim sendo, os estudos microssociológicos, nas subculturas, são importantes quando se trata deste tema. Os policiais militares são integrantes de uma subcultura específica, sendo o alvo deste estudo. Vamos tratar das questões ligadas aos comportamentos considerados violentos na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

A PMMG tem um quadro de psicólogos dentre os oficiais de saúde. Existe uma trajetória da Psicologia nas políticas de saúde mental, com um acompanhamento mais efetivo aos policiais. Então temos uma “leitura” dessa Instituição que nos permite realizar estudos específicos para os problemas apresentados pela comunidade policial-militar. Algumas questões se impuseram desde o início de nosso contato com os profissionais da segurança pública: seriam os policiais pessoas potencialmente violentas, conforme vários segmentos da sociedade os acusam?; quais fatores se relacionam com a escolha de comportamento violento em alguns policiais?; há um ambiente propício que favorece a arbitrariedade policial, ou melhor, seria a violência dos policiais mais uma forma de internalização dos valores presentes no ambiente? Tais questões podem receber, em algum recorte, a contribuição de estudos de Psicologia para sua elucidação, o que, talvez, preste algum auxílio nos reajustes que a política pública de segurança terá que se submeter no processo de democratização do país.

Policiais convivem com todo tipo de transgressão da ética e dos costumes, o que sem dúvida, pode provocar traumas para qualquer ser humano. Esses efeitos são fatos observáveis cotidianamente, em nossa vivência clínica com os policiais. No cenário social brasileiro, a população menos favorecida em educação e condições econômicas, demanda a presença da polícia para todos os seus problemas cotidianos: violência doméstica, principalmente causada por alcoolismo ou uso de drogas, mau entendimento entre vizinhos despreparados para a vida em comunidade, socorro a pessoas doentes sem condições de locomoção, atendimento a parturientes, intervenção em escolas, mediação entre as mais diversificadas relações, inclusive profissionais. Os policiais acabam sendo depositários de problemas sociais que nem as equipes do Estado, especializadas para esta finalidade, conseguem solucionar. Como um grande volume de ocorrências demanda soluções sociais (segundo os próprios policiais), esses profissionais sempre estão convivendo com sentimento de impotência e desgaste emocional, pois um grande volume dos problemas não pode ser resolvido com a *ação preventiva policial*.

## **VIOLÊNCIA, IDENTIDADE E DISCIPLINA**

O fenômeno da violência advém das falhas do tecido social e pode se manifestar sempre que houver perda de controle, perda de consciência nos indivíduos e também é freqüente em grupos mal socializados. Não é este o caso dos policiais militares, pois eles são um grupo altamente organizado, a julgar pelas características citadas por McDougall (apud FREUD (1921)), e que são: 1) condição de continuidade de existência no grupo; 2) formação de relação emocional com o grupo como um todo; 3) interação com grupos semelhantes, mas mantendo as diferenças; 4) possuir tradições, costumes e hábitos que determinem a relação de seus membros uns com os outros; 5) possuir estruturação definida com especialização e diferenciação das funções de seus integrantes. O autor postula que as desvantagens psicológicas (sugestionabilidade, violência) das formações de grupo ficam mais distanciadas para esses grupos organizados. Então, os policiais **não** se constituiriam como um grupo a ser facilmente contaminado por essas desvantagens psicológicas que podem fazer produzir a violência.

Freud (1930) descreve uma trajetória entre a violência e a lei, que faria parte da tarefa civilizatória, ainda que interminável devido ao inesgotável ânimo guerreiro dos seres humanos. Em 1933, em *“Porque a guerra?”* diz que a violência é a pura manifestação da agressividade, mas que também é um meio utilizado pelos homens para implantar a ordem da lei e do direito. Dotada dessa função política, a violência vai ser tornada legítima pelo Estado, para as suas ações. Este é o *papel repressivo da polícia*.

Todo indivíduo carrega em si a agressividade que Freud (1930) descreveu em *“O Mal-Estar na Civilização”*, e que foi recalçada junto com a libido, no processo civilizatório. Então, o policial tem que estar preparado para liberar sua agressividade se a sua tarefa de proteger a sociedade assim o exigir. Mas, ao mesmo tempo, essa agressividade tem que estar sob controle, só podendo se manifestar quando for considerada necessária, e em condições legais.

Tal situação só é possível através de um treinamento muito detalhado, onde se busca incutir nos iniciantes profunda disciplina e valores de retidão e coragem., por uma mudança da identidade civil para a identidade militar. Tentamos entender como se processaria tal mudança, segundo as considerações de Goffmann (1961) no estudo de instituições totais, e de Van Genep (1978) que analisou os ritos de passagem.

A transformação da identidade de civil para militar se constrói semelhante às fases descritas por Van Genep. Na primeira fase, são separados de sua vida cotidiana. Na segunda fase, são despojados de sua identidade civil e há a introjeção dos valores militares, onde se destaca a disciplina. É o início da construção da identidade militar. Na terceira fase, de agregação, a formatura com seus rituais festivos, simboliza o nascimento do militar. Através desses ritos socializadores, que são construções sociais específicas de um grupo, é que o indivíduo aprende a liberar ou controlar sua agressividade para exercer sua função na política pública de segurança.

Os policiais militares entrevistados neste estudo reclamaram de duas situações sentidas como pressão: o regulamento disciplinar<sup>2</sup> e o estigma de que são vítimas. O estigma produz efeito de descrédito, de defeito, que diminui as possibilidades de inserção social. Assim, a formação da identidade dos grupos estigmatizados traria em si um conteúdo de desvalorização social, que Goffman vai chamar de *“identidade deteriorada”*. (GOFFMAN,1988) Quanto ao regulamento disciplinar, cumpre sua função de organizador grupal, onde são diminuídos os sentimentos de perigo e estados mentais ambíguos e subjetivos, que podem produzir alguma confusão nas análises das situações. Mas, segundo os policiais ouvidos em entrevistas, o regulamento pode ser (mal) usado para prejudicar profissionais, que então ficam sem alternativa de defesa.

Segundo Foucault (1987), a disciplina foi extremamente importante para o progresso das sociedades, a partir do século XVIII. Através de um olhar aos detalhes, olhar hierárquico, de uma sanção normalizadora e do exame, pode-se alcançar o sucesso do poder disciplinar (id, 1978). Dessa forma é que são vigiados os atos dos policiais militares, o que evita que atuem como transgressores. Uma vez que no trabalho policial há a liberação da agressividade, submeter os PMs à disciplina é refazer e reafirmar a tarefa civilizatória da qual fala Freud.

## **POLÍCIA E IDEOLOGIA**

Na visão interacionista, as condutas e auto-regulações são internalizadas na convivência grupal. Assim, toda a ideologia que norteia as ações dos indivíduos foi assimilada através das interações ocorridas no grupo, mediadas pela linguagem.

Para entendermos a violência<sup>3</sup> praticada pelos policiais, buscamos em Althusser (1970) a descrição da presença da ideologia nas coisas construídas pelo homem. Assim, pode-se falar que a ideologia *“é um ocultamento da realidade social e um aspecto fundamental da existência histórica dos homens”*. É a

<sup>2</sup> À época da coleta de dados do estudo, ainda estava em vigor o RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, que foi substituído pelo Código de Ética.

<sup>3</sup> Consideramos, neste estudo, que violência é o abuso da força, tudo o que não precisaria ser feito para a resolução da ocorrência, sendo então o excesso desnecessário do uso do poder.

ação pela qual podem reproduzir as relações sociais existentes ou transformá-las parcial ou radicalmente. (CHAUÍ, 1994)

A partir de Marx, o sentido do termo ideologia passa a ser “*o sistema das idéias, das representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social*”. Por esse conceito, Althusser passa a apontar a presença da ideologia em todas as instâncias. Para haver reprodução da força de trabalho que mantém a formação social, é necessário que também se reproduza a submissão às regras de ordem estabelecida, ou seja, uma submissão à ideologia dominante. A estrutura de qualquer sociedade é constituída por duas instâncias: a base econômica ou infraestrutura, e a superestrutura que comporta o jurídico político (o direito e o estado) e a ideologia (religião, moral, política, jurídico, etc).

Nesse ponto de vista teórico, o Estado é considerado como aparelho repressivo. É chamado de “aparelho de Estado” e comporta a Polícia, os tribunais, as prisões, o Exército, e funciona pela violência. Althusser acrescenta a esta teoria o conceito de “aparelhos ideológicos de Estado”, que são a igreja, a escola, a família, o jurídico, o político, os sindicatos, a informação (mídia) e a cultura. Enquanto o aparelho repressivo é público, os aparelhos ideológicos são privados. Mas garantem a reprodução da ideologia, seja através dela mesma ou através da violência.

Althusser (1970) utiliza o conceito freudiano do inconsciente, no sentido onipresente, trans-histórico, e portanto, imutável na sua forma, ao longo da história. Então, afirma que a ideologia é uma relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência. Sendo assim, é uma alusão à realidade.

## **A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA**

A história nos mostra que a polícia vem reproduzindo a sua ideologia (atrelada à ideologia da sociedade) ao longo dos tempos.

Pinheiro (1997) diz que a violência tem sido o mediador das relações sociais cotidianas, e que a polícia tende a agir como guarda de fronteira do rico contra os pobres.

Bretas (1997) lembra que existe nas polícias uma característica de resistência à inovações, o que dificulta a visão de novas alternativas. O autor salienta a importância do estudo da ação individual, pois é aí que se estruturam os significados que conformam a ação policial.

Skolnick (1967) realizou estudos na polícia inglesa e alerta que a presença do perigo prejudica o discernimento necessário para o uso da autoridade. Seus escritos mostram que as opiniões dos policiais ingleses são muito semelhantes às dos policiais brasileiros. Esse autor denuncia a presença de conservadorismo, cinismo, pessimismo, preconceito racial, suspeitas infundadas e o isolamento da comunidade policial, na cultura da polícia inglesa. Tais aspectos se fazem presentes no conteúdo do discurso de vários sujeitos desta pesquisa, confirmando a ideologia da sociedade, vigente também no espaço de convivência policial.

Santos (1997) considera que a inserção da violência no espaço social brasileiro faz com que o policial realize seu trabalho no limite da norma social e na margem da vida.

Reiner (1992), analisando a polícia canadense, alerta para o aprendizado que se dá nas ruas, quando o policial passa da sala de aula para a realidade de seu trabalho, onde poderá ser aprendida a ação violenta.

O excesso, a arbitrariedade parecem ser ideológicos quando se fala de polícias, mesmo em outros países. Os atos dos policiais acontecem no processo da interação social, então precisam ser estudados para que se entenda seu sentido. Podemos dizer que os policiais reproduzem os preconceitos e a violência da sociedade em sua interação com essa sociedade.

## **A PESQUISA**

Usamos nesta pesquisa, como método, o estudo de caso, em pesquisa exploratória, Ex-Post Factum. Os instrumentos foram: como fonte primária, entrevistas semi-estruturadas, focalizadas na situação de violência; como fonte secundária, estudo comparativo de testes de Rorschach das perícias psicopatológicas da Junta

Central de Saúde da PMMG. Na fonte primária, nas entrevistas, foram inseridas as perguntas do questionário epidemiológico para pesquisa de alcoolismo CAGE. Também foram estudados documentos NPC – Notas de Prêmios e Castigos da população estudada, e ainda solicitamos às unidades, em todo o estado de Minas que nos enviassem a relação de policiais envolvidos em ocorrências violentas, bem como a descrição dessas ocorrências.

Dois populações foram estudadas: a “população comum operacional”, que realiza trabalho de policiamento nas ruas e que respondeu às entrevistas, e a “população problemática” que tinha sido avaliada em testes psicológicos projetivos, na perícia psicopatológica da Junta Central de Saúde. O material reunido na Junta Central de Saúde foi utilizado para a nossa primeira indagação, ou seja, seriam os policiais militares indivíduos potencialmente violentos? Buscamos a resposta nos traços estruturais que se apresentaram nas técnicas de avaliação utilizadas nos exames periciais.

Para a análise dos dados, fizemos um estudo comparativo dos testes, buscando sinais de agressividade estrutural da personalidade e analisamos as entrevistas do processo pericial sob o entendimento da ideologia, da psicanálise e do interacionismo simbólico.

Nos testes de Rorschach da “população problemática”, procuramos localizar traços determinantes de estrutura agressiva da personalidade, através de:

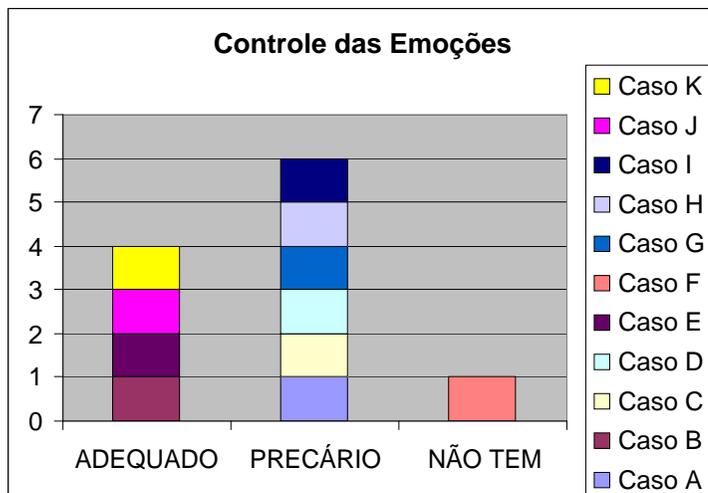
- 1) Atração pelo Vm; 2) Choque ao Vm; 3) FC<C+CF; 4) Presença de CN; 5) Ausência de resposta H ou H% rebaixado; 6) H<(H)+Hd+(Hd); 7) A% aumentado; 8) B% aumentado; 9) K ou A com comportamento agressivo; 10) Choque à fragmentação; 11) Atração pela cor; 12) Choque à cor; 13) Conteúdo Sg; 14) Conteúdo da Lâm. IV; 15) Conteúdo da Lâm. III; 16) Conteúdo da Lâm. VII; 17) F% aumentado; 18) F+% aumentado.

Pela análise do Psicodiagnóstico de Rorschach, encontramos dados que **não confirmaram** a hipótese de que os policiais militares teriam estrutura agressiva de personalidade. O diagnóstico de síndrome de dependência de alcoolismo aparece em 5 (cinco) dos 11 (onze) casos estudados, e em 4 (quatro) dos 6 (seis) casos restantes. Há relato de uso de álcool no dia em que o policial cometeu alguma arbitrariedade.

O uso de álcool, sendo dependência ou não, aparece nessa população “problemática” da JCS como um fator de importância para pensarmos em qualquer intervenção para a diminuição da violência policial.

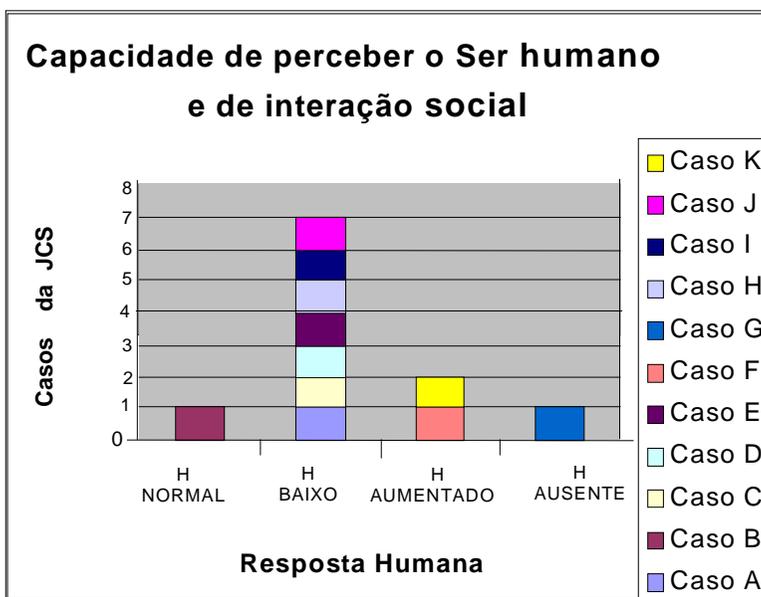
Quanto aos aspectos estruturais, sobressaíram no estudo comparativo dos testes o **controle mais precário das emoções, a pouca capacidade de interação social e a introjeção negativa da figura de autoridade**, conforme os gráficos a seguir:

**GRÁFICO I - CONTROLE DA AGRESSIVIDADE, SEGUNDO OS DADOS DOS TESTES DE RORSCHACH**



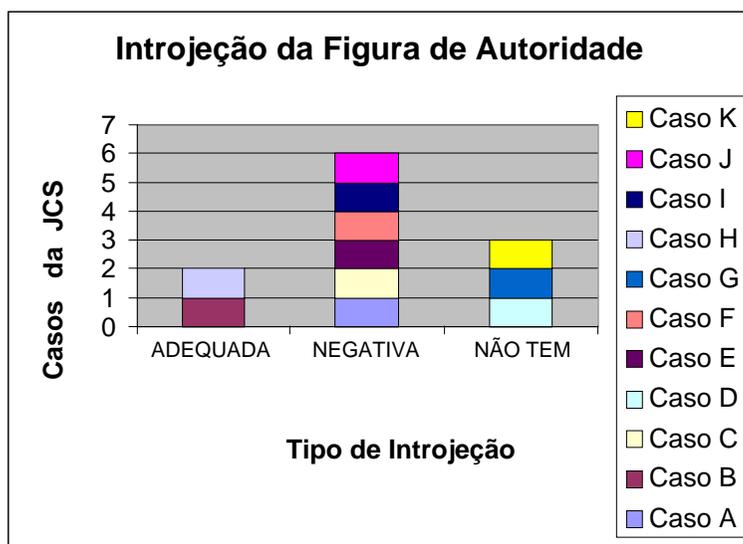
Fonte: Junta Central de Saúde. Perícias psicopatológicas de 1996/97.

**GRÁFICO II - CAPACIDADE DE IDENTIFICAÇÃO COM O SER HUMANO, SEGUNDO OS DADOS DOS TESTES DE RORSCHACH**



Fonte: Junta Central de Saúde. Perícias psicopatológicas de 1996/97.

**GRÁFICO III - INTROJEÇÃO DA FIGURA DE AUTORIDADE, SEGUNDO OS DADOS DOS TESTES DE RORSCHACH**



Fonte: Junta Central de Saúde. Perícias psicopatológicas de 1996/97.

Fizemos o levantamento das informações enviadas por diversas unidades do Estado de Minas Gerais, para nos familiarizarmos com os tipos de atos arbitrários cometidos pelos policiais militares. Constatamos que, no período compreendido entre julho de 1996 e julho de 1997, houve 764 casos nos quais os PMs estavam envolvidos em ocorrências de lesões corporais e homicídio. Para nossa surpresa, em 257 (duzentos e cinquenta e sete) casos, os PMs foram autores ou agentes, e em 503 (quinhentos e três) casos os PMs foram vítimas.

**QUADRO 1 - LEVANTAMENTO DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO VIOLÊNCIA**

Ocorrências de Lesões e Homicídios	Número de ocorrências	% das ocorrências
<b>Policiais Vítimas</b>	503	65,8
<b>Policiais Agentes</b>	257	33,6
<b>Total</b>	764	100

Fonte: Informações enviadas pelas unidades PM.

Por essas informações, que configuravam uma amostragem do que fora registrado nas unidades, pudemos constatar que há muito mais a ser elucidado quando se trata de violência policial. A elevada porcentagem onde os policiais aparecem como vítimas nos remete a Santos (1997) que aponta o fato de o policial trabalhar à margem da vida, da dele própria, inclusive. Sendo assim, estudos da vida humana em grupo e da conduta humana são fundamentais para maiores esclarecimentos sobre a interação da polícia com a sociedade. Não só a violência praticada por policiais deve ser objeto de análises, mas também a violência presente nos diversos segmentos da sociedade, pois indica a inadequação das relações interativas, que podem ser apontadas como precariedade da cidadania.

Na segunda fase da pesquisa, procedemos às entrevistas e suas análises, feitas com a “população normal”. Esses policiais estavam respondendo a algum tipo de processo que envolvia agressividade, no serviço ou fora dele. Fizemos tal escolha, porque freqüentemente há coincidência entre descontrole na vida profissional e/ou na vida privada dos policiais. Foram ouvidos 31 (trinta e um) policiais, dos diversos batalhões da região metropolitana, exceto do 18º BPM, porque não compareceram ao convite das entrevistas.

Buscamos ouvir os policiais que executam o trabalho rotineiro de policiamento e pedimos aos entrevistados que nos relatassem as particularidades do trabalho policial, onde nem sempre os fenômenos correspondem ao que é ensinado nos treinamentos. Procuramos esclarecer o entendimento que os policiais têm sobre o que seja a violência social, além de pedirmos para que cada um nos explicasse sobre o que entendiam ser violência policial, uma vez que são os profissionais da área e podem definir melhor do que ninguém, as distorções da prática profissional.

O primeiro dado que sobressaiu dizia respeito ao fato de que, quando a ação policial tem a marca da *imprevisibilidade*, há mais chances de acontecerem os excessos de violência do que quando atendem ocorrências solicitadas à Central 190.

## **QUADRO 2 - TIPOS DE EMPENHO ONDE OCORRERAM VIOLÊNCIAS**

Empenho do COPOM Rádio da viatura	02
Empenho por iniciativa própria	14
Outros (brigas, agressão à esposa, disparo acidental)	11
Negação do ato violento	04

Fonte: Dados de pesquisa.

Quando o policial intervém em perturbações da ordem que encontrou durante sua ronda (e onde não foi solicitado), a probabilidade da população reagir desfavoravelmente à intervenção da polícia se mostrou maior e as denúncias de agressão são mais frequentes. Podemos pensar que a reação desfavorável à intervenção policial pode acarretar uma resposta com uso de maior força por parte dos policiais.<sup>4</sup> Já quando as ocorrências tiveram origem através do COPOM, as pessoas solicitam a presença da polícia e a recebem de modo mais adequado. Pudemos constatar que na interação da sociedade com a polícia, as chances de ocorrerem queixas sobre ação truculenta por parte dos policiais têm estreita relação com a baixa noção de cidadania que, infelizmente, a população apresenta.

O entendimento que os policiais mostraram da violência social é bastante politizado. Descrevem a realidade social e os crimes, com vívidas percepções sobre a influência da perversa desigualdade social.

Já o entendimento do que é violência policial passa pelo conceito de força e poder.

### **CATEGORIAS ENCONTRADAS**

No processo das entrevistas, conseguimos organizar alguns padrões de violência. Foram citadas como relacionadas com a violência policial as seguintes categorias:

1 Disparo acidental: os disparos acidentais suscitam alguma “estranheza” numa população que conhece o manuseio de armas. Atos descuidados com esse tipo de equipamento podem ter sérias consequências. Em 1901, Freud descreveu o mecanismo desses atos, também chamados parapraxias, que podem servir para que o inconsciente se mostre, ou pode se apresentar como auto-censura. No caso de auto-ferimentos, esse autor recomenda que se avalie a possibilidade de suicídio como desenlace do conflito psíquico. Os disparos acidentais foram atos de 10% dos entrevistados, e necessitam ter uma atenção da Psicologia nos próximos anos. Ao invés de se considerar ‘acidente’, tais fatos podem ser um tipo de comunicação do estado mental do policial.

2 Identificação com as vítimas de crimes: A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações. É a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Os policiais falam de um momento em que se envolvem com a história de alguma ocorrência que estão atendendo e têm vontade de “vingar” as vítimas. Daí, eles partem em busca do agressor como mais um ator da cena, com outros fatores que não os profissionais influenciando o seu julgamento, o que poderia provocar um excesso em seus atos. Normalmente, as vítimas provocam lembranças familiares, têm condições econômicas semelhantes ou algum outro dado da história familiar. Aqui, encontramos material útil para ser aproveitado no processo de formação e socialização dos policiais, já que esse dado aponta para o envolvimento e reação emocionais dos profissionais como fator propiciador de excesso do uso de força.

3 Passagem ao ato: atos impulsivos, violentos, agressivos e delituosos. O policial fica tomado pelo ato, não pensa, apenas age. O ato marca o momento de uma nova identificação. Neste estudo, esta nova

<sup>4</sup> Em situações imprevisíveis, os policiais relatam a presença mais frequente do medo, o que também influi na forma de abordagem do agente de segurança.

identificação parece ser provocada pelo medo. Os entrevistados que nos trouxeram esse tipo de história foram os que relataram sobre o medo durante o atendimento das ocorrências. Na profissão de agente de segurança pública, certamente o sentimento de medo pode se apresentar com frequência, servindo como catalisador para atos onde a agressividade se exacerba.

4 Alcoolismo: 26% (vinte e seis) da população apresentou resposta positiva para alcoolismo no questionário CAGE. Novamente o problema do alcoolismo salta aos olhos como dado relevante no que diz respeito a desvio de conduta de policiais.

É um número bastante preocupante em uma população que anda armada e dispõe de poder legal. Alguns policiais admitem que bebem durante o horário de serviço, ou relataram sobre colegas que assim o fazem. “*O uso crônico de álcool determina o embrutecimento de sentimentos morais e éticos. Provoca rudeza afetiva que pode chegar à brutalidade. A irritabilidade aumenta, condicionando explosões de ira. A labilidade do humor pode transformar o bêbado em um terrível tirano*”. (DOYLE, 1956) Além disso, o policial **necessita estar em condições de fazer um julgamento imediato** e, se estiver alcoolizado, não estará apto a fazê-lo.

O alcoolismo é uma grande preocupação desde sempre, por parte profissionais de saúde da PMMG, devido às complicações que provoca nos âmbitos da saúde física, mental e social dos policiais.

5 Atitude de vingança contra superior hierárquico: O rancor contra figuras de autoridade frequentemente sinaliza alguma problemática localizada no segundo momento do Complexo de Édipo. FREUD (1928) analisou em “Dostoiévski e o parricídio” as complicações que podem advir do Complexo de Édipo. Quando a realidade alimenta esse conflito, essas reações infantis reaparecem. A situação hierárquica em uma estrutura militar pode favorecer situações como essas, principalmente se os indivíduos tiverem certeza da impunidade.

O relato dos entrevistados indica o rancor contra qualquer superior, seja praça ou oficial, o que indica a problemática relacionada à figura de autoridade, e não a diferenças entre categorias profissionais.

6 Sentir-se humilhado pela população que não respeita as leis: Roberto DA MATTA (1928) diz que a situação “Você sabe com quem está falando?” é uma fórmula cultural que exprime uma reação violenta à impessoalidade e à cidadania. Então a lei universal que se aplicaria a todos, condição indispensável para a cidadania, não se aplica na sociedade brasileira. Novamente a baixa noção de cidadania da sociedade brasileira é fator que facilita a presença da violência nas interações da polícia com a sociedade.

Aqui atua o estigma social, que é uma queixa dos policiais. Relatam serem humilhados por vários segmentos da sociedade por terem um emprego, por serem agentes da lei. Na interação com as comunidades, sentem-se discriminados e não respeitados por indivíduos que expressam seu desprezo pela lei e seus agentes. E em um momento de descontrole, podem responder com atitudes proporcionais à humilhação a que se sentiram submetidos.

7 Poder e Perversão: No caso da polícia, o poder pertence ao Estado, e a Instituição vai apresentar as mesmas feições deste. CARAM lembra que a agressão institucionalizada é protegida pelas leis que, por vezes, a combate. A polícia aparece, muitas vezes, defendendo os interesses das elites, em nossa estrutura social, reproduzindo a ideologia vigente.

Houve relato sobre policiais que gostam de bater nas pessoas, que o poder sobe à cabeça, tentam impor respeito batendo. Outros contaram que há policiais que são “do mal” e se aproveitam da profissão. Situações semelhantes de abuso em cargos do Estado podem ser constatadas em outras esferas do poder público, onde a corrupção ou outro tipo de arbitrariedade acontecem, cnicamente. Trata-se de um problema estrutural das instituições públicas, que se prolifera em uma sociedade que não tem o hábito arraigado de *accountability*<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Controle social realizado pelas instituições e cidadãos em regimes democráticos.

Esse não é o tipo de policial que procura ajuda psicológica, ao contrário, age nas sombras e resiste às mudanças institucionais necessárias para uma atuação policial cidadã.

Pelas entrevistas, notamos que o abuso de poder é atribuído a questões individuais, não sendo uma regra.

Importante ressaltar que alguns entrevistados aludiram à impunidade que muitos desses policiais usufruem na Corporação. Esse relato apareceu em 29% (vinte e nove) das entrevistas, sendo motivo de grande preocupação na análise dos dados, pois guarda relação direta com as questões ideológicas assimiladas tanto na aprendizagem informal (REINER, 1992), quanto na interação entre grupo policial-militar.

## **CONCLUSÃO**

Então, na violência policial, encontramos a influência de alcoolismo, manifestações do inconsciente, descontrole emocional, medo, imprevisibilidade das situações, identificações com o caráter violento do estabelecimento do lugar paterno, dificuldade com as figuras de autoridade, preconceito, e o fato de vivenciarem a situação de serem estigmatizados pela comunidade civil.

Porém, além das influências decorrentes da convivência com a sociedade, e de fatores relacionados com a saúde mental, detectamos também alguns casos, onde há uma escolha pela conduta violenta, claramente abusiva, que foi um dos elementos encontrados neste estudo, apontando para a perversão e para a internalização de valores que incentivam o excesso de agressividade, que pode ser de cunho ideológico.

Nas nossas análises, vimos que as questões sociais e a ambivalência que a Instituição policial, especializada em violência<sup>6</sup>, transmite em relação à violência e poder, é que vai reforçar as características que encontramos nas instituições totais.

Assim, a ideologia referente à violência e poder que a Instituição transmite, a convivência com as questões sócio-econômicas, o uso do álcool e outros problemas de origem familiar podem gerar contradições que desencadeiam comportamentos violentos.

---

<sup>6</sup> Aparelho de Estado, a polícia é especializada em lidar com a violência: previne, socorre, presencia, convive e pratica.

## REFERÊNCIAS

- ADRADOS, Isabel. *Teoria e prática do teste de Rorschach*. São Paulo: Vozes, 1980.
- ANZIEU, Didier. *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*, Lisboa: Presença, 1970.
- AUGRAS, Monique. *Teste de Rorschach: atlas e dicionário*. Rio de Janeiro: FGV-ISOP, 1994.
- ARENDT, Hannah. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Da violência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1969.
- BOBBIO, Norbert. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- BOHM, Edwald. *Manual del psicodiagnóstico de Rorschach*. Madrid: morata, 1968.
- BORDIER, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOSCHI, Renato R. *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BORDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- CANETTI, Elias - *Massa e poder* - São Paulo : Melhoramentos; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- CARAM, Dalto. *Violência na sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CHAUÍ, Marilena - *O que é ideologia* - São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COSTA, Jurandir Freire - *Violência e psicanálise*, Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CUNHA, Jurema A. - *Dicionário de termos de psicanálise de Freud*, Porto Alegre: Globo, 1975.
- DA MATTA, Roberto. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Oboré, 1988.
- \_\_\_\_\_. Por um fator de equilíbrio *Revista de Administração de empresas*. São Paulo: 33 (3): p. 98-104, mai./jun. 1993.
- DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DOYLE, Iracy - *Nosologia psiquiátrica*, Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.
- FENICHEL, Otto - *Teoria psicanalítica das neuroses*, Rio de Janeiro, São Paulo: Atheneu, 1981.
- FERREIRA, Pedro. Relatório mostra violência de ação policial. *O Tempo*, Belo Horizonte, 24, out. 1999, Caderno Geral, p. 9.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder* - Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª ed. 1986.
- FREUD, Sigmund - Além do princípio do prazer. (1920) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro, 1976, vol. XVIII, p. 13-85.
- \_\_\_\_\_. A psicopatologia da vida cotidiana. (1901) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. VI, p. 19-332.
- \_\_\_\_\_. Dostoievski e o parricídio. (1928) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p. 205 -223.
- \_\_\_\_\_. O futuro de uma ilusão. (1927) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p.15-71.
- \_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização. (1930) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXI, p. 81-171.
- \_\_\_\_\_. Por que a guerra? (1933) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXII, p. 237-259.
- \_\_\_\_\_. Psicologia de grupo e análise do ego.(1921) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XVIII, p. 91-179.
- \_\_\_\_\_. Totem e tabu. (1913) In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIII, p. 20-191.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos* - São Paulo: Perspectiva, 1961.
- GUERRA, Domingos S. L. et al. *Alcoolismo entre policiais-militares: correlação com a disciplina institucional*. Belo Horizonte: APM, 1996. Monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). Fundação João Pinheiro/Academia de Polícia Militar, jun./96.
- FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KAPLAN, H. *Compêndio de psiquiatria dinâmica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- MASUR, Jandira et al. Detecção precoce de alcoolismo em clínica médica através de questionário CAGE: debilidades e limitações. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v. 34, n.1, jan./fev. 1985.
- MATA-MACHADO, Marília N. *Entrevista de pesquisa: A interação pesquisador-pesquisado*. Tese de titulação, Belo Horizonte, 1991 (mimeo).
- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- MINKOWSKA, F. *Le test de Rorschach dans l'épilepsie essentielle*. Am. Med. Psychologie, v. II, 1946.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- MAFFESOLI, Michel - *Dinâmica da violência*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.
- OLIVEIRA, Juarez.(org.) *Código de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1984.

- OMBREDONE, A & CANIVET, N. *Aplicación clinica del test de Rorschach*. Paris, 1948.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Manual de diagnóstico psiquiátrico. – CID 10*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- ORR, M. *Le test de Rorschach et l'imagen maternelle*. Groupement Français du Rorschach, Paris, v. 41, 1958.
- PINHEIRO, Paulo S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 9, nº 1, mai./1997.
- \_\_\_\_\_ As relações criminosas. *Folha de S Paulo*, São Paulo, 22, set./1996, Caderno MAIS!, p. 7.
- PORTUONDO, Juan. *El Rorschach psicoanalítico*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1975.
- REGULAMENTO DISCIPLINAR COMENTADO. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 1975.
- REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA DE MINAS GERAIS. (R – 116) Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 1986.
- REINER, Robert. *The politics of the police*. Toronto: The University of Toronto Press. 1992.
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE - *Psicanálise em tempos de violência*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, ano VI, nº 12, 1997 .
- REVISTA DE PSICOLOGIA - *Saúde mental e segurança pública*. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais/ Diretoria de Saúde. Vol.1, nº 1, jan./dez. 1997.
- ROSENFELD, Herbert A. *Os estados psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SANTOS, J. V. T. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. In: *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 9, nº 1, mai./1997.
- SILVA, Alzira Schueller B. P. *Papel da figura paterna na formação da personalidade: um estudo com adolescentes toxicômanos*. São Paulo: s.n., 1990, 272 p. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, USP.
- SKOLNICK, Jerome H. *Justice without trial. Law enforcement in democratic society*. New York: MacMillan. 1996.
- SOUZA, E. M C. D. & PATROCÍNIO, M. C. C. Fatores psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares. In: SAMPAIO, Jäder R.(org.) *Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social: estudos contemporâneos II*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- VAN GENNEP, Arnold . *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VELHO, Gilberto (org.) *Desvio e divergência- uma crítica da patologia social* - Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (org.). *Cidadania e violência* Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- WEBER, Max. apud BOBBIO, Norberto et alli *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília. 1992.
- WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, FFLCH - v. 9, nº 1, mai./1997.



# VIOLÊNCIA POLICIAL <sup>1</sup>

*Ana Maria Fabrino Favato*  
*Capitão Psicóloga da PMMG*

A revista *Veja*, de 08 de setembro de 1999, traz como título de uma de suas reportagens “Os bandidos das chacinas”, referindo-se a um grupo de matadores da periferia de São Paulo. A reportagem faz um mergulho no mundo da barbárie da Grande São Paulo, onde as quadrilhas transformaram os morticínios em série em uma ocorrência quase banal. Uma sucessão de crimes brutais que poderiam causar indignação a todos os brasileiros é relatada, com a ressalva de que são crimes cometidos rotineiramente.

A expressão “quase banal”, que aparece na reportagem, referindo-se à frequência com que tais atos são cometidos, assusta-nos. Banal refere-se a algo trivial e corriqueiro. Como, então, o que provoca arrepios pela lógica brutal do extermínio pode ser tratado como algo que se repete rotineiramente a ponto de tornar-se banal? A reportagem deixa-nos atônitos com o resultado da pesquisa realizada com doze matadores e causa perplexidade ao constatar que, longe dos morticínios terem uma origem nas guerras entre traficantes, traduzem uma situação bem mais complexa, muitas vezes sem explicação para nós e a polícia, que classifica tais crimes de insolúveis.

Nas declarações dos matadores, a revelação mais surpreendente é a de que todos são casados ou vivem com uma mulher, e têm filhos. Alguns se colocam como cidadãos ordeiros que respeitam a lei e se dizem preocupados com a violência do mundo de hoje. Um dos matadores declarou sentir-se indignado diante das cenas de crime a que seu filho pequeno é obrigado a assistir na televisão.

Não matam por dinheiro, consideram uma covardia “o cara” matar na caixa eletrônica; matam apenas por vingança, ou para “limpar a área”, como é o caso da matança de garotos viciados em crack. Dizem que é como limpar um lixo da rua e afirmam nunca terem matado um inocente. Consideram que Deus pode perdoá-los e que a família, não sabendo nada a respeito do que fazem, terá orgulho por eles serem guerreiros.

Pensei em introduzir o tema da violência por essa reportagem, muito menos para falar de violência das chacinas, que para apontar o motivo ou necessidade da filiação do sujeito a um grupo, não importando o objetivo, e para enfatizar como tal filiação pode levar o sujeito a cometer atos extremamente perversos ou violentos em prol do grupo, com a segurança de ser inocentado por Deus e a sociedade, uma vez que consideram estar agindo a favor da lei. Posteriormente, relacioná-lo-ei à violência do policial.

Em São Paulo, os matadores que atuam no crime organizado não possuem comandos centralizados. São autônomos e formam bandos específicos para cada ação. Freud, em seu texto *Psicologia das massas e análise do eu*, aborda especificamente o fato surpreendente que acontece a um indivíduo quando este incorpora-se a uma massa humana, passando a sentir, pensar e agir de modo absolutamente inesperado. Assim, a personalidade de cada um dos que integram essa massa desaparece, qualidades novas surgem e o indivíduo adquire um sentimento de potência invencível que lhe permite ceder a instintos que antes, como indivíduo isolado, teria forçosamente reprimido. Acrescenta que, quando o indivíduo começa a fazer parte de uma multidão, suprime as defesas de suas tendências inconscientes e desce vários degraus na escada da civilização. Se isoladamente era um indivíduo culto, na multidão age pelo instinto, é um bárbaro. Terá a espontaneidade, a violência, a ferocidade dos seres primitivos.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na III Jornada Científica de Psicologia da Polícia Militar de Minas Gerais, 1999.

Embora *Freud*, a partir de pesquisadores, afirme que a massa ou multidão não possui organização alguma ou somente uma organização rudimentar, confessa que nenhum agrupamento humano pode chegar a se formar sem um começo de organização. É condição indispensável para a formação de um grupo ou massa que entre os indivíduos exista algo em comum, que um mesmo interesse os ligue a um mesmo objetivo, que experimentem os mesmos sentimentos e que, ainda, possuam a faculdade de se influenciarem uns aos outros.

*Freud* continua sua exposição dizendo que numa massa há o desaparecimento da personalidade consciente, com a predominância da personalidade inconsciente e a tendência a transformar imediatamente as idéias em atos. O sujeito não é mais ele mesmo, transformou-se num autômato que deixou de ser guiado por sua vontade.

*Contardo Calligaris*, ao analisar os laços sociais de uma comunidade, sociedade ou até mesmo de um casal, afirma que a filiação da pessoa a uma instituição representa uma tentativa de garantia da manutenção da neurose do sujeito pela via de uma montagem perversa. Montagem aqui no sentido de mecanismo, em que a seleção de peças de um dispositivo, coordenação de planos e operações são organizadas para que a engrenagem possa funcionar e alcançar o fim a que se destina. Muitas vezes, o fim a que se destina é a realização de uma fantasia neurótica. Todo neurótico sonha em realizar sua fantasia e, se não pode realizá-la sozinho, realizá-la-á coletivamente. Quando se está numa comunidade, a fantasia neurótica pode tornar-se coletiva, havendo aí cumplicidade entre os membros. O essencial para essa posição de cumplicidade é que esse mecanismo ou montagem esteja sem falhas. Essa é a condição para sua continuidade. Quer dizer que poder participar de uma organização sem falhas, compartilhar e realizar seus desejos mais vis e ainda não se sentir culpado é a melhor condição a que um neurótico poderia se submeter. Sozinho, vive se recriminando, torturando-se, culpabilizando-se. Numa organização, ele terá o respaldo de seu grupo e poderá se beneficiar. Há uma exigência de igualdade que, segundo Freud, é a raiz da consciência social e do senso de dever.

Tanto os bandidos perversos quanto os policiais violentos, ou mesmo os assassinos dos campos de concentração, dizem-se bons cidadãos. Nessa condição, os bandidos colocam-se como mocinhos e pessoas de bons sentimentos para com seus semelhantes. Não tem sido comum o seqüestrado acabar por defender o seqüestrador, dizendo ter sido bem tratado, ou até ficar penalizado pelo infortúnio dele? Há sempre uma esperança de encontrar uma bondade essencial no sujeito, de sermos perdoados mesmo quando cometemos um ato de desatino.

Um fenômeno social interessante é comentado por *Calligaris* a respeito dos crimes de guerra. No processo de Nuremberg, por exemplo, diante das acusações feitas aos criminosos, sempre com horror, das atrocidades cometidas no extermínio de milhões de judeus, as respostas eram totalmente defasadas em relação às perguntas. Os criminosos respondiam às acusações dizendo: “Eu sempre fui um militar exemplar”. Os depoimentos carregados de extensas justificativas, que comprovavam uma conduta individual ilibada como funcionário, como pai e cidadão, não condiziam com as perversidades vistas nos campos de concentração.

O que acontece aqui? Se pensarmos que a pergunta dirigia-se ao sujeito, as respostas estavam realmente de acordo. Não foi isso também o que disse o matador das chacinas, que afirma ser bom cidadão e bom pai ao se preocupar com o futuro do filho pelos exemplos de violência que vê na televisão? O prazer perverso em crimes de guerra ou urbanos, na verdade, não está onde pensamos que está. Não está em matar milhões de pessoas, está na montagem perversa com os outros do partido, do grupo ou instituição. Para obter esse prazer excessivo de subjugar o outro em nome de um ideal grupal, na maioria das vezes autoritário, paga-se qualquer preço, evidentemente. Todos os que praticam violência compartilham a esperança de poder satisfazer seus instintos agressivos um pouco além do permitido, sem por isso macular sua imagem perante sua família, sua comunidade, sua religião.

O que dizer dos atos violentos do policial militar? Sem compará-lo diretamente aos matadores das chacinas ou aos assassinos de guerra, mas ao processo de filiação grupal a que ambos estão submetidos, podemos dizer que os atos de violência do policial militar também representam uma forma de satisfação pulsional neurótica pela via coletiva, com o respaldo, inclusive, da lei. No processo de seleção a novos

candidatos à PM, não raras vezes estamos diante de pessoas que buscam a Polícia Militar como sanção para sua violência ou agressividade, como resposta a uma necessidade pessoal de subjugar o outro, em nome da lei e da ordem social. Também, nos depoimentos da clínica, ouvimos atos de violência velada ou de perversidade dissimulada do policial, que refletem o movimento de cumplicidade entre os membros da corporação.

Recentemente, em conversa informal com um experiente militar aluno da Academia de Polícia, ouvi de suas observações uma preocupação com a violência dos cadetes em dias de jogos no Mineirão. Segundo esse militar, os cadetes fazem uso abusivo do cassetete para conter os torcedores. Tal atitude, a seu ver, traduz o despreparo e a imaturidade do policial e, em seus questionamentos, indaga-se sobre a orientação dada no CEG (Centro de Ensino de Graduação). Como militar em curso na Academia, ele sabe que a orientação para a violência não é apregoada na escola, mas sente que, não sabe como e nem por qual razão, essa violência é assimilada na formação. Cita um exemplo interessante que o fez confirmar sua hipótese.

Em dia de solenidade do “Espadim Tiradentes”, em que alunos do primeiro ano do CEG recebem simbolicamente o título e a condição de cadete - momento importante que representa o início da carreira acadêmica - o militar observa que aqueles cadetes do “curso líder”<sup>2</sup> considerados boçais e maus exemplos de liderança, que normalmente abusam do poder e que usam perversamente sua influência, eram os mais cotados pelos agraciados a estarem a seu lado nas poses de retrato. Esse quadro deixou nosso interlocutor atônito e perplexo. Foi aí que concluiu que esse tipo de conduta desrespeitosa e violenta é, de uma forma ou de outra, transmitida no meio militar.

Retomando o raciocínio do início deste texto, qualquer grupo, seja de religiosos, políticos, militares ou familiares, serve de abrigo para o homem frente às suas angústias e sofrimento; contudo, serve também para respaldar algum tipo de satisfação pulsional perversa, que se manifesta através de comportamentos corruptos, desviantes, violentos ou maus. Haverá sempre uma tentativa de ultrapassar a lei sem alterá-la, ou de tornar-se exceção ao exceder um pouco mais do que os outros, sem ser visto ou ter de pagar alguma coisa por isso. Quando consideramos uma lei injusta, sentimo-nos no direito de desafiá-la e, muitas vezes, temos o aval para isso.

*Freud*, em *Mal-estar na cultura*, diz que a substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui passo fundamental da civilização, pois só assim os membros de uma comunidade restringirão sua liberdade e seus desejos para viverem em sociedade. A satisfação sexual e a agressividade serão, portanto, inibidas, para que possamos dar um passo em direção à civilização.

No entanto, conclui pesarosamente que nem a civilização, nem a ciência, nem a religião conseguirão proporcionar felicidade ao homem ou domar seus instintos. Acrescenta que os homens não são criaturas gentis e que o próximo sempre será usado para satisfazer sua agressividade, sempre será explorado em sua capacidade de trabalho sem compensação, sempre será utilizado sexualmente sem consentimento. Apoderar-se das posses do outro, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo revela a face cruel da agressividade humana, diz *Freud*.

A entrada em um grupo ou instituição não se faz sem a restrição de alguma satisfação pulsional ou sem também a obtenção de alguma parcela de segurança. Se temos, por um lado, aqueles que desejam perpetuar seu modo perverso de satisfação pulsional ingressando na PM (e, quando detectados, são recusados no processo seletivo), temos, por outro, aqueles que buscam na inclusão a segurança na contenção de seus impulsos. No último caso, os princípios éticos do grupo falam mais alto. Mesmo assim, temos que avaliar a admissão de um sujeito que busca, nas regras rígidas da PM, o esforço em reprimir sua agressividade. Ele pode não conseguir e ainda encontrar um terreno favorável a manifestações violentas.

---

<sup>2</sup> Assim são chamados os cadetes do último ano do Curso de Graduação de Oficiais e que são hierarquicamente superiores aos cadetes dos cursos precedentes.

## REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. *Perversão - um laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan. 1986.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. *Psicologia das massas e análise do eu*. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

REVISTA da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Ano VI, n. 12. *Psicanálise em tempos de violência*. Porto Alegre: Artes e Ofício.

REVISTA *Veja*. Edição 1614. Ano 32, n. 36 de 08 de setembro de 1999. São Paulo: Editora Abril.

# ESTRESSE ACUMULADO OU BURNOUT

*Waldanne Ribeiro Bartholo*  
*1<sup>o</sup> Tenente Psicóloga da PMMG*

O presente artigo é uma adaptação parcial da monografia “ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM POLICIAIS MILITARES,” apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública e Estudos da Criminalidade pela Universidade Federal do Estado de Minas Gerais.

Definitivamente, o trabalho e suas conseqüências ocupam lugar central na vida do homem, sendo, inclusive o estresse profissional considerado pela Organização Mundial de Saúde como uma “epidemia global,” a maior fonte de estresse para os adultos nos tempos atuais. A literatura confirma que, em geral, o desgaste físico e emocional provocado pela relação com a organização e com o trabalho é suficiente para originar transtornos relacionados com o estresse.

A peculiaridade do exercício policial constitui em si mesmo um fator preocupante à saúde. Quando os militares não são solicitados para fortes exposições, estão nas ruas em busca de solução aceitável para algum conflito, por mais ameno que seja. Uma vivência laboral que favorece uma intoxicação diária. Torna-se, inclusive, possível de detectar tendências de níveis de estresse em função do tempo de serviço policial. É sob essa ótica que proponho uma investigação rápida sobre a síndrome de estresse acumulado ou burnout, possíveis causas, desenvolvimento, instalação e medidas terapêuticas adequadas. Em sua gênese, burnout é um termo em inglês que significa “estar queimado,” “estar exaurido, sem energia,” designa uma reação de estresse crônico ou acumulado e está relacionado com as profissões de ajuda, nas quais se estabelece com freqüência contato intenso com outras pessoas.

## ESTRESSE ACUMULADO OU BURNOUT

A partir do momento em que a pessoa está dentro de uma instituição, torna-se alvo de diferentes variáveis que a afetam diretamente; algumas pessoas têm consciência, outras nem se dão conta do que ocorre sob a influência dessas variáveis. Uma instituição, ou mesmo a própria natureza do trabalho, podem abalar e até pressionar o trabalhador, levando-o a estados de desmotivação e determinando o aparecimento de doenças. Assim, o trabalho, além de possibilitar a construção da identidade, crescimento e inserção social, também pode gerar insatisfação, apatia e sofrimento.

É fato que a personalidade constitui, nessa relação homem-trabalho, instrumento fundamental para maior ou menor vulnerabilidade. Mesmo assim, apesar dos sintomas resultarem da relação de cada indivíduo com o trabalho, é comum que funcionários de uma mesma instituição apresentem patologias e sintomas semelhantes. Codo, Sampaio e Hitomi (1993) reforçam o ponto de vista de Dejours ao afirmarem que a organização do trabalho impacta o aparelho psíquico do homem. O ambiente e a dinâmica laboral ignoram e confrontam-se com a história pessoal de cada um, emergindo assim, um sofrimento que traz disfunções pessoais e organizacionais.

Um fenômeno conseqüente da insalubridade ocupacional é a síndrome de Burnout, ocasionada, segundo alguns autores, por um déficit entre a idealização e a concretização profissional. Surge essencialmente como um fenômeno psicossocial e vincula-se à atividade profissional na qual se estabelece, com freqüência, contato intenso com outras pessoas. Os franceses a denominam de neurose da excelência.

Em sua gênese, Burnout é um termo inglês (burn out) que significa “estar queimado,” “estar exaurido,” “sem energia.” Designa uma reação de estresse crônico ou acumulado. A síndrome de Burnout remete a uma exaustão física e psíquica, recheada de reações psicossomáticas e da gama de sintomas complexos do estresse intenso. Em geral acarreta sentimento de frustração em relação a si e ao trabalho Romano (1989). Os agentes causadores da síndrome não precisam ser severos em sua magnitude, como no estresse agudo,

tardio e no pós-traumático. “É sem dúvida, o papel temporal e relacional da Burnout que o diferencia do estresse” afirma Lima (2002) que referencia Byrne (1993) para concluir: “Burnout é a etapa final das progressivas tentativas mal sucedidas do indivíduo em lidar com o estresse, decorrente de condições de trabalho negativas.” (p. 47).

Alguns autores defendem que a síndrome em questão não atinge só o profissional, mas sim a todos, preferencialmente pessoas com baixa autoconfiança, que tenham dificuldades em lidar com limites e frustrações e crianças muito ansiosas ou submetidas a grandes pressões. (Lipp, 1996). Segundo Mitchell e Bray (1990), por exemplo, Burnout é resultado de uma exposição prolongada a um grande número de fatores estressores acumulados por um extenso espaço de tempo, tanto no trabalho quanto fora, podendo levar meses ou até anos para manifestar-se. Silva (2002), situa a Burnout como “produto de interação negativa” entre o local, os trabalhadores e os clientes, e considera que apesar de não haver consenso na definição dessa síndrome, afirma haver consenso da Burnout enquanto resposta ao estresse ocupacional e complementa:

... trata-se de uma experiência subjetiva interna que agrupa sentimentos e atitudes e que tem um semblante negativo para o indivíduo, dado que implica alterações, problemas e disfunções psicofisiológicas com conseqüências nocivas para a pessoa e para a organização. (...) Em diferentes trabalhos se tem indicado que a síndrome de Burnout se contagia entre os profissionais, através de mecanismos de modelo e aprendizagem por observação durante os processos de socialização laboral. (sem n.º)

França e Rodrigues (1997) apontam os sintomas da Burnout, que coincidem com a proposta de vários estudiosos a respeito:

- Exaustão física e psíquica, a pessoa se sente sem energia, depressiva, ansiosa, se irrita facilmente;
- A vulnerabilidade imunológica facilita a instalação de doenças, inclusive de caráter psicossomático. Tendência ao uso abusivo de álcool, cigarros e/ou outras drogas;
- Despersonalização, a pessoa passa a ter atitudes negativas para com as pessoas com as quais trabalha;
- Perda da realização e diminuição da produtividade;
- Depressão, que pode ser traduzida como falta de vontade de viver.

Mitchell e Bray (1990), apresentam os sintomas da Burnout divididos em fases:

- Fase do aviso. Os primeiros sinais são predominantemente emocionais e podem levar até um ano para aparecer, são eles: vaga ansiedade, depressão, tédio, apatia, fadiga emocional. O bloqueio do desenvolvimento e a recuperação nesse estágio são rápidos, se identificados os sintomas. Apenas a mudança de atitude da pessoa no trabalho, destinando mais tempo para si mesmo, oferecendo horas de relaxamento e descanso, pode reverter o quadro em sua manifestação inicial;

- Fase dos sintomas moderados. Se ignorados, os sintomas acima descritos fixam-se e intensificam-se, sendo agregados outros sintomas físicos: distúrbios do sono, dores de cabeça, resfriados, problemas estomacais, dores musculares, fadiga física e emocional profunda, isolamento, irritabilidade, depressão acentuada. Ainda é possível reduzir e eliminar esses sintomas, sendo necessárias, agora, as transformações mais radicais no trabalho e na vida pessoal;

- Fase de consolidação. Para se ter chegado até aqui, houve um desconhecimento das fases anteriores ou falhas nas tentativas de reversão delas. Caracteriza-se por ser uma fase dolorosa, na qual a carreira e a vida pessoal estão prestes a desabar. Experimentam-se alguns dos seguintes sintomas: fadiga emocional e física generalizada, uso abusivo de álcool e cigarro, automedicação, pressão alta e problemas cardíacos, enxaqueca, úlcera, alergia de pele, redução de apetite, perda de interesse e desempenho sexual, alto nível de irritabilidade, isolamento, discórdia conjugal ou problemas de relacionamento, ímpetos de choro, ansiedade e depressão intensa, pensamento rígido, dificuldade de relaxar, dentre outros sintomas físicos e emocionais. Difícil concretizar mudanças para equilibrar o físico e o emocional, torna-se necessário o auxílio médico e psicológico na busca da cura;

- Fase severa ou de debilitação. Após cinco a dez anos sem trabalhar os sintomas crescentes, chega-se à fase final. Se a pessoa chegou até esse extremo, pode-se sugerir que há um movimento autodestrutivo; raramente ela consegue seguir na carreira, tornando, tanto esta, quanto a vida pessoal, prematuras. Com frequência há patologia instalada, física e emocional, continuam as manifestações desenvolvidas até aqui, de maneira mais absorvente, podendo surgir outras: inabilidade para lidar com o aspecto profissional e com o pessoal, tensão crônica, falha de memória, sentimento intenso de paranóia, pensamento suicida e homicida, asma, diabetes, câncer, dentre outros.

A evolução do quadro ocorre paulatinamente com oscilação dos sintomas, havendo, no portador, uma tendência a negá-la; na maioria das vezes é detectada, primeiramente pelos que estão em volta. Leva de um a dez anos para desenvolver-se, sendo como visto por Mitchell e Bray (1990), um quadro capaz de ser prevenido, desde que a pessoa reconheça os “sinais de perigo” e esteja disposta a buscar equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional.

Os policiais-militares podem ser classificados em uma categoria típica de profissionais que apresentam imensas dificuldades em conciliar qualidade de vida e excelência profissional. Eles constituem um grupo de risco, alvo em potencial da síndrome de Burnout.

Uma pesquisa realizada pela International Stress Association evidenciou o Brasil em segundo lugar entre nove países, em nível de estresse e Burnout. Com 30% de profissionais atingidos pela síndrome, perdeu apenas para o Japão, com 70% (Jornal O Tempo, 26/05/2003). Dentre esses profissionais atingidos, a classificação segue a seguinte ordem decrescente: seguranças, controladores de voo, executivos em geral, profissionais de saúde e jornalistas. De acordo com o artigo, os controladores de voo ocuparam o primeiro lugar por muito tempo, sendo citados dois argumentos como responsáveis pela troca no ranking nos últimos anos. “Os controladores de voo foram beneficiados pela melhoria tecnológica e os policiais ou seguranças foram prejudicados pelo aumento da violência, que está fazendo com que o risco que envolve a profissão permaneça nos momentos de folga,” explicam esses pesquisadores.

Violanti (1993) comprovou, em pesquisa com policiais de New York, EUA, que há vulnerabilidades diferenciadas em função do tempo de serviço policial. Ele classifica em quatro os estágios vivenciados na carreira:

- Estágio de alarme, de 0 a 5 anos: nessa fase, o policial já experienciou situações suficientes para perceber que a realidade do ser polícia é diferente da sua idealização inicial e há um questionamento da sua capacidade de atender às exigências do trabalho;

- Estágio do desencanto, de 6 a 13 anos: é a confirmação definitiva do choque da realidade vivida na primeira fase. Ocorre de fato um desencantamento pelo trabalho, muito em função da falta de reconhecimento da população e da corporação. O estresse tende a aumentar e o cinismo comumente surge como mecanismo de defesa;

- Estágio de personalização, de 14 a 20 anos: as metas pessoais sobrepõem às metas profissionais. Em função dessa mudança de foco, o estresse tende a declinar. Aqui ocorre um ajustamento, são encontradas novas alternativas e soluções e o medo do fracasso diminui;

- Estágio da introspecção, após 20 anos: há uma segurança extrema em suas atuações e em relação aos procedimentos administrativos da organização. Tendência a constituir a fase de menor estresse.

A peculiaridade da função policial em lidar com “as mazelas humanas” (Balestreri 1988) pode ser traduzida por vulnerabilidade. Conforme mencionado no artigo “Recortes de Insalubridade na Polícia Militar de Minas Gerais” (Bartholo, 2004), ou os policiais são solicitados a intervir em cenas extremas, ou estão nas ruas resolvendo conflitos interpessoais dos mais variados níveis. Mitchell e Bray (1990) consideram que tal rotina, mesmo não incluindo eventos traumáticos, acabam por intoxicar o policial de modo progressivo, por mais inofensivos que pareçam. Ainda, salientam que tal intoxicação se agrava principalmente em ocorrências nas quais haja identificação dos conflitos vivenciados pelos próprios policiais com os conflitos nos quais devem intervir profissionalmente.

Além do desgaste físico e emocional da função, pode-se considerar a corporação em si mesma como mais uma fonte geradora de transtornos relacionados ao estresse com a qual o policial militar tem que lidar. Pecando pela abordagem simplista e superficial, pode ser apontada como significativa obstrução à saúde do policial militar, a concomitância de valores e regulamentos contraditórios: os originários da tradição secular militar secular convivem em desarmonia com os recém-chegados valores oriundos da filosofia dos Direitos Humanos. Têm-se também como estímulos favoráveis ao desenvolvimento da síndrome as escalas e os turnos de serviço alternados, a sobrecarga circunstancial de trabalho, os abusos de poder cometidos internamente, a simbologia da farda, a subcultura do sofrimento, o ideal da perfeição e do auto controle, dentre outros. Lima (2002) retrata:

A organização do serviço onde o policial está inserido, assim como, o próprio ambiente de trabalho e as suas características, têm um papel importante no bem-estar e na performance do profissional. A comunicação, a participação ativa na própria organização, tomadas de decisões, autonomia, a existência de supervisores e coordenadores disponíveis e sua relação com os subordinados, são algumas das variáveis das estruturas organizacionais, que podem condicionar ou não o aparecimento da Burnout. (p. 30).

A convivência com os civis pode ser considerada como um outro entrave na busca do policial militar por sua saúde mental. Essa interação não se dá de forma harmoniosa na maioria das vezes: em geral a população se afasta do militar, porém o procura quando necessita do seu trabalho Zacharias (1995). Nessa “(in) convivência,” assinala Zaluar (1994), estereótipos e preconceitos norteiam os dois lados envolvidos. Um soldado da PMMG que passou por um confronto armado dentro de um ônibus depõe: “Tenho pouco tempo de polícia, mas com minha experiência já descobri que civil é assim: quando precisa vem atrás da gente até na hora de folga, na hora que a gente precisa deles eles fazem de tudo pra prejudicar a gente... faz pior do que se não fizesse nada, eles fazem tudo pra prejudicar mesmo!” (sic) Esse soldado que tem dois anos de ingresso na corporação mineira ia para casa, à paisana, de ônibus, quando o ele foi assaltado por uma gangue, três homens e uma mulher; o motorista o identificou para um dos assaltantes, em voz baixa. “Só escutei um deles falar que alguém tinha me jogado pras cobras, quando vi um 38 apontado pro meu peito e o cara com o dedo no gatilho. Na hora só pensei em segurar o tambor do revólver, eu via o dedo dele acionando o gatilho sem parar, com o tambor sem rodar o tiro não saía... Pedi ao motorista pra deixar a porta fechada, ele abriu a porta e eu caí lá fora junto com o cara, a arma escorregou da minha mão e aí escorreguei na brita, foi quando fui alvejado na perna.” (sic)

A busca da salubridade no exercício da profissão policial-militar, portanto, se faz pessimista e complexa. Confirma-se, nos consultórios de médicos e psicológicos, dentro e fora dos batalhões, o que denuncia o então Coronel Cerqueira da PMRJ (1993): o policial “sofre um bombardeio diário de situações altamente estressantes que mina paulatinamente a sua saúde...” (p.11). Violência excessiva, depressão, suicídio, alcoolismo, insônia, doenças cardio-vasculares e gástricas, reações psicossomáticas, conflitos conjugais, dentre outros possíveis sintomas decorrentes da síndrome de Burnout, vão se apresentando nas instituições militares como uma constante e, de acordo com alguns autores, também com uma crescente. Contudo, a tomada de consciência do estresse ocupacional e do policial-militar com alvo desse estresse, constitui um ponto de partida na alteração decrescente desse quadro. Posteriormente, a adoção de medidas preventivas e de tratamento, sistematicamente desenvolvidas e aplicadas aos profissionais em foco permite beneficiar essa busca, em caráter coletivo.

## REFERÊNCIAS

- Burnout, o estágio mais grave do estresse*. O Tempo. Belo Horizonte, 26Abr03. Caderno de Saúde, p. 3. Autor desconhecido.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O Estresse Policial*. Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. p. 13-17, maio/1993.
- CODO, W.; SAMPAIO, J.; HITOMI, A. *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CORRÊA, Sebastião Augusto; MENEZES, José Ricardo de Melo. *Estresse e Trabalho*. 2002. Monografia (Especialização em Medicina do Trabalho) Sociedade Universitária Estácio de Sá. Campo Grande, MS.
- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Traduzido por Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 4ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1991. Título original: Introduction Clinique à la psychopathologie du travail.
- \_\_\_\_\_. *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Oboré, 1994.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi; RODRIGUES, Avelino Luíz. *Stress e Trabalho: guia básico com abordagem psicossomática*. São Paulo: Atlas, 1997.
- GOULART, Iris Barbosa (org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo: 2002.
- LIMA, João Cavalim de. *Estresse policial*, 2002, Associação da Vila Militar Publicações Técnicas, v.7.
- LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *O significado do trabalho humano: mito e ilusões do homem moderno*. 1986. p. 124-140. Dissertação ( Mestrado em Administração de Empresas). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. *Stress e suas implicações: estudo de Psicologia*. Revista do Instituto de Psicologia. Puc-Campinas. v. 1, nº 3 e 4, p. 5-19. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupo de risco*. Campinas-SP: Papyrus, 1996 a. p. 17-31.
- \_\_\_\_\_; NOVAES, Lúcia Emmanuel. *O STRESS*. In CORRÊA, Sebastião Augusto; MENEZES, José Ricardo de Melo. *Estresse e Trabalho*. 2002. Monografia (Especialização em Medicina do Trabalho) Sociedade Universitária Estácio de Sá. Campo Grande, MS.
- MASCI, Cyro. *A hora da virada: enfrentando os desafios da vida com equilíbrio e serenidade*. In CORRÊA, Sebastião Augusto; MENEZES, José Ricardo de Melo. *Estresse e Trabalho*. 2002. Monografia (Especialização em Medicina do Trabalho) Sociedade Universitária Estácio de Sá. Campo Grande, MS.
- MITCHELL, Jefft; BRAY, Grady P. *Emergency Services Stress*. 1st ed. New Jersey: A Simon & Schuster Company, 1990.
- MOSCI, Adriano et alli. *Estudo Exploratório do Sofrimento Mental de Policiais Militares do Radiopatrulhamento*. 1994. Monografia (Especialização em Medicina do Trabalho) Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- NOGUEIRA, Geralda Eloisa Gonçalves et alli. *O Estresse e suas implicações no trabalho policial*. Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública. nº 1. p. 47-61, jan./dez. 1997.
- OMS, *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - Manual de Instruções - CID-10*. 10ª revisão. v. 1. 3ª ed. São Paulo: Editora da USP. 1996.

ROMANO, Ana Sílvia Penteadó Fiore. *Levantamento das fontes de stress ocupacional de Soldados na Polícia Militar e o nível de stress por eles criado: uma proposta de um programa de curso de controle do stress específico para a Polícia Militar*. 1989. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica. Campinas, SP.

SILVA, Flávia Pietá Paulo da. *Burnout: um desafio à saúde do trabalhador*. 2000. v. 2, nº 1. Disponível em: < <http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n15>>.

VIOLANTI, John M. Padrões de Estresse no Trabalho Policial. *O Estresse policial*. Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. p. 19-27, maio/1993.

ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. *Tipos Psicológicos Junguianos e Escolha Profissional: uma investigação com Policiais-Militares da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Vetor, 1995.

# IMPLICAÇÕES DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL NA QUALIDADE DE VIDA E ESTRESSE NO TRABALHO<sup>1</sup>

*Antônio Luiz Marques*

*Psicólogo, Doutor em Administração de Recursos Humanos*

*Lúcio Flávio Renault de Moraes*

*Doutor em Administração*

*Luciano Zille Pereira*

*Psicólogo, Doutorado em Administração*

*Fernanda Pinto Pereira*

*Pesquisadora*

*Juliana Rodrigues Ferreira*

*Psicóloga, Pesquisadora*

*Lilian Vanessa Nicácio Gusmão*

*Pesquisadora*

*Patrícia Cristina Paiva Portes*

*Pesquisadora*

*Poliana Ferreira da Costa*

*Pesquisadora*

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo passa por um processo de transição radical no qual o enorme avanço tecnológico oferece opções de vida, até então, não imaginadas na história da humanidade. A tecnologia veio reforçar as habilidades técnicas e a melhoria da qualidade no mundo do trabalho enquanto que a informatização contribuiu para a agilização do processo decisório nas organizações. No intuito de acompanhar as grandes mudanças dos tempos atuais, as pessoas precisam ser treinadas e educadas, para estarem aptas a acompanharem e contribuir para a evolução crescente das organizações.

Nesse sentido, o potencial do treinamento e desenvolvimento das capacidades humanas surge no intuito de contribuir para melhorar os níveis de Qualidade de Vida dos indivíduos, sobretudo em relação ao contexto de trabalho, com consequência positiva nos níveis de produtividade das organizações. Contudo não se deve desconsiderar o caráter negativo do treinamento sobre a integridade psíquica dos indivíduos, que pode resultar em níveis elevados de estresse.

Assim, faz-se relevante uma maior compreensão das implicações da variável Treinamento sobre a Qualidade de Vida e Estresse no Trabalho, principalmente ao considerar que as abordagens de QVT – Qualidade de Vida no Trabalho – apresentam importantes alternativas em relação à satisfação no ambiente de trabalho, ao contribuir com propostas de reestruturação direcionadas ao enriquecimento do conteúdo, humanização e maior adequação às características individuais, bem como ao contexto em que são executadas.

## 2 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Para Machado *et al.* (1987), o treinamento, de uma forma geral, pode ser entendido como o processo que visa ajudar os empregados a adquirirem eficiência no seu trabalho presente ou futuro, através de apropriados hábitos de pensamento e ação, habilidades, conhecimentos e atitudes.

<sup>1</sup> Artigo extraído da pesquisa “Implicações do Treinamento na Qualidade de Vida e Estresse no Trabalho”, realizada por MORAES et al. (2000) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

O treinamento pode ser estudado através de um prisma mais crítico, que permite uma visão mais ideológica do processo, identificando algumas influências que compõem e direcionam os resultados propostos, como por exemplo: o treinamento como resultante ou reflexo da estrutura de poder vigente na organização; o condicionamento pela cultura organizacional e a presença do caráter ideológico no processo.

Para Dantas (1979), o treinamento é fortemente influenciado pela estrutura de poder das organizações, principalmente no Brasil, onde as tendências centralizadoras e autoritárias caracterizam grande parte das empresas, embora o discurso seja democrático. Esta tendência ao autoritarismo, aliada por um lado às pressões externas por parte do governo, fornecedores, concorrentes e clientes e por outro lado às pressões internas por parte dos empregados em busca de melhores salários e benefícios, tem contribuído para direcionar as decisões de T & D - Treinamento e Desenvolvimento - nas empresas, além de aliviar algumas dessas pressões.

Dejours (1997), ao analisar o objetivo principal do treinamento sob a ótica do comportamento do empregado no trabalho e com vistas ao exercício eficaz do cargo ou função - nível desempenho -, afirma que os comportamentos humanos não podem ser corretamente interpretados a partir do universo físico e mental individual. Segundo ele, toda atividade de trabalho está submetida a uma regulação pela interação entre as pessoas, o que leva a submeter à crítica os pressupostos subjetivistas e culturalistas na abordagem do fator humano.

### **2.1 Treinamento gerencial**

O Treinamento Gerencial pode ser entendido como um treinamento de potencialização do gerente, considerado como de longa duração, diferenciando-se do treinamento de curta duração utilizado normalmente pelas diversas organizações em outros tipos de treinamento. Assume um caráter mais abrangente e preponderante, onde são focadas necessidades amplas, relacionadas às demandas gerenciais. Objetiva, entre outros aspectos, contribuir para o desenvolvimento das características pessoais, possuindo um impacto maior quando comparado aos treinamentos tradicionais, não somente pela questão temporal, mas também no âmbito pessoal e profissional, à medida em que pode afetar os níveis de qualidade de vida e estresse ocupacional.

Nesse sentido, esse tipo de treinamento procura desenvolver os gerentes, para que possam atuar de forma flexível, a fim de promover as mudanças necessárias nos diversos contextos organizacionais.

De acordo com Fontes (1977), a função de gerente é guiar recursos humanos e físicos em unidades organizacionais dinâmicas, que atingem seus objetivos de proporcionar satisfação aos que dela se servem, compensação normal para os que a criaram e um elevado grau de moral e consciência de realização por parte dos que prestam serviço.

Segundo Carvalho (1988), a gerência constitui-se numa atividade que está relacionada à maximização dos recursos materiais e financeiros disponíveis, trabalho esse realizado através de equipes motivadas e comprometidas, tendo em vista a consecução de metas predeterminadas.

O treinamento, especialmente o gerencial, objetiva permitir ao indivíduo o desenvolvimento de habilidades variadas dentro da organização, servindo o gerente como intermediador entre as necessidades que guiarão o treinamento e a transmissão de seus resultados aos demais membros da organização.

## **3 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO**

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um tema facilmente percebido nos estudos do binômio indivíduo-organização e possui sua importância bastante reconhecida, o que contribuiu para a existência de várias abordagens envolvendo esse contexto, sempre com o objetivo de melhorar o bem-estar do trabalhador e o desempenho organizacional.

Pode-se dizer que fatores como conscientização de trabalhadores, crescimento do movimento sindical e aumento da responsabilidade social das empresas impulsionaram os movimentos de QVT a partir da

década de 60. Porém, é na década de 70 que alguns autores situam o avanço dos estudos da QVT, com o foco voltado para saúde, segurança e satisfação dos trabalhadores, através da organização do trabalho com análise e reestruturação da tarefa. Justificado pelas crises no setor energético e pelo aumento da inflação, surge, em meados da década de 70, um certo declínio nos estudos e pesquisas nesta área. É a partir do último ano dessa década que se verifica, alavancada pelas técnicas administrativas japonesas, uma reação ocidental de investimento em desenvolvimento de estudos de QVT.

Uma considerável diversidade foi causada nos estudos e enfoques a respeito de QVT influenciados por variações culturais, de contextos sócio-políticos de época e de idiossincrasias de cada autor. Essas diferenças, no entanto, longe de se conflitarem, complementam-se, permitindo uma visão bastante ampla e integrada do conceito.

Alguns modelos se apresentam mais abrangentes como os de Walton (1973), Lippitt (1978), Westley (1979), ou com enfoques mais específicos, como cargo (Huse; Cummings 1985; Nadler e Lawler, 1983; Davis e Werther 1983), remuneração (Thériault 1980), ambiente físico de trabalho (Denis 1980) e as dimensões básicas da tarefa (Turner, Lawrence, 1973; Hackman: Lawler, 1971); Hackman e Oldham, (1975).

### 3.1 Modelo das dimensões básicas da tarefa

O estudo aqui apresentado, no que se refere à QVT, usou como base teórica o modelo de Hackman e Oldham (1975), que considera as características da tarefa do indivíduo como viabilizadoras de satisfação através da criação de estados psicológicos críticos. Relevância percebida é o primeiro desses estados psicológicos e diz respeito ao grau em que o indivíduo percebe o seu trabalho como importante e significativo. O segundo estado é a responsabilidade percebida pelo trabalhador em relação ao seu trabalho, ou seja, o grau em que se sente responsável pelos resultados do trabalho que executa. Em terceiro está o estado que se refere ao conhecimento dos resultados do trabalho pelo trabalhador, isto é, ao grau com que o indivíduo conhece e entende seu desempenho efetivo na tarefa. A presença desses estados é um indicador de motivação.

Segundo os autores, as dimensões da tarefa capazes de criar os estados psicológicos críticos acima citados são: Variedade de Habilidades e Talentos exigidos na realização da atividade; Identidade da Tarefa, ou seja, o nível em que é possível, na realização da tarefa, identificar o desenvolvimento de um trabalho completo; Significado da Tarefa, isto é, o grau em que a tarefa impacta a vida ou o trabalho de outras pessoas; Autonomia, liberdade do indivíduo de planejar a forma de realização do trabalho; *Feedback* Extrínseco decorrente da avaliação do desempenho realizada por terceiros; *Feedback* Intrínseco, verificado quando a própria atividade fornece ao indivíduo possibilidade de avaliar seu desempenho e Contato com Pessoas - colegas, clientes, etc. - na realização das atividades inerentes ao cargo.

Esse modelo traz ainda a variável Resultados Pessoais e de Trabalho que se refere a sentimentos decorrentes da realização do trabalho e da geração de resultados. Outra categoria constante do modelo são as Satisfações Contextuais, que avalia a Satisfação com Possibilidade de Crescimento, Supervisão, Segurança no Trabalho, Compensação e Ambiente Social. Existe ainda a variável Necessidade Individual de Crescimento, relacionando características da tarefa e respostas individuais.

A partir desse modelo, foi desenvolvido por Hackman e Oldham (1975) o *Job Diagnostic Survey*, questionário adaptado por Moraes e Kilimnik (1994) e utilizado na presente pesquisa com o objetivo de avaliar as possíveis implicações do Treinamento sobre a Qualidade de Vida no Trabalho dos sujeitos pesquisados, considerando suas abordagens como alternativas relacionadas à satisfação no ambiente de trabalho.

## 4 ESTRESSE OCUPACIONAL

As contínuas mudanças e instabilidades crecentes no mundo atual tem obrigado os indivíduos a se adaptarem, tornando-os vulneráveis a doenças psicossomáticas e biológicas. De acordo com Moraes e Kilimnik (1994), o mecanismo de reação sendo constantemente ativado e experimentando níveis contínuos

de pressão, ocasiona no indivíduo processo de auto-agressão psicofísica. As pesquisas indicam que o estresse provoca um aumento nos níveis de rotatividade, absenteísmo, além de doenças e acidentes de trabalho, sendo estes uma das causas que tornam o estresse um fenômeno alvo de muita discussão.

Segundo Selye (1959), o estresse pode ser definido como o desgaste ocasionado pela inadaptação prolongada do indivíduo às exigências psicofísicas do ambiente. Uma característica desse estresse é a inespecificidade em relação às causas e às alterações fisiológicas decorrentes, podendo ser provocado por diversos fatores, implicando manifestações variadas. É, pois, uma consequência da relação do indivíduo e seu meio, envolvendo um desequilíbrio entre as exigências externas e a estrutura psíquica individual, dependendo da capacidade de resposta e da percepção de cada indivíduo.

Os sintomas do estresse podem variar de uma simples sensação de desconforto a uma total prostração do corpo e da mente. Couto (1987) cita como principais sintomas o nervosismo, a ansiedade, a irritabilidade, a fadiga, a angústia, a raiva, a depressão, a dor no estômago, nos músculos do pescoço e ombros e dores no peito quando o indivíduo se encontra sob pressão.

É importante atentar-se para o fato de que o estresse está intimamente relacionado ao ambiente de trabalho, este aqui entendido como não só os aspectos ergonômicos ou espaciais, mas principalmente como questões relacionadas ao trabalho e às características da organização. Isso porque, no ambiente organizacional, constantemente os trabalhadores estão submetidos a pressões, as quais constituem situações que possibilitam o aparecimento de algum nível de estresse. A identificação das fontes de pressão no trabalho é fundamental para que estas sejam amenizadas, ou, se possível, erradicadas.

De acordo com Cooper *et al.* (1988), existem seis grandes grupos de agentes estressores presentes no ambiente de trabalho: fatores intrínsecos ao trabalho, papel do indivíduo na organização, relacionamento interpessoal, carreira e realização, estrutura e clima da organização e a interface casa/trabalho.

Cooper *et al.* (1988) construíram um modelo dinâmico, abrangendo características organizacionais e individuais, além das práticas individuais de combate ao estresse. Para os autores, esse fenômeno tem consequências físicas e mentais negativas e é proveniente da utilização inadequada das estratégias de combate ao estresse. De acordo com esse modelo, os indivíduos, a partir de seus valores e estruturas individuais - *locus* de controle e tipo de comportamento -, quando expostos à ação de agentes estressores - fontes de pressão -, desenvolvem meios singulares de defesa - mecanismos de combate -. O estresse, então, se manifesta quando essas estratégias de combate forem ineficientes.

A partir desse modelo, os autores desenvolveram o OSI - *Occupational Stress Indicator* - questionário utilizado no mundo inteiro para diagnóstico do estresse organizacional, envolvendo os seguintes aspectos: saúde física e mental, nível de estresse, de tensão, vulnerabilidade individual e pressões no trabalho.

O modelo de Cooper *et al.* (1988) e o respectivo instrumento de diagnóstico de Estresse Ocupacional foi utilizado neste estudo para análise da referida variável.

## **5 METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO**

Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caráter avaliativo-descritivo, através da utilização de técnicas quantitativas Zetterberg (1965). A amostra analisada foi de 300 indivíduos, de uma população de 493 alunos do curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* de uma grande instituição federal de ensino superior. A escolha da população foi intencional, dando-se em função da sua relevância e viabilidade para o estudo em questão.

Foi empregado um questionário elaborado a partir do referencial teórico, tomando os modelos de HACKMAN E OLDFHAM (1975) para QVT, para avaliação do Estresse Ocupacional, utilizando-se como referência o modelo de Cooper *et al.* (1988). Quanto às variáveis que se referem ao Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal, foi utilizado o questionário desenvolvido por Borges-Andrade (1999a e 1999b). O instrumento de avaliação utilizado nesta pesquisa foi estruturado a partir de escalas multi-item tipo *Likert* com seis categorias, onde cada item é avaliado segundo uma conceituação específica. Buscou-se, na primeira parte, obter informações de natureza demográfica e comportamental em relação à vida pessoal e profissional

dos indivíduos, tendo o restante como estrutura três agrupamentos que, respectivamente, referem-se a Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal, QVT, e Estresse. Foram usadas as técnicas de análise de conglomerado, correlação de *Pearson* e análise de variância. Os dados obtidos a partir deste questionário foram tabulados e submetidos a tratamentos estatísticos. Estes incluíram levantamento de dados descritivos da amostra e cálculos de medidas de tendência central.

Os objetivos da pesquisa foram os seguintes: Identificar os impactos que o Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal - T&D - geraram na Qualidade de Vida e Estresse no Trabalho dos indivíduos da amostra; diagnosticar o nível de Qualidade de Vida e Estresse no trabalho; identificar os principais fatores de pressão no trabalho.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para definição da variável Eficácia do Treinamento, foram considerados os seguintes critérios: desenvolvimento de habilidades, melhoria da qualidade do trabalho e dos inter-relacionamentos, aumento da motivação e da receptividade a mudanças, aplicação do conteúdo do treinamento no trabalho, entre outros. O grupo 1 representa as pessoas que possuem uma percepção positiva dos resultados do treinamento - Treinamento eficaz -, enquanto o grupo 2 representa as pessoas que não percebem a partir do treinamento melhorias em seu cotidiano de trabalho - Treinamento não-eficaz. O resultado obtido pode ser verificado através da TABELA 1 a seguir:

**TABELA 1 - COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DA VARIÁVEL EFICÁCIA DO TREINAMENTO**

Grupo	Número de respondentes	Média para o grupo	Desvio Padrão	Sig.	Conclusão
1	86	5,06	0,34	0,000	Grupo 1 > Grupo 2
2	167	3,77	0,75		

Fonte: Dados de pesquisa.

Em relação aos dados pessoais, constatou-se que a amostra, no que se refere à variável sexo, apresentou um equilíbrio nos resultados (59% masculino, 41% feminino), a idade da amostra concentrou-se entre 30 e 50 anos (64%), não se verificou diferença na variável estado civil entre solteiros (47,06%) e casados (47,45%). Observou-se uma diferença bastante significativa em relação à variável consumo de cigarros, 89% da amostra não fuma, 10% fumam e 1% não respondeu. Para a variável consumo de bebidas alcoólicas, a maioria faz uso delas, sendo que 37% o faz raramente e 44% às vezes.

Quanto aos dados profissionais, verificou-se que 40% da amostra trabalha na empresa há menos de 3 anos, 59% acima de 3 anos e 1% não respondeu esta questão. Quanto à carga diária de trabalho, a maioria da amostra (68%) trabalha 8 horas por dia, sendo que 64% afirmaram que essa carga horária é necessária para concluir seu trabalho. Verificou-se ainda que, para 83% da amostra, o trabalho é uma fonte de sustento que pode levar à auto-realização.

Quando avaliados os Resultantes Atitudinais, podem-se perceber resultados superiores em todas as variáveis no grupo considerado como Treinamento eficaz quando comparado ao de Treinamento não-eficaz, o que pode ser observado na TABELA 2 a seguir:

**TABELA 2 - RESULTANTES ATITUDINAIS**

Resultantes Atitudinais	Grupo	Média	Sig.	Conclusão
Satisfação Geral com o Trabalho	1	4,02	0,000	1>2
	2	3,62		
Motivação Interna do Trabalho	1	4,74	0,011	1>2
	2	4,52		
Satisfação com as Possibilidades de Crescimento	1	4,73	0,000	1>2
	2	4,14		

Fonte: Dados da pesquisa.

GRUPO 1 – Treinamento eficaz.

2 – Treinamento não-eficaz.

Os sujeitos do grupo 1 - Treinamento eficaz - apresentaram também resultados superiores na maioria das Dimensões Básicas da Tarefa. Apenas na variável Identidade da Tarefa, não se observaram diferenças significativas entre os dois grupos. Isso pode ser indicativo de uma relação positiva entre Treinamento e Dimensões Básicas da Tarefa, relacionadas no modelo de Hackman e Oldham (1975), conforme TABELA 3 a seguir:

**TABELA 3 - DIMENSÕES BÁSICAS DA TAREFA**

Dimensões Básicas da Tarefa	Grupo	Média	Sig.	Conclusão
Variedade de Habilidades	1	4,90	0,000	1>2
	2	4,38		
Identidade de Tarefas	1	3,17	0,239	1=2
	2	3,29		
Autonomia	1	4,53	0,014	1>2
	2	4,22		
<i>Feedback</i> Intrínseco	1	4,52	0,003	1>2
	2	4,18		
<i>Feedback</i> Extrínseco	1	4,40	0,000	1>2
	2	3,94		
Inter-relacionamento	1	5,36	0,438	1>2
	2	4,85		
Média entre os grupos	1	2,92	0,376	1>2
	2	2,89		
Média geral	2,90			

Fonte: Dados da pesquisa.

GRUPO 1 – Treinamento eficaz.

2 – Treinamento não-eficaz.

Segundo o modelo utilizado, a relação entre Resultantes Atitudinais e Dimensões Básicas da Tarefa gera estados psicológicos nos quais o grupo 1 apresentou resultados significativamente superiores quanto às variáveis Percepção da Significância do Trabalho e Percepção da Responsabilidade pelos Resultados em relação ao grupo 2. Embora os dois grupos tenham conhecimento dos resultados do trabalho, não houve diferença significativa nesse item, o que pode ser demonstrado na TABELA 4.

**TABELA 4 - ESTADOS PSICOLÓGICOS**

Estados Psicológicos	Grupo	Média	Sig.	Conclusão
	1	4,88		
	2	4,58	0,004	1>2
	1	4,71		
	2	4,42	0,001	1>2
	1	3,77		
	2	3,69	0,265	1>2

Fonte: Dados da pesquisa.

GRUPO 1 – Treinamento eficaz.

2 – Treinamento não-eficaz.

No que se refere à variável Eficácia do Treinamento, esta não repercutiu consideravelmente nas Fontes de Pressão no Trabalho, como pode ser evidenciado na TABELA 5:

**TABELA 5 - FONTES DE PRESSÃO NO TRABALHO**

Fontes de Pressão no Trabalho	Grupo	Média	Sig.	Conclusão
Carga de Trabalho	1	4,90	0,346	1>2
	2	4,38		
Inter-relacionamentos	1	3,17	0,391	1=2
	2	3,29		
Equilíbrio entre Vida Pessoal e Profissional	1	4,53	0,342	1>2
	2	4,22		
Responsabilidade Pessoal	1	4,52	0,771	1>2
	2	4,18		
Exigências do Ambiente de Trabalho	1	4,40	0,797	1>2
	2	3,94		
Falta de Possibilidade de Crescimento	1	5,36	0,535	1>2
	2	4,85		
Ambiente e Clima Organizacional	1	2,92	0,951	1>2
	2	2,89		
Média entre os grupos	1	3,48	0,641	1>2
	2	3,44		
Média geral		3,45		

Fonte: Dados da pesquisa.

GRUPO 1 – Treinamento eficaz.

2 – Treinamento não-eficaz.

Com relação à subescala Mecanismos de Combate ao Estresse, observam-se diferenças significativas na variável Planejamento do Trabalho com maiores índices no grupo 1. Quanto à variável Apoio Social, não foram constatadas diferenças relevantes entre os grupos, conforme Tabela 6 a seguir.

**TABELA 6 - MECANISMOS DE COMBATE AO ESTRESSE**

Mecanismos de Combate ao Estresse	Grupo	Média	Sig.	Conclusão
Planejamento do Trabalho	1	4,25	0,026	1>2
	2	4,05		
Apoio Social	1	3,95	0,062	1>2
	2	3,75		

Fonte: Dados da pesquisa.

GRUPO 1 – Treinamento eficaz.

2 – Treinamento não-eficaz.

## 7 CONCLUSÕES

No que se refere à variável Qualidade de Vida no Trabalho, foi constatada uma maior significância dessa variável no grupo 1 (Treinamento eficaz) quando comparado com o grupo 2 (Treinamento não-eficaz). Tal resultado aponta para uma correlação positiva entre Qualidade de Vida no Trabalho e Eficácia do Treinamento, o que pode ser explicado pelo fato de os maiores índices de QVT proporcionarem Resultados Atitudinais favoráveis decorrentes da aplicação do conteúdo do Treinamento realizado, no contexto do trabalho dos indivíduos. Os melhores níveis de QVT podem ainda ter lhes possibilitado melhores condições, permitindo a eles obterem um maior aproveitamento do Treinamento ao qual foram submetidos.

Em relação aos fatores que causam pressão no trabalho, como Carga de Trabalho, Interrelacionamentos, Equilíbrio entre Vida Pessoal e Profissional, Responsabilidade Social dentre outros, não houve uma relação direta entre esses fatores e a variável Treinamento.

De um modo geral, os grupos apresentaram um alto nível de Qualidade de Vida pessoal e no ambiente de trabalho, sendo menos acentuado no grupo mais jovem.

Em relação à Eficácia do Treinamento, os grupos pesquisados percebem as Fontes de Pressão no trabalho num nível de intensidade baixo. Outro dado relevante é que esse grupo que apresentou Eficácia no Treinamento revelou também resultados superiores na maioria das Dimensões Básicas da Tarefa. Vale ressaltar ainda que esse grupo demonstrou maior Motivação Interna no Trabalho, o que pode ser explicado pela percepção da capacidade para superar as dificuldades, uma vez que o indivíduo tem a oportunidade de empregar na prática os conhecimentos obtidos através do Treinamento.

Em relação aos Mecanismos de Combate ao Estresse, observam-se diferenças significativas na variável Planejamento do trabalho que apresenta maiores índices no grupo 1 (Treinamento eficaz). Uma possível explicação para esse resultado é que o treinando está mais preparado e consegue então planejar, de maneira satisfatória, o seu trabalho, sendo capaz de executá-lo eficientemente, não o tornando uma fonte de pressão. Além disso, os indivíduos do grupo de Treinamento eficaz apresentam menor *Locus* de Controle Externo que o outro grupo. Isso leva a crer que os indivíduos constituintes do grupo 1 apresentam uma maior percepção do seu controle sobre o trabalho desenvolvido, sentindo-se mais responsáveis por ele.

Por outro lado, aqueles que se apresentaram menos motivados, menos satisfeitos com o trabalho e com a possibilidade de crescimento pessoal perceberam o treinamento de forma não-eficaz. Isso talvez possa ser justificado por não acreditarem que o treinamento lhes traria melhores perspectivas profissionais, não visualizando meios de melhorar suas condições de trabalho ou de ascenderem profissionalmente através do treinamento.

Portanto, o Treinamento Eficaz mostrou-se fundamental para capacitar o indivíduo, aprimorando suas habilidades, capacitando-o a tomar importantes decisões de maneira mais independente, estando mais apto a desempenhar suas funções, o que aumenta a confiabilidade da chefia em relação às tarefas por ele desenvolvidas. Os dados apontam para a relevância do treinamento na vida profissional do indivíduo e para melhores resultados da organização, sendo aconselhável maior investimento em programas eficazes de treinamentos.

**REFERÊNCIAS**

- BARRY, W.S. *Fundamentos da gerência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 - 2. Ed.
- BOMFIN, David. *Pedagogia no treinamento*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- BOOG, Gustavo G. *Manual de treinamento e desenvolvimento-ABTD*. São Paulo: Makron Books, 1998.
- CARVALHO, A .V. *Treinamento de recursos humanos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1988.
- COOPER, C. et al. *Occupational stress indicator: test sources of pressure in job*. England: Windsor, 1988.
- COUTO, H. A . *Stress e qualidade de vida dos executivos*. Rio de Janeiro: COP, 1987.
- DANTAS, Laura e RIBEIRO, A. M. M. *O treinamento empresarial no Brasil: ideologia e prática*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979 (mimeo).
- DAVIS, K. , WERTHER, W. B. *Administração de pessoal e recursos humanos*. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- DEJOURS, C. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1985.
- FARSWORTH, Terry. *Formação e treinamento de executivos na empresa*. São Paulo: Mc Graw Hill, 1976.
- FONTES, Lauro B. *Manual do treinamento na empresa moderna*. São Paulo: Atlas, 1977.
- HACKMAN, J. R. , OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. *Journal of applied Psychology*, v. 60, n. 2, p.159-170, 1975.
- HUSE, E. F., CUMMINGS, T. G. *Organization development and change*. 3 ed., St. Paul: Ed. Minn, 1985.
- LIPPIT, G. L. Quality of working life: organization renewal in action. *Training And Development Journal*, July, v. 32, n. 1, 1978.
- MACHADO, Nelson , TONIOLI, Nilson. *Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: uma abordagem sistêmica*. São Paulo: RTA Editores Ltda, 1987.
- MARQUES, Antônio Luiz. *The work situation and class position of brazilian engineers*. Birmingham: Aston Business School, 1993. (Tese de Doutorado).
- MORAES, L.F.R. *Diagnóstico de Qualidade Vida e Stresse no Trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 2000. (Relatório de Pesquisa).
- MORAES, L. F. R. et al. *A qualidade de vida do trabalho automatizado*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 1990. (Relatório de Pesquisa).
- NADLER, D., LAWLER, E. *Quality of work life: perspectives and directions*. *Organization Dynamics*, New York: v.1, n. 11, p. 20-30, Winter/1983.
- MORAES, L. F. R. & KILIMNIK, Z. M. *Comprometimento organizacional, qualidade de vida e estresse no trabalho: uma abordagem de diagnóstico comparativo*. Belo Horizonte: CEPEAD/UFMG, 1994. (Relatório de Pesquisa).

SELYE, Hans. *Stress - a tensão da vida*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A. 1959, 396 p.

THÉRIAULT, R. *Qualité de la vie au travail: implications sur la gestion de la rémunération*. In: BOIBOISVERT, M. *La qualité de la vie au travail*. Otawwa: Agence D'arc, 1980.

SROUR, R. M. *Poder cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

WALTON, R. *Quality of working life: what is it?* *Sloan Management Review*, v. 15, n.1, p.11-21, Dec. 1973.

WESTLEY, W. A. *Problems and solutions in the quality working life*. *Human Relations*, New York: v. 32, n. 2, p. 113-23, feb.1979.

ZETTERBERG, H. *Sobre la sociología como disciplina científica*. In: *Nueva Visión - Teoría y Verificación em Sociología*. Buenos Aires: 1965.

# QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E ESTRESSE OCUPACIONAL NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

*Lúcio Flávio Renault de Moraes*  
*Mestre em Administração da UFMG*

*Antônio Luiz Marques*  
*Mestre em Administração da UFMG*

*Patrícia Cristina Paiva Portes*  
*Psicóloga e Pesquisadora*

## 1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Dentre as transformações positivas e negativas que podemos perceber no final deste século, destacamos o aumento da criminalidade e da violência no Brasil e no mundo. Qualquer cidadão, especialmente nas cidades grandes, está sujeito a sofrer os mais diversos tipos de violência moral e social.

Segundo um estudo divulgado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de 1986 a 1997 o Estado de Minas Gerais assistiu a um aumento de quase 100% na criminalidade violenta, sendo que esse crescimento acentua-se a partir do ano de 1991.<sup>1</sup> Várias são as tentativas de se justificar essa explosão de crimes. Mas ainda não se chegou a um consenso sobre as causas de tais atos violentos. Existem atribuições a inúmeros fatores para o aumento da criminalidade, mas nenhum deles possui exclusividade comprovada.

Uma causa atribuída ao aumento da violência é a miséria e a falta de estrutura sócio-econômica. Pesquisas e dados estatísticos confirmam que as principais vítimas da violência são de classes sociais baixas. Este não é, porém, o fator determinante, pois a criminalidade tem aumentado também nos países mais desenvolvidos.

Outro fator ao qual são atribuídos os altos níveis de violência é a falha nos programas de segurança pública realizados pelo governo. A polícia em geral, inclusive a Polícia Militar, é alvo de inúmeras críticas e se encontra, no Brasil, em um período de crise. Fatores como corrupção e violência policial têm contribuído para tal crise e têm degradado a imagem do policial, tanto militar quanto civil na sociedade. As pessoas em geral não mais acreditam neste profissional como um aliado contra a criminalidade que as assedia diariamente. É como agravante deste quadro que podemos perceber os policiais em geral como possuidores de uma baixa auto-estima e como profissionais despreparados para sua atuação. O fracasso da intenção policial provoca fatores como a frustração desses policiais em relação à instituição polícia e a aspectos mais restritos como o salário baixo ou a falta de segurança.

É necessária uma análise mais detalhada do sistema organizacional que constitui a Polícia Militar. A respeito da Cultura de tal Corporação, SILVA NETO (1997), em estudo sobre a cultura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais, concluiu que: “o militar” é dominado pela vontade de seus superiores; é não criativo; o poder hierárquico é utilizado para anular oposições e dominar os subordinados, prevalecendo acima do conhecimento; não pode expressar suas opiniões livremente e o poder político exerce grande influência, sobrepujando as metas traçadas pela organização; o poder hierárquico é empregado basicamente para punir e obter resultados; para apenar inimigos e beneficiar amigos; usado na solução de conflitos, impasses ou problemas, em sobreposição à negociação; utilizado, também, pelos superiores em detrimento dos valores humanos e bem-estar dos subordinados.

Apesar de ser uma profissão tão importante, além dos problemas já citados, os policiais sofrem ainda com salários defasados. Isso os obriga, muitas vezes, a realizarem atividades extras que lhes ocupam tempo e causam desgaste adicional.

<sup>1</sup> Estudo “Criminalidade Violenta em Minas Gerais – 1986 a 1997” realizado em parceria pela Fundação João Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais.

A situação do policial militar apresenta-se, portanto, em um quadro extremamente crítico que pode ser causador de muitos incidentes desagradáveis e indesejáveis, como a violência exercida pelo policial para com a sociedade, a corrupção policial e ainda a violência exercida contra si mesmo, como o auto-extermínio.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Qualidade de vida no trabalho

Em uma visão geral de estudos sobre Qualidade de Vida no Trabalho, um raro consenso é que ela é um meio de mudar e contrariar o caráter duro e desumano dos métodos tayloristas de trabalho. Busca-se com ela um maior bem-estar dos trabalhadores.

Para *HUSE e CUMMINGS* (1985), a busca da Qualidade de Vida no Trabalho deve se dar de forma a envolver o trinômio pessoas-trabalho-organização. Outro fator importante no desenvolvimento da QVT é a remuneração, por ser alvo de tantas preocupações por parte dos trabalhadores e por possibilitar um maior nível de segurança a eles *THÉRIAULT* (1980). Segundo *WERTHER e DAVIS* (1983), a variável de QVT mais importante é a natureza da tarefa ou o cargo do trabalhador.

*HACKMAN; OLDHAM* (1975) desenvolveram o “Modelo das dimensões básicas da tarefa”, o qual proclama que as características específicas das tarefas em si são capazes de promover estados psicológicos que determinam a motivação e a satisfação dos indivíduos em relação ao seu trabalho.

Esses estados são: - Significância percebida, ou seja, o grau de importância, validade e significação que a pessoa confere ao seu trabalho, de acordo com a sua escala de valores; responsabilidade percebida em relação ao seu trabalho, ou seja, grau de responsabilidade que o indivíduo atribui a si mesmo no trabalho que realiza; conhecimento dos resultados do trabalho, ou seja, grau em que o indivíduo conhece seu desempenho na tarefa.

Segundo *HACKMAN; OLDHAM* (1975), as dimensões da tarefa capazes de criar estados psicológicos críticos necessários à motivação são: **Variabilidade de habilidades:** grau em que a tarefa requer uma variedade de atividades diferentes para a sua execução, através do envolvimento e uso de várias habilidades e talentos por um mesmo indivíduo; **Identidade da tarefa:** grau em que a tarefa permite a execução de um trabalho “completo” e identificável, isto é, realizado do início ao fim, com vistas a se obter resultados visíveis; **Significado da tarefa:** grau em que a tarefa tem um impacto substancial sobre a vida ou trabalho de outras pessoas, sejam elas pertencentes à organização ou ao ambiente externo; **Autonomia:** grau em que a tarefa fornece ao indivíduo substancial independência e liberdade para programar seu trabalho e determinar os procedimentos para sua execução; **Feedback extrínseco:** grau em que o indivíduo recebe informações claras sobre seu desempenho, através de seus superiores, colegas ou clientes; **Feedback intrínseco:** grau em que a própria execução das atividades fornece ao seu executor informações diretas e claras sobre seu desempenho; **Contato com pessoas:** grau em que o trabalho requer que o empregado lide diretamente com outras pessoas, inclusive clientes.

Existem ainda dois grupos de variáveis: “Resultados Pessoais e de Trabalho”, que objetiva identificar reações pessoais e sentimentos do indivíduo ao desempenhar seu trabalho; e, ainda, “Satisfações Contextuais”, que busca verificar o grau de bem-estar do indivíduo em relação à satisfação de necessidades de natureza contextual como: Possibilidade de Crescimento (SPC); Supervisão Adequada (SSU); Segurança no Trabalho (SS); Compensação (SC) e Ambiente Social (SAS).

Há também a variável “Necessidade Individual de Crescimento” (NIC), que faz uma relação entre as características da tarefa e as respostas individuais. Segundo esse modelo, entende-se QVT como satisfação e motivação expressas de diversas formas e que são resultado de estados psicológicos gerados por um nível ótimo das dimensões básicas da tarefa.

Com base nesse modelo, *HACKMAN; OLDHAM* (1975) desenvolveram um instrumento chamado “Job Diagnostic Survey”, que possibilita fazer um diagnóstico dos trabalhos existentes e saber se estes deveriam ser alterados de forma a trazer maior produtividade e motivação aos empregados bem como avaliar os efeitos das mudanças de trabalho sobre os indivíduos.

## 2.2 Estresse Ocupacional

O atual ritmo acelerado dos acontecimentos é um fator que exige uma enorme capacidade de adaptação por parte da humanidade. Essa necessidade de adaptação constante, associada a outros fatores como o prejuízo sofrido pela saúde física nas grandes cidades, vem aumentando os níveis de desenvolvimento do estresse na maioria das pessoas.

Uma grande fonte de estresse atual é o próprio trabalho humano. Isso tem provocado vários estudos do que hoje se chama de Estresse Ocupacional. Esse conceito é definido por *COOPER et al. (1988)* como negativo e vinculado às características próprias de cada indivíduo, como resultado da forma inadequada em se lidar com eles.

Para *SELYE (1974)*, o Estresse pode ainda ser dividido em duas formas de ocorrência: o distresse, que é sua forma negativa, e o eustresse, que é sua forma positiva, constituindo um motivador para a superação das fontes de pressão. Longos períodos de permanência do eustresse, porém, podem acarretar o surgimento do distresse.

Outra forma de se dividir o estresse é ainda classificando-o como de sobrecarga (excesso de atividades) ou de monotonia (escassez de atividades), variando essa classificação com os níveis que cada indivíduo é capaz de suportar de cada possibilidade. *COUTO (1987)*.

### 2.2.1 Sintomas do estresse

Vários podem ser os sintomas do estresse. *COUTO (1987)* relaciona dez principais sintomas do estresse: nervosismo, ansiedade, irritabilidade, fadiga, sentimentos de raiva, angústia, períodos de depressão, dor no estômago, dor nos músculos do pescoço e ombros e dores discretas no peito quando a pessoa está sob pressão.

Para *Cooper et al (1988)*, porém, os sintomas do estresse organizacional apesar de serem de difícil identificação podem ser apontados como responsáveis por fatores organizacionais indesejáveis como altos índices de *turnover* e absenteísmo.

### 2.2.2 As pressões existentes no trabalho

Segundo vários autores, pressões estão ligadas às situações que trazem algum tipo de desconforto ou de desafios ao indivíduo, aos quais terá que se adaptar da melhor forma possível e que exigem uma capacidade de lidar com situações às vezes inesperadas e causadoras de mal-estar psíquico e físico. Já o estresse refere-se à reação do indivíduo frente a essas situações e a esses sentimentos.

*Rio (1995)* define pressões como estímulos que possuem um maior grau de potência, funcionando como gatilhos que disparam o estresse em cada um de nós.

Algumas funções ou cargos possuem características que são naturalmente estressantes. Além da forma como cada indivíduo lida com as pressões no trabalho, é importante também a forma como a organização lida com a qualidade de vida de seus empregados.

Quanto mais o indivíduo conhece a si próprio, mais capaz ele se torna de lidar de forma adequada com os eventos estressantes. E a própria organização, ao conhecer as tarefas que propõe, torna-se mais capaz de encontrar caminhos e alternativas, quando possível, que venham aplacar o sofrimento do trabalhador.

### 2.2.3 Características pessoais e estresse e os agentes estressores existentes no ambiente de trabalho

É importante entender ainda que cada indivíduo reage de forma diferente aos fatores estressantes. Essa vulnerabilidade individual é influenciada basicamente por duas variáveis que são Tipo de personalidade e Locus de controle.

O tipo de personalidade “A” caracteriza indivíduos com uma vida corrida, apressada. O tempo lhes é sempre curto e sempre querem fazer mais coisas do que são capazes. O comportamento tipo “B” é raramente levado pelo desejo de obter um interminável número de coisas ou participar de mais atividades em um período cada vez menor.

*Locus* de controle é a atribuição feita pelos indivíduos aos acontecimentos em geral. Possui *Locus* de controle externo aquele que atribui a causa dos acontecimentos a eventos exteriores como sorte ou destino. Já os indivíduos que possuem *Locus* de controle internos atribuem exclusivamente a si mesmos a responsabilidade dos eventos à sua volta. Essa teoria foi desenvolvida por *Rooter* (1966).

#### 2.2.4 A abordagem de Cooper; Sloan e Williams

Para *COOPER; SLOAN E WILLIAMS* (1988), todas as ocupações profissionais possuem a presença dos agentes estressores, sendo estes classificados em seis grupos: (1) fatores intrínsecos ao trabalho; (2) o papel do indivíduo na organização; (3) o relacionamento interpessoal; (4) a carreira e a realização; (5) a estrutura e o clima organizacional; (6) a interface casa/trabalho.

Esses autores propuseram um modelo que demonstra a dinâmica do estresse e traz à tona as fontes desse estresse, as categorias individuais, as estratégias de combate e os efeitos da variável sobre o indivíduo e a organização. A partir desse modelo, *COOPER; SLOAN; WILLIAMS* (1988) criaram um instrumento que pode diagnosticar os níveis e outras variáveis referentes ao estresse ocupacional, o questionário *Occupational Stress Indicator – O.S.I.* Esse instrumento é dividido em cinco seções: saúde física e mental, nível de estresse, de tensão, a vulnerabilidade individual à variável e os agentes estressores no trabalho.

#### 2.2.5 A prevenção do estresse organizacional

Faz-se necessário o combate e a prevenção do estresse com o objetivo de permitir que o indivíduo desenvolva o seu trabalho e viva de forma mais saudável. Isso é benéfico não só do ponto de vista do trabalhador, mas também da organização, uma vez que um trabalhador estressado torna-se improdutivo para si mesmo e para a organização.

Em um programa de prevenção e combate ao estresse, é preciso, portanto, estar atento a dois fatores principais: 1) o indivíduo, incentivando-o em práticas mais adequadas de lidar com as pressões do ambiente e 2) a organização, desenvolvendo uma estrutura que facilite o processo de trabalho, evitando riscos.

O autoconhecimento é o mecanismo desejável para se prevenir do estresse já que ele é capaz de mostrar ao indivíduo o que deve ser feito nesse sentido. Ao se conhecer, o indivíduo é capaz de definir os melhores e mais eficazes métodos para a prevenção do estresse em si mesmo.

Segundo *ALBRECHT* (1990), a maior parte dos agentes estressantes se encontra na própria estrutura do trabalho. Assim, esse autor sugere que as organizações revejam os processos produtivos e reestruturem a forma como é realizado o trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Este artigo refere-se, portanto a uma pesquisa finalizada no ano de 2002. Tal pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso, descritivo-analítico, cujo objetivo principal é descrever os níveis de Estresse e Qualidade de Vida dos policiais militares, bem como identificar as variáveis preditoras de tais eventos e os fatores individuais explicativos dos níveis de Estresse.

A população considerada no estudo foi de militares de todos os postos da PMMG, o que perfazia um total de 7.607 indivíduos. Já a amostra utilizada constituiu-se de 1.152 policiais entre oficiais de vários postos e graduados da Polícia Militar de Minas Gerais. Foram coletados, através de questionários, dados do comando de policiais destacados para o policiamento da Grande Belo Horizonte – Comando de Policiamento da Capital.

A amostra foi estratificada segundo a hierarquia, contemplando dois grupos básicos do Comando de Policiamento da Capital: Oficiais e Graduados. Segundo os postos hierárquicos, foram pesquisados 4 tenentes-coronéis, 10 majores, 61 capitães, 76 tenentes, 317 sargentos/subtenentes e 648 cabos/soldados.

Os dados foram coletados por meio de questionário com itens fechados, seguindo a escala do tipo Likert. Tal questionário continha uma parte de dados pessoais e outra contendo o Occupational Stress Indicador – OSI, de COOPER, adaptado e validado por uma equipe de professores da UFMG. Havia ainda no questionário uma terceira parte referente a variáveis de conteúdo e contexto de trabalho, componentes de uma versão reduzida do Job Diagnostic Survey – JDS de HACKMAM e OLDHAM.

A codificação e o tratamento estatístico dos dados do questionário foi feita através do software SAS (Statistics Analysis System). Uma análise preliminar consistiu no cálculo das frequências de todas as variáveis, bem como no de outras estatísticas (média e desvio-padrão). Em seguida, foram calculadas as correlações entre todas as variáveis, o nível de QVT e o de estresse ocupacional.

Esses últimos foram considerados significativos a um nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ), apresentando, dessa forma, nível de confiança de 95% nos resultados. Para se comparar os grupos de militares em relação aos escores de interesse, utilizou-se o teste de Kurskal-Wallis.

Foram realizadas ainda entrevistas semi-estruturadas para esclarecer dúvidas surgidas após a aplicação do questionário. Por fim, realizada uma análise documental sobre a PMMG, visando obter dados sobre a estrutura da organização. Nessa análise, foram coletados dados secundários sobre a organização (histórico) e sua cultura, informações que forneceram importantes subsídios à pesquisa.

## 4 RESULTADOS/SUGESTÕES

A insatisfação revelada pelos policiais converge para a organização em si e não para o tipo de trabalho que executam. O que pode ser entendido diante de duas características da instituição militar: a rigidez disciplinar e a crescente defasagem salarial.

Outro fator que tem sido fonte de alta pressão para os policiais militares é o inter-relacionamento horizontal e vertical que é muitas vezes impessoal e até mesmo hostil na busca de se formar policiais duramente preparados para enfrentar situações diversas e também hostis. Mais uma vez nos chama a atenção a cultura organizacional da Polícia Militar, na qual já existe um clima de subordinação e superioridade reforçado pela estrutura hierárquica.

Foi encontrado nos oficiais superiores um nível maior de manifestações mentais de estresse, o que pode ser entendido devido à natureza da tarefa que eles executam, que é mais intelectualizada e exige maiores habilidades diplomáticas e de tomada de decisões.

O fator escolaridade refere-se ao nível de escolaridade geral e também foi um diferencial em relação às satisfações contextuais. Isso se deve a um maior nível de exigência daqueles que se sentem mais preparados para o exercício de seu trabalho. Já que investiram mais em sua carreira, tais policiais esperam mais da organização, o que causa frustração.

O grupo de casados, divorciados, separados ou viúvos apresentou nível mais baixo de estresse, o que pode ser entendido com base no fator apoio social que é mais esperado para este grupo por possuir muitas vezes, esposas e filhos capazes de lhe proporcionar mais momentos de prazer e maior equilíbrio pessoal em relações de companheirismo e de cumplicidade.

As mulheres apresentaram maiores índices de Estresse e também de Qualidade de Vida e um comportamento do tipo “A” mais forte do que os homens. Isso pode ser explicado pelo fato de estarmos falando de uma instituição tradicionalmente masculina, exigindo que as mulheres apresentem diferenciais que lhes permitam competir com a maioria masculina da corporação. A maior qualidade de vida delas, como indica a literatura, pode ser justificada pelo seu maior nível de escolaridade em relação aos homens.

Diante dos resultados apresentados pela pesquisa, existem algumas sugestões a serem feitas e pensadas, já que se trata, aqui, de uma organização tão importante e da qual se espera um serviço de alta qualidade em favor da sociedade e de cada cidadão.

O elevado nível de estresse percebido nos policiais é um fator que pode ser de grande perigo em situações de risco, nas quais é necessário um alto nível de auto-controle. Sugere-se assim, diante do fato de

já existirem terapeutas disponíveis na instituição, que seja realizado um incentivo em relação às práticas de atendimento psicológico individual ou em grupo, dentro ou fora da organização. A conscientização dos trabalhadores da PMMG é extremamente necessária em relação ao trabalho dos terapeutas da instituição e de fora desta. É importante desmistificar os preconceitos em relação à procura de ajuda, bem como sensibilizar todos em relação à sua necessidade, já que o auto-conhecimento dá ao indivíduo maiores condições de prever e de controlar suas atitudes. E é preciso levar em consideração, ainda, a ajuda que tais terapias trariam a policiais com pensamentos e desejos de auto-extermínio.

Deve-se buscar dentro da própria polícia uma conscientização da necessidade de se evitar o uso da força quando esta se fizer desnecessária. É viável, para tal objetivo, que sejam realizadas discussões e seminários dentro de cada batalhão dos quais participem os próprios policiais (praças e oficiais), psicólogos da polícia e representantes da comunidade.

Tal sugestão visa a uma melhor formação do policial, com vistas a caracterizar a polícia não como uma “polícia-força” e sim como uma polícia de intervenção social que seja respeitadora dos direitos próprios e alheios. Essas discussões não devem ser teorizadas de forma distante da prática vivida pelo policial nas ruas. Faz-se de grande utilidade ainda a continuação e o alargamento dos estudos realizados ou em realização dentro da Polícia Militar, com vistas a acrescentar informações e sugestões à Instituição.

## REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, K. *O gerente e o estresse: faça o estresse trabalhar para você*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- COOPER, C. et al. *Occupational stress indicator: test sources of pressure in job*. England: Windsor, 1988a.
- COOPER, C., SLOAN, S. J., WILLIAMS, J. *Occupational stress indicator management guide*. Windsor: NFER - Nelson, 1988b.
- COUTO, H. A. *Stress e qualidade de vida dos executivos*. Rio de Janeiro: COP, 1987.
- HACKMAN, J. R., OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. *Journal of Applied Psychology*, v. 60, nº 2, p. 159-70, 1975.
- HUSE, E. F., CUMMINGS, T. G. *Organization development and change*. 3. ed., St Paul, Ed. Minn, 1985.
- PAIXÃO, A. L., BEATO F., C. C. Crimes, vítimas e policiais. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 9, nº 1, p. 233-48, maio 1997.
- RIO, R. P. *O fascínio do stress*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- ROOTER, J. B. Generalised expectations for internal versus external control of reinforcement. *Psychology Monograph*, número 80, 1996. SELYE, H. *Stress without distress*. Filadélfia: Lippincott, 1974.
- SELYE, H. *Stress without distress*. Filadélfia: Lippincott, 1974.
- SILVA NETO, S. A. *Cultura organizacional da polícia militar de Minas Gerais: uma visão diagnóstica*. In: *O Alferes*. Belo Horizonte, v. 13, nº 45, p. 13-69, abr./jun. 1997.
- THÉRIAULT, R. Qualité de la vie au travail: implications sur la gestion de la rémunération. In: BOIBOISVERT, M. *La qualité de la vie au travail*. Ottawa: Agence D’arc, 1980.

# A INSTITUIÇÃO MILITAR E O LAÇO SOCIAL

*Ana Maria Fabrino Favato*  
*Capitão Psicóloga da PMMG*

O laço social é o que permite a articulação do sujeito no campo social, sendo o mediador do individual e coletivo para a garantia da conservação da espécie. Sendo assim, o ser humano vê-se, diariamente, afrontado pela divisão entre sua história pessoal e sua inscrição na história coletiva. Cada história individual vai se inscrever numa verdade histórica, de onde vem a busca de sentido e a necessidade de apoio na sociedade ou nos grupos sociais. A missão do laço social, portanto, é dupla: favorece o recalque e as identificações. O recalque, porque certas representações pulsionais são incompatíveis com as exigências culturais; as identificações, porque permitem a realização do desejo.

Os laços sociais são necessários para humanizar o transbordamento pulsional e organizar a vida individual e social. As neuroses individuais e coletivas serão, o mais freqüentemente, o preço a pagar para se evitar a destruição do laço social e do indivíduo e, muito claramente, vemos as instituições ditando regras e vínculos de convivência específicos de seu grupo, na tentativa de manter o laço que une seus integrantes entre si.

Lacan estabelece, no Seminário XVII (1969-1970), as quatro estruturas discursivas fundamentais que sustentam o laço social: o Discurso do Mestre, o Discurso da Histérica, o Discurso do Analista e o Discurso Universitário. “Laço” tem o sentido de vínculo, aliança, mas, também, de armadilha. É, portanto, pela estrutura discursiva que a relação social se dá, mas esta terá, em seu funcionamento, implicações políticas e éticas. Aí está o ardil, a artimanha no trato das relações humanas, pois, segundo o lugar de onde se fala em cada discurso, obtêm-se resultados, efeitos marcantes e nem sempre os mais satisfatórios.

O que seriam, então, as implicações políticas e éticas dos discursos? A política nos traz a perspectiva de inserção na sociedade, no lugar de encontro das pessoas que decidem e escolhem sua forma de convivência. A política é essencialmente social. O destino da cidadania, por exemplo, se decide social e politicamente. Com efeito, a união social não se dá através da relação a dois, mas na relação na qual se verifica o “mais-um” que abre a perspectiva ao social.

O que é esse laço social, estruturado em quatro discursos, que mantém juntos os humanos? Ele é o efeito de uma necessidade lógica que articula um ao outro no desejo. Nenhum sujeito pode subtrair-se a esta lei. Com efeito, a coesão social não encontra seu princípio na relação sexual, que não existe, no dizer de Lacan. Assim, a harmonia e o par entre os humanos são um sonho impossível.<sup>1</sup>

O laço social implica, portanto, o particular de cada sujeito em seu discurso, sempre dirigido a um outro. Quer dizer, um indivíduo sozinho não terá existência possível; para viver, ele terá, necessariamente, que levar os outros em consideração. No entanto, o exame dos discursos nos apresenta uma sociedade, um projeto político e uma ética de posse, de dominação e de controle, que constituem, com efeito, um projeto paranóico que produz sintomas e mais sintomas. Por isso, Lacan vai afirmar que as estruturas de discurso, postas em ato na sociedade, constituem o avesso da psicanálise.

O discurso analítico permite a emergência do novo, não traz uma posição de mestria ou de dominação e introduz a falta estrutural que as outras formas discursivas procuram encobrir. Mas elas se encontram também no campo analítico, o que não quer dizer que a psicanálise seja aversa a outros discursos, somente

<sup>1</sup> LEMOINE, Gennie. Uma política da psicanálise ou Lacan político. Capítulos de psicanálise. São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira, nº 5, p. 5, dez./1988.

se constituiu como o avesso. Todos os discursos estão intrincados onde quer que haja laço social, havendo uma passagem constante de um discurso a outro e o Discurso do Analista não constitui exceção.

É possível, diante dessas colocações, pensar a clínica psicanalítica dentro de uma instituição? Qual ética estará presente e com qual ética o psicólogo deverá responder à demanda institucional?

A inserção da psicanálise em instituições é problemática, mais especificamente, em instituições Militares, com tudo o que elas representam ou estabelecem em termos de laços sociais e estrutura discursiva, ou seja, a exclusão da subjetividade e a produção de sintomas, o que traz, sem dúvida, todo o tipo de conseqüências para o sujeito.

Pretendo agora articular o sintoma institucional específico da Polícia Militar e do órgão que se ocupa da formação universitária da instituição, com os discursos que lhes são pertinentes – o Discurso do Mestre e o Discurso Universitário, respectivamente.

Uma instituição militar, de forma geral, busca eficiência e padronização em suas ações, tenta eliminar as diferenças onde “cada caso” se torna todos os casos e marca seu vínculo social através do Discurso do Mestre. A mestria impõe uma ordem e um saber inteiro, sem falhas e essa articulação produz efeitos. É nesse sentido que podemos perguntar se seria possível a clínica psicanalítica dentro de uma instituição, principalmente, porque, de modo geral, as instituições estabelecem graus de controle sobre o trabalho de seus profissionais, avaliam sua eficácia, falhas e desvios em relação à política de suas doutrinas e, ainda, apresentam demandas próprias a serem atendidas.

No trabalho institucional, nós, profissionais de saúde mental, somos chamados a atuar quando o sintoma da instituição denuncia a falha, o buraco, a divisão que está por baixo de sua política. Somos convocados a atuar como uma clínica ortopédica que sustente o lugar das normas e a correção dos desvios de comportamento para que a falha não apareça. Cobram sempre um discurso e uma prática com a mesma consistência ao modo militar e cabe a nós o encargo de fazer com que esse encontro não seja desastroso. Aí nos deparamos com as dificuldades da inserção da psicanálise na instituição, pois as particularidades do método psicanalítico e de sua ética forçam-nos a dar outra resposta à demanda institucional. Esta levará em conta o sujeito, a condição incurável do sintoma, a ausência de resposta e de um saber completo.

Muitas dificuldades se apresentam quando, pela psicanálise, fazemos nossa presença na instituição. Estamos sustentados pelo Outro institucional - como um de seus representantes - e permanecemos, como nossos pacientes, submetidos às suas normas e regulamentos. Se na clínica psicanalítica não existe o Outro do Outro, o que nos será possível fazer para minimizar a interferência desse Outro que atravessa nossa prática? Penso que é para além dos Quatro Discursos e precisamente pela ética que encontramos razão da presença da psicanálise nas instituições e no mundo. É possível atender à demanda institucional modificando as regras para facilitar o ato do analista.

Quando falamos em discurso, não estamos tratando somente da sustentação de uma fala, mas, sim, de uma atitude, de uma posição que se traduz por uma ética. Cada discurso possui sua ética que lhe é inerente: ética do “bem-estar” para o Discurso do Mestre, do “amor ao próximo” para o da Histórica, do “bem-dizer” para o do Analista e do “belo-dizer” para o Discurso Universitário.

O Discurso do Mestre é o mais antigo, mais estável e mais bem sucedido.

$$\begin{array}{c} \underline{S1} \rightarrow \underline{S2} \\ \$ \quad a \end{array}$$

S1 é o significante Mestre, aquele que agencia o discurso, que ordena, faz agir, por isso ele é designado por Lacan como o Senhor, utilizando a dialética de Hegel. S2, portanto, é o escravo, aquele que trabalha. Assim, há uma lógica nisso, ou seja, um senhor decide por todos ou, um comandante diz por todos os comandados. Como ressalta Freud em *Psicologia das massas e a análise do eu* (1921) a

respeito do exército e da igreja, é necessária certa força externa, uma ordem ou mandamento para evitar alterações em sua estrutura e qualquer tentativa de desarticulação ou abandono terá como efeito punições e perseguições.

Numa Igreja (e podemos com proveito tomar a Igreja Católica como exemplo típico), bem como num exército, por mais diferentes que ambos possam ser em outros aspectos, prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça – na Igreja Católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe – que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permitisse fazê-lo.<sup>2</sup>

A ética do Discurso do Mestre está no laço amoroso que une cada indivíduo a seu mestre e aos outros em nome de um “bem-estar” prometido e de um modelo de identificação oferecido. Modelo, evidentemente, completo, íntegro, inatacável. Freud ressalta que o laço emocional nesses grupos é tão intenso que provoca alterações e limitações na personalidade de seus integrantes.

A farda que o líder ou o comandante porta é o significante S1, à qual todos têm que se identificar sem distância, já que ela se faz presente no próprio corpo do sujeito. É ela que, por um lado, mantém unidos os militares e os faz trabalhar em excesso em nome da pátria, da comunidade e do modelo que representam e, por outro, torna insuportável o gozo<sup>3</sup> que é obtido. A solução para o mal-estar que advém do gozo é a passagem ao ato - os distúrbios ou desvios de comportamento como é dito no meio militar. Na passagem ao ato, o sujeito tenta sair da repetição, tenta sair do gozo do S1, mas cai novamente no mesmo ardil, já que na passagem ao ato algo de uma repetição está presente. Repete-se para não lembrar, para não lembrar e ter que se haver com a castração.

O Discurso do Mestre tem, portanto, como produção o gozo, a repetição. A repetição o que é? A repetição é precisamente aquilo que persevera, que não traz o novo, que não possibilita ligações, ou seja, traz a marca da pulsão de morte. E o que franqueia essa repetição, essa identificação ao gozo, é o S1, a farda, para os militares. Há um saber inteiro que determina o lugar excluído do sujeito e do desejo, e que força a todos a corresponder ao que é esperado – ter um bom comportamento, ser um bom soldado. Bom comportamento que só se obtém às custas de muito sacrifício, de muita dor e renúncia.

Lacan em, *O avesso da psicanálise* (1969-1970), vai trazer o Discurso do Mestre como um discurso antigo - primeiro estatuto do discurso do senhor - sendo que o moderno seria alcançado por um movimento regressivo.

UNIVERS.	MESTRE	HISTÉRICA	ANALISTA
<u>S2</u> → <u>a</u>	<u>S1</u> → <u>S2</u>	<u>\$</u> → <u>S1</u>	<u>a</u> → <u>\$</u>
S1    \$	\$    a	a    S2	S2    S1

O movimento regressivo instalaria a estrutura do antigo Discurso do Mestre num novo estatuto, encabeçado agora pelo S2, o saber. O novo estatuto do Discurso do Mestre foi chamado por Lacan de Discurso Universitário. A tese desse discurso consiste em que é preciso buscar a mestria, representando, então, a manutenção do discurso do senhor. O movimento progressivo conduziria ao Discurso da Histórica, onde um saber (S2) vai ser produzido pelo próprio sujeito sobre seu sintoma. Ao contrário, o movimento regressivo produz sintoma (\$), pois o saber é imposto como todo. Penso que a estrutura militar não favorece o movimento progressivo, não possibilita o surgimento do sujeito como agente, pois o que é estabelecido é para “todos”, em favor de um corporativismo ou do “espírito de corpo” e não para o que é da ordem do particular.

<sup>2</sup> SIGMUND, Freud. *Psicologia das massas e a análise do eu*. ESB. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, p. 120, 1976.

<sup>3</sup> Conceito psicanalítico que representa as relações do sujeito com o objeto de satisfação do desejo. Esse termo se distingue de seu emprego comum, que confunde gozo com prazer ou a simples descarga de uma tensão sexual. Ele envolve a relação simbólica com o objeto de desejo que pode gerar tanto satisfação quanto insatisfação, prazer ou sofrimento.

Toda política de uma instituição autoritária, marcada pela hierarquia e disciplina, necessita da manutenção do discurso do senhor e de firmar-se na mestria de um “todo-saber”, baseada num modelo identificatório. É o caso das Escolas e Academias Militares e, guardando as diferenças, das Universidades ou qualquer estabelecimento escolar. O universitário é movido por um imperativo categórico que provoca mal-estar, já que a escravidão ao saber fica escancarada. O aluno é tomado como objeto do saber universitário, que acaba por sair dividido no momento da formatura, um sujeito angustiado com o saber totalizante.

Esse é o momento em que o aluno/cadete recorre ao atendimento psicológico para aliviar seu mal-estar ou questionar sua posição diante de seu sintoma neurótico, e essa pode ser uma boa saída, mas também pode ser a ocasião de se resvalar na montagem perversa. Quando a posição neurótica se torna insuportável, a montagem perversa é um alívio, porque não se está sozinho nessa operação, há uma certa cumplicidade, o envolvimento do outro na montagem.

O movimento de rotação dos discursos continua, portanto, num quarto de volta novamente regressivo. Estaremos, então, diante do Discurso do Analista, só que às avessas, porque perverso. Caímos no objeto a como agente, como instrumento de gozo e o sujeito tendo o saber sobre o bom uso desse instrumento em ato:  $a \rightarrow \S$

### S1

O que mais me interessa na questão das perversões não é tanto a estrutura perversa, que, evidentemente, é pouco comum, mas a facilidade com a qual o neurótico se prende em formações perversas. Eu diria mesmo que a formação perversa é o núcleo da nossa vida social, da vida social do neurótico, pela razão que dizia antes: o fantasma perverso aparece como o único no qual, prontamente, o lado do sujeito tem já pelo menos dois lugares. A que outro título os neuróticos poderiam manter-se juntos, a não ser no fantasma perverso? <sup>4</sup>

Calligaris diz que no fantasma perverso encontramos a posição fálica de sujeito e a posição objetal, “por isso a perversão é “semblant” de relação possível”.<sup>5</sup> Não há separação entre sujeito e objeto, o encontro é possível. O perverso sempre está em ato, colocando-se como instrumento para fazer o Outro gozar. O gozo institucional está em fazer a montagem funcionar e, como ressalta Freud em *Psicologia das massas e a análise do eu* (1921), essa engrenagem não pode ser desarticulada.

Via de regra, a pessoa não é consultada ou não tem escolha sobre se deseja ou não ingressar em tal grupo; qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta geralmente com a perseguição ou severas punições, ou possui condições inteiramente definidas a ela ligadas.<sup>6</sup>

Condições que protegem a dissolução do grupo a todo custo e em que as normas, regras, padronização da farda e do comportamento asseguram a cumplicidade nas ações de seus integrantes. Na transferência, o perverso terá duas maneiras de se apresentar: no registro da cumplicidade, como se estivéssemos com ele no mesmo fantasma, e no registro do desafio, pois ele é que sabe como nos fazer gozar. O laço social estabelecido a partir daí será no sentido de repartir e compartilhar os lugares de instrumento e de saber e de autorizar um gozo sem entraves.

O neurótico sonha em ser perverso, eu disse. É preciso dizer um pouco mais: ele está pronto a aceitar quase tudo para aceder à montagem perversa, para chegar a uma modalidade mais tranqüila de gozo. Ele está pronto até a abandonar sua singularidade, ao ponto de aceitar perseguir um gozo do Outro, o que é um artefato.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> CALLIGARIS, Contardo. *Perversão—Laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, p. 13, 1986.

<sup>5</sup> CALLIGARIS, Contardo. *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>6</sup> FREUD, Sigmund. *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>7</sup> CALLIGARIS, Contardo. *Op. Cit.*, p. 14.

Artefato significa produto da indústria, isto é, toda estrutura observada que não é natural, e sim produto de manipulações. Freud chama o Exército e a Igreja de grupos não naturais, devido, como foi dito, à força extrema que se exige para manter unidos seus integrantes. O civil que ingressa na PM ganha nova identidade, novo número, novo nome e a condição de pertencer a um grupo forte e seguro. O gozo obtido está na montagem que nada persegue senão o seu próprio funcionamento. O que está em jogo na acumulação do gozo é o *capital social*, ou seja, valores morais, éticos, religiosos, da honra policial-militar que sustentam os laços daquele grupo e que não podem jamais serem maculados. Podemos interrogar os fenômenos sociais ou mesmo as instituições como uma saída para a neurose, como uma forma de não permanecer no conflito. Podemos pensar que as pessoas entram numa comunidade, ou num sistema totalitário seduzidos por uma engrenagem perversa que lhes trará benefícios que não têm preço.

## REFERÊNCIAS

CALLIGARIS, Contardo. *Perversão – Laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

FAVATO, Ana Maria Fabrino. *O que esperam de nós os militares? Vorstellung.* Belo Horizonte: GREP, Ano 1, nº 1, out./1997.

FAVATO, Ana Maria Fabrino. MAIA, Maria Emilia Oliveira. *Sobre os Discursos. Estudos de psicanálise.* Belo Horizonte: CBP, n. 21, set./1998.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e a análise do eu. SEB.* Rio de Janeiro: Imago, v. VXIII, 1976.

GOLDENBERG, Ricardo (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização, psicanálise.* Salvador: Ágalma, 1997.

JURANVILLE, Alain. *Lacan e a filosofia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, Jacques, *Televisão.* Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. O avesso da psicanálise. In: *O seminário.* Livro 17. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LAURENT, Eric. *Lacan y los discursos.* Buenos Aires: Manantial, 1992.

LEMOINE, Gennie. *Uma política da psicanálise ou Lacan político. Capítulos de psicanálise.* São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira, n.5, dez./1988.

MILLER, Jacques-Alain. *Salud mental y orden público.* Revista *Uno por Uno*, set./nov. 1993.

\_\_\_\_\_. Jacques-Alain. *Psicoterapia y psicoanálisis. Registros.*



## AS SOCIEDADES DE CONTROLE

Warley Alves Silva  
*Psicólogo*

Certamente todos nós, ainda que de forma sutil, já fomos alvos dos olhos eletrônicos da sociedade moderna. Por toda parte somos flagrados por um olho indiscreto que nos acompanha nas compras, nas ruas, nos elevadores e até mesmo nos momentos de maior privacidade. Sob o argumento da segurança, lá estão elas: as câmeras, os aparelhos de raio-X, os detetores de metal, registrando tudo que se situa dentro de seu campo escópico.

Além dos instrumentos de segurança, os programas de televisão, cada vez mais se interessam pelos flagrantes e filmam tudo. Como se em todo lugar e a qualquer momento, um anônimo na multidão estivesse sempre prestes a cometer um ato bizarro. E já nem importa mais se é uma barbárie, um gesto de carinho ou apenas uma idiotice. Há um interesse pelo segredo, pela intimidade, que ganha respaldo no desejo do espectador, uma vez que, esse tipo de “vigilância-espetáculo” atinge bons índices de audiência.

Na imprensa, o jornalismo de investigação mostra em tempo real o que acontece. Há casos em que os repórteres chegam antes mesmo da polícia ou das equipes de resgate. Exemplo disso, é que, assistindo a um desses programas jornalísticos, o helicóptero que fazia a cobertura da cidade registrava um acidente e acompanhava, não só a tragédia, como também o deslocamento da unidade de resgate. Não satisfeito, o apresentador de estúdio disse: “não seria melhor transportar a vítima de helicóptero?”

Por um instante, pensei que a equipe de reportagem deixaria seu trabalho para atender ao acidentado. Mas não era bem isso. Eles estavam sugerindo que o grupamento aéreo participasse da ocorrência. Para o meu espanto e sorte da vítima, a sugestão do repórter foi prontamente acatada. E em poucos instantes, lá estavam eles: o helicóptero e os espectadores de todo Brasil, garantindo o resgate e a audiência do programa.

É importante registrar que assisti a essa reportagem acompanhado de um amigo, o qual foi requisitado em outro cômodo da casa, e diante do chamado, argumentou: -“Espera ai! Eu só quero ver se o helicóptero vai vir ou não. Será que eles vão ter a coragem de negar o pedido do programa?...”

Parece-me que, ao menos para esse espectador, pouco importava o estado da vítima. O que estava em jogo era uma disputa de poder. O repórter de estúdio faz uma sugestão tomando por base, talvez, o trânsito; e imediatamente gera no ouvinte, uma expectativa de saber se os responsáveis terão coragem de recusar um apelo feito em cadeia nacional.

Neste sentido, fica uma pergunta: será que uma sugestão dada diante das câmeras tem só o status de sugestão?... Nem vale a pena investigar! O máximo que conseguiríamos seriam versões e conjecturas. Não há uma verdade a ser apurada. A pergunta é apenas um convite à subjetividade.

Michel Foucault, filósofo francês que muito influenciou o pensamento moderno, registra em suas obras um excelente trabalho de investigação a respeito do poder e dá uma fantástica contribuição à saúde mental, à medida que se dedica a fazer um percurso pela loucura, pela sexualidade, pelas prisões, lançando um olhar sobre o cotidiano.

A respeito da vigilância, o filósofo escreve uma obra cujo título é: “Vigiar e Punir”, dedicando um capítulo inteiro ao “Panoptismo”.

A palavra “Panoptismo” é uma derivação de “Panóptico” que do grego, é composta por “Pan” que quer dizer: tudo, todo e “ops” ou “opos” que quer dizer vista, olho. Daí os termos óptico, ótico. A partir disso, Panóptico é um olho que vê tudo.

Este nome foi utilizado para designar uma construção arquitetônica, idealizada por Jeremy Bentham (um jurista britânico do século XIX) para ser uma prisão modelo onde haveria:

Na periferia, uma construção em anel; no centro uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sob a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado alado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (Foucault, 1977: p. 177)

Felizmente, tal construção não saiu do papel, porém, se não existe um prédio com tais características, o princípio foi mantido.

As máquinas de vigiar da modernidade, atendem às demandas de segurança e controle, mediante uma despersonalização do poder, o que deriva da idéia de Bentham descrita por Foucault.

A função de vigiar é transferida da pessoa de um vigilante, para uma idéia de vigilância, transpondo a barreira física para se constituir como um amplificador dos aparelhos de poder, agindo no imaginário de forma tal que antecede ao ato desviante.

Esses mecanismos de poder e mecanismos disciplinares são responsáveis por um tipo de controle que se pode exercer, ainda que não haja uma fiscalização efetiva. Na idéia de Bentham, o objetivo é que os prisioneiros se sentissem vigiados, mesmo sem vigia algum.

Em relação a isso Foucault nos diz:

O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver – ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo sem nunca ser visto. (Foucault, 1977: p. 178)

Sendo assim, a sociedade moderna abre a possibilidade de subversão da vigilância. Aqueles que em outros tempos tinham o poder e a função de vigiar hoje são também vigiados, tanto quanto os transgressores.

Essa é uma idéia que se encaixa muito bem na atividade policial-militar. Basta estar atento para como a atividade e o policial são alvos da pulsão escópica da sociedade e da imprensa.

Particularmente, não gostaria de estar na pele do responsável pelo deslocamento daquela aeronave, principalmente se depois de uma avaliação mais cuidadosa, se chegasse à conclusão de que o deslocamento era desnecessário. Por outro lado, seria difícil também recusar o apelo do jornalista. Isso certamente renderia algumas entrevistas e pedidos de explicação no quartel e na imprensa. O que parece ser uma decisão corriqueira, por pressão de tempo e da opinião pública, torna-se uma decisão difícil e solitária.

Só haverá um responsável. Nesse momento é como se estivesse no anel periférico do panóptico, onde se é totalmente visto sem nunca ver.

Situações como essa se repetem o tempo todo, imagens interpelam a todo instante a ação dos policiais que se destacam e atraem olhares até em situações banais.

A farda é mais que um traje, é um significativo ao qual são atribuídos significados de violência, medo, segurança, cooperação etc. Expressões como: “Irmão de Farda”, “A Farda é pesada”, “Só porque usa essa farda acha que é melhor que a gente”. E outras tantas, marcam e distinguem os policiais na multidão. Sua atividade desperta a curiosidade de muita gente, que fica atenta tanto ao crime, quanto à atuação do policial, podendo este chegar a uma ocorrência como herói e sair como criminoso. Isso sem contar as manipulações perversas a que se expõem.

Brigas, tumultos, ocorrências de trânsito, manifestações violentas são objetos de escândalo e da atuação da polícia. E naturalmente são noticiadas. As câmeras que buscam flagrantes não fazem distinção de atores. Interessa apenas a cena, independente de quem a representa ou do papel que faça.

Além do assédio da imprensa e da opinião pública, a atividade policial-militar é também submetida ao Código de Ética da Polícia Militar e à hierarquia da Instituição, que aliados, fazem incidir sobre o policial um mecanismo coercitivo de dar inveja ao próprio panóptico.

Examinando a questão do controle, Arlindo Machado coloca que:

O panóptico atinge seu ponto máximo de eficiência, na medida mesmo que se reduz a uma fórmula inteiramente abstrata, quase uma equação matemática, na medida ainda que, livre da falibilidade humana, põe-se a constranger os homens com a lógica implacável de seu mecanismo técnico. (Machado, A.1993: p. 225)

Curioso é que essa pressão peculiar à atividade policial e a várias outras atividades passa despercebida, pelo menos para a consciência, mas, em algum lugar, deixa suas marcas.

O controle é um mecanismo invisível, e exatamente por isso faz com que aqueles que sofrem seus efeitos de forma mais intensa se sintam diminuídos diante do grupo, como se fosse um caso bastante particular. Porém, essa particularidade não se confirma, uma vez que o sofrimento mental no trabalho atinge uma parcela significativa da população.

O constrangimento gerado no policial certamente tem um destino, que não se sabe qual é. Mas acredito que haja um lugar onde se coloca essa suposta angústia, essa suposta tensão provocada pela oposição entre o desejo e a obediência.

Assim, é impossível se calcular os efeitos e o alcance desses mecanismos, sobretudo se levarmos em consideração a objetividade das instituições modernas. Não existem números para esse constrangimento.

O único instrumento capaz de dar notícias deste tipo de controle é uma escuta dos sintomas apresentados pelos policiais, e o registro desse discurso não tem, e nem pretende ter, o estatuto de verdade, a não ser da verdade do sujeito. Sujeito ao constrangimento.

Qual o lugar desse homem e dessa mulher que trabalham para garantir a tranqüilidade na sociedade?

Pensando a respeito da saúde mental na instituição PMMG, deparo-me com algumas questões do tipo: Qual o espaço do fracasso na atividade Policial-Militar? Qual o percurso possível para um saber desse fracasso?

Confesso que são enigmas para os quais não tenho resposta. Mas creio que seja possível fazer alguma relação entre a exposição excessiva e o estresse, a rigidez de conduta, comportamentos explosivos e o adoecimento mental dos servidores da corporação. Talvez, quem sabe, estabelecer uma epistemologia dos indicadores epidemiológicos em saúde mental. Porém, são apenas hipóteses.

O fato é que a polícia está em foco. E a imagem que se capta na mídia ou através das transgressões disciplinares demandam um olhar, uma interpretação, capaz de dar um sentido ao que é visto, de pôr uma barra a essa produção de um imaginário vigiado; de forma que o ato seja destituído da função de palavra na mediação do impasse, entre o desejo do Policial e a necessidade de obediência. E que essa palavra, acolhida por uma escuta, viabilize uma produção menos violenta; construindo novas possibilidades, instituindo um novo saber e preservando vidas, haja vista que casos de auto extermínio e auto-agressão ocorrem nas polícias militares de todo Brasil.

Em psicanálise, a noção de ato se dá por aquilo que se forma na queda de um significante. Diante de um ato como o auto-extermínio, o que cai é um corpo, vitimado por um imaginário impotente diante de um impasse silencioso.

Em *Antígona*, tragédia grega escrita por Sófocles aproximadamente 496 a 406 a.C., um guarda, encarregado de levar a Creonte (novo rei de Tebas) a notícia de um acontecimento contrário as suas determinações se vê em situação difícil. Mal interpretado pelo rei, se coloca:

GUARDA - Para homens humildes como eu, chega o momento em que todo gesto é um gesto errado. Que faço agora? Falo, calo, vou ou fico? (Sófocles apr. 496 a 406 A.C.: p. 17)

As palavras são de Sófocles, poeta trágico da Grécia antiga, o guarda é uma personagem e a obra, uma ficção. Só o impasse é real e muitas vezes vivido cotidianamente por policias militares.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir* (1975). Petrópolis: Vozes 1983. p. 177.

MACHADO, A., *Máquinas e Imaginário*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 225.

NASIO, J.D., *Psicossomática – As Formações do Objeto A*. RS: Jorge Zahar, 1992.

REVISTA de *Psicologia, Saúde Mental e Segurança Pública*. B.Hte: PMMG, CEP, nº 1. jan./dez. 1997. edição especial.

REVISTA de *Psicologia Saúde Mental e Segurança Pública*. B.Hte: PMMG, CEP, nº 1. jan./dez. 1999.

SOFOCLES, *Antígona*. Tradução de Millor Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura) p. 17. Teatro grego (tragédia).

# RECORTES DE INSALUBRIDADE NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

*Waldanne Ribeiro Bartholo*  
*1º Tenente Psicóloga da PMMG*

O artigo é uma adaptação parcial da monografia “ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO EM POLICIAIS MILITARES,” apresentada como requisito à conclusão do Curso de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública e Estudos da Criminalidade pela Universidade Federal do Estado de Minas Gerais.

A pluralidade da sociedade moderna exige crescentes intervenções da polícia como instrumento de controle social. No Brasil, esse instrumento político de segurança destinado a solucionar, em primeira instância, conflitos para manutenção de ordem pública, atua em uma complexa e marcante desigualdade social, sob uma Constituição que secciona o trabalho de polícia (civil x militar) e em uma realidade que não existe fluxo junto ao sistema prisional e judiciário. Em tal contexto, pergunta-se: como manter e promover a saúde do policial militar no seu exercício profissional? A questão da salubridade no exercício da profissão vislumbra-se complexa antes mesmo de especificar-se as peculiaridades da submissão à hierarquia e disciplina e da função policial em sua periculosidade rotineira e em seu dever de lidar com “as mazelas humanas” (Balestreri, 1988). É sobre essa ótica que proponho recortes, relacionados direta e indiretamente, sobre possíveis agentes estressores na função policial no Brasil e na Polícia Militar de Minas Gerais.

## RECORTES DE INSALUBRIDADE NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

A literatura confirma que, em geral, o desgaste físico e emocional provocado pela relação com a organização e com o trabalho é suficiente para originar transtornos relacionados com o estresse. Os policiais militares não fogem à regra: admite-se a organização e a função profissional como fontes causadoras de transtornos físicos e emocionais relacionados à insalubridade ocupacional.

Em tese, estresse é uma resposta fisiológica e/ou psicológica de um indivíduo que busca adaptar-se às solicitações internas e/ou externas. O estresse constitui-se da relação da pessoa com o ambiente quando ela percebe-se ameaçada ou exigida além das suas habilidades ou recursos, gerando desconforto físico ou psíquico. Não é o contato com o estímulo em si que o caracteriza, mas sim a reação em resposta a este. Torna-se fundamental nesse processo a subjetividade como filtro da percepção da realidade.

Kant de Lima (s/ data), pesquisador da Universidade Federal Fluminense, em estudo comparativo entre a cultura policial brasileira e a norte-americana, nos remete à questão do “público” visto no Brasil como um “espaço apropriado particularizadamente pelo Estado” e não apropriado pela coletividade. Cabe ao Estado aplicar a regra de ocupação desse espaço público:

A tarefa de aplicação das regras, portanto, é eminentemente interpretativa, utilizando como referência a posição específica de cada elemento-indivíduo ou grupo a quem a regra deve ser aplicada – na sociedade como um todo e, em especial, em relação a uma dada estrutura burocrático – formal, concebida como separada da sociedade, encarregada de aplicar a regra: o Estado. (p. 07)

Os órgãos responsáveis por aplicar a lei no espaço público, controversamente, são legitimados pelo conjunto de interesse político do governo e não pelo interesse dos cidadãos. O autor relembra a nossa estrutura social segmentada em pirâmide e alerta:

É lógico que interesses tão superiores vindo do topo nem sempre são óbvios e precisarão, conseqüentemente, de intérpretes que os explicitem. Tais intérpretes serão tanto mais autorizados quanto mais próximos do pólo originador dessas regras e definições, sinal certo de que compartilham como todo

sua privilegiada visão de conjunto. O comportamento em público, portanto, se faz marcado pela imprevisibilidade: nunca sei como será a interpretação correta das regras que irão ser aplicadas para determinar o acerto ou erro dos meus atos públicos. (p. 08)

Sustenta, desse modo, que a legitimidade de suas ações depende de como a polícia interpretará o que o Estado quer para a sociedade, visto que esta própria não se articula em prol de si mesma como detentora do espaço público. E conclui que a função de polícia é, prioritariamente, interpretativa, requer uma interpretação para se fazer cumprir a lei em país de tratamento desigual. Um soldado da PMMG retrata, angustiado, o dito:

- Quando a gente tá na ponta da linha, a gente tem que ser o advogado, o promotor e o juiz da situação, pra depois fazer a condução do serviço do jeito que a gente achar melhor. (Sic)

O referido autor enriquece sua análise sociológica da polícia, colocando em xeque o poder de polícia no Brasil:

Como mera executora da política de supressão de conflitos visando à reprodução e manutenção da ordem pública desigual em uma sociedade de iguais, em que privilégios legais de status como a prisão especial se contrapõem a direitos e garantias constitucionais universais, tem seu arbítrio – como se chama o uso legítimo de sua discricionariedade – em nada assemelhado à discretion da polícia dos EUA. (p. 10)

Complementam a contextualização da polícia no cenário nacional sócio-político: a Constituição que reparte o trabalho de polícia, o emperrado fluxo de interação junto ao sistema prisional e judiciário e o número excessivo de ocorrências atendidas de caráter assistencial. Existe uma demanda em larga escala da comunidade em relação à Polícia como instrumento assistencial, tornando, assim, excessivamente amplo o seu conjunto de atribuições e ineficazes as suas ferramentas militares.

A corporação militar estrutura-se em um regime secular, alicerçado na hierarquia e disciplina do exército. Novamente, Kant de Lima (s/data) pontua quatro considerações negativas ao caráter militar da instituição, que podem prejudicar a prática e a avaliação da prática policial:

- a submissão às forças armadas a transforma em subalterna frente às forças federais, o que a deixa em posição de menor poder;

- a “estrita obediência à superioridade hierárquica e a negação da autonomia”;

- os concursos de admissão em categorias diferenciadas, que acabam por fragmentar a corporação em grupos superiores, os oficiais, e grupos inferiores, as praças;

- e os objetivos do militarismo são para atuarem em campo de batalha – combate e extermínio do inimigo - e não para administrarem os intermináveis conflitos assistenciais e sociais.

Analisando a produção científica da PMMG/Fundação João Pinheiro, é possível observar-se concordância quanto à citação de Goffman (1987), autor que fez uma leitura psicossociológica das “Instituições Totais”. A principal característica da Instituição Total é a segregação da sociedade em geral, sob o escudo de uma única autoridade, coexistindo regras em abundância, em busca de padronização. A consequência de submissão a tais organizações é a instalação de um processo de mortificação do “eu,” uma maneira eficaz de promover a aculturação em todo homogêneo, sem características individualizadas. A formação militar enfatiza treinamento físico, busca suprimir a afetividade, a espontaneidade e a individualidade; a história de vida pregressa de cada um nada vale, pelo contrário, a homogeneidade é pré-requisito para uma segregação dessa natureza. As marchas das solenidades militares simbolizam as milícias e só se sabe a quanto esforço e tempo custa um sincronizado desfile militar, quem o faz. Em uma ideologia repressiva e, conclui-se, punitiva, a internalização das excessivas normas da corporação e o condicionamento de comportamento dos policiais são fatores primordiais. Há regulamentos para nortear até mesmo a vida do militar fora do horário de trabalho. O poder de liderança é instituído em função do degrau ocupado na hierarquia e, conseqüentemente, o poder de punir também o é. Sacrifício e organização tornam-se preciosidades nessa cultura. O erro não pode ser humano, a falha não pode ser compreendida e sim, castigada. Dejours (1991), ao traduzir o fenômeno do condicionamento físico de maneira generalizada nas questões trabalhistas, esboça a concepção militar:

Com efeito, parece que a exploração do corpo passa sempre e necessariamente por uma neutralização prévia da vida mental, através da organização do trabalho. A submissão dos corpos só seria possível por meio de uma ação específica sobre os processos psíquicos, etapa fundamental, cujas peças podem ser desmontadas. Tornar dócil um corpo não é coisa simples, pois ele, normalmente, está submetido a seu chefe natural, chamado ‘personalidade.’ A desapropriação do corpo só é possível graças a uma operação específica sobre a estrutura da personalidade, cujos efeitos, duráveis ou reversíveis segundo o caso, fazem parte integrante da carga de trabalho.” “...A alienação seria, talvez, a etapa necessária e primeira, da qual falamos, a propósito da sujeição do corpo. A organização do trabalho aí aparece como veículo da vontade de um outro, a tal ponto poderosa que, no fim, o trabalhador se sente habitado pelo estranho. ( p. 136)

Nos consultórios de psicologia, com frequência, há uma busca para desvendar as relações do “eu” com a farda:

- “Esse pano aqui é que impede que meu filho vai pra marginalidade, mas também é o mesmo que afasta ele de mim...” (Sic) Conclui um sargento, em conflito com o simbolismo da sua profissão delatada pelo fardamento. Este emblematiza o Estado, marca o lugar do policial na hierarquia, portanto, o grau de submissão na pirâmide corporativa destaca-o como autoridade social, denuncia o poder de fazer cumprir a lei, inclusive o de portar armas de fogo; contudo, obriga-o, por vezes, distanciar-se de si mesmo.

O rigor maior encontra-se nos centros de ensino, depois de concluído o Curso de Formação de Oficial ou de Soldado. Esses valores e essas exigências permanecem vivos nos quartéis, porém em menor intensidade. O principal conflito fora da “formação” talvez seja a (in) adequação das lições acadêmicas à realidade das ruas “sem regras” (sem as regras militares, entenda-se), com suas demandas assistenciais diversificadas ao extremo; além disso, há o confronto com as práticas destoantes dos colegas. Em se tratando de oficiais “de carreira”, coexiste a complexidade de comandar dezenas de subordinados com experiência de polícia por vezes maior que sua própria idade. Com o passar do tempo, a adaptação ao regime, vai fortificando-se em uma cultura de expressão, na qual o profissional tende a automatizar condutas inerentes ao militarismo, dentro e fora da corporação. A psicanálise elucida o fenômeno de grupo militar, que se mantém coeso em função da ilusão dos componentes de serem amados igualmente por um comandante. A competição, portanto, existe veladamente, não pode ser explícita. Depara-se, portanto, com um paradoxo estruturante da organização militar, que em uma macro visão é a mesma dialética marxista: o afeto que a funda é exorcizado e a racionalidade prevalece como sendo o instrumento utilizado para enquadrar os policiais nos padrões pré-estabelecidos em nome de uma concepção idealizada de excelência. O capitão Ib, da PMSP (1993), explicita:

“Falar sobre o emocional do homem dentro do meio policial continua sendo tabu. É uma parcela da personalidade não muito bem trabalhada pelo policial, uma vez que é treinado a não se envolver nas ocorrências que atende...” “...Como falar de problemas emocionais se o homem não pode demonstrá-los?” “...Em nosso meio tal preocupação sofre uma resistência atroz.” (p. 13)

Tais aspectos limitam a expressão da individualidade, fragilizando ainda mais o ego e favorecem a proliferação de uma ideologia defensiva, o que inibe o exercício da atividade profissional como ato legítimo e saudável. Na experiência como psicóloga da PMMG, verificamos que, raramente, os militares comentam entre si ou na família sobre o impacto emocional desencadeado por alguma ocorrência, tanto no ato da intervenção quanto posteriormente; assim como, em sua minoria procuram, espontaneamente, o serviço de psicologia para falar a respeito. Denotam passarem despercebidos de algum envolvimento afetivo na ocorrência, relatando, sim, os fatos ocorridos, uma, duas, três, e quantas mais vezes a curiosidade excessiva dos colegas demandar, sem saber, contudo, que tal conduta possivelmente já constitui em si, um sintoma e uma tentativa de elaboração do seu abalo, uma tentativa individual e coletiva. Quando interrogados sobre o seu bem-estar pessoal após uma ocorrência complexa, com frequência dizem: “Normal, é o trabalho da gente...” Quando há morte do marginal, a ironia se faz presente em busca de humor no trágico: “Antes ele do que eu...” E os colegas tendem a rotular os autores do disparo fatal: “Dedo leve,” “Pistoleiro,” “Cangaceiro”... Novamente na perspectiva da Psicanálise, tal comportamento aproxima-se de um mecanismo básico e típico de ego fraco, que, para defender-se, desvia com eficácia a atenção dos fatos que incomodam, isto é, mascara-se o envolvimento emocional com os fatos ocorridos. A Polícia Militar de Minas Gerais propõe

algumas diretrizes a respeito, as quais, por mais bem intencionadas que tenha sido sua formulação, em algumas circunstâncias, acabam por trazer efeitos contrários. Exemplificando: há na PMMG uma recomendação expressa, publicada em boletim interno, direcionando o militar envolvido em troca de tiro ou em ocorrência com vítima fatal, ao psicólogo do batalhão. Entretanto, durante cinco anos trabalhando como psicóloga na Seção de Assistência à Saúde de três batalhões distintos, posso afirmar que nunca compareceu ao meu consultório um cliente sequer, espontaneamente, nessa circunstância. Chegam para essa modalidade de atendimento, quando encaminhados pelo médico ou, sobretudo, cumprindo ordens do comandante de companhia, mais sensível e disposto a correr o risco de ter seu subordinado licenciado ou dispensado do trabalho operacional por alguns dias. Sem buscar estabelecer uma relação causal, e sim considerando uma significativa interferência, coexiste com essa recomendação de encaminhamento ao psicólogo uma resolução que trata da aquisição do armamento fixo (armamento fora do horário de trabalho), na qual existe uma cláusula bastante específica: o militar que fizer acompanhamento psicológico ou psiquiátrico não pode ser beneficiado com armamento fixo. Ora, as regras influenciam e muito os resultados, e aí se tem a convivência de mensagens eminentemente contraditórias na corporação que necessita condenar o aparecimento da emoção, da doença e do erro em seus integrantes, em busca de uma competência operacional. É como se flutuasse pelos ares uma fragrância de consciência de que, até para conter essas qualidades que são humanas, torna-se necessário experienciá-las e decodificá-las em algum momento. Contudo, fica-se no “como se” e apenas na “leve fragrância”, que assinalam a existência dos mecanismos de defesa e sua eficácia simbólica para a produtividade.

Outro fenômeno pode ser assinalado como insalubre: a percepção de muitos policiais mineiros, sobre o Auto de Prisão em Flagrante Delito Militar. Mesmo cientes de que a PMMG adota essa prática preliminar ao inquérito, em obediência ao Código Penal, com a finalidade de agilizar o processo jurídico como um todo, o efeito imediato e suas possíveis conseqüências são vistos como inadequados. Tal ação, adjacente à ocorrência à qual presume-se haver risco de vida, transforma-se em mais um agente nocivo ao militar. Este, sob o ápice das alterações fisiológicas, emocionais e comportamentais, passa a recluso no quartel, enquanto aguarda liberação do âmbito jurídico. A fala de praças notifica a respeito:

-“A senhora já ouviu aquela musiquinha que criança canta: se não marchar direito vai preso no quartel? É a pura verdade... A gente faz o certo, corre risco de vida, risco de virar estatística e depois tem que passar por tudo isso! Dá vontade de não envolver mais em ocorrência nenhuma, parece punição...” (Sic)

...a pessoa chega e a primeira coisa que te pede é: -me dá sua arma, me dá isso, me dá aquilo outro... põe você na viatura e vem te trazer pro quartel. Qualquer um aí, não só eu, não só eu não, qualquer vagabundo se sente constrangido perante a família dele por ficar no quartel, preso igual qualquer um. (Sic)

Outro conflito, por vezes, emergente em discussões entre os próprios policiais, em dinâmicas de grupo e/ou cursos afins: a interação com a comunidade civil. O famigerado “eu” militar, acostumado e elogiado por sobreviver em meio a dificuldades (excesso de regulamentos, falta de equipamentos, jornada alternada de trabalho, valorização do sofrimento, ineficácia do sistema prisional, risco de vida, dentre outras) confronta-se com as atuações dos “eus livres,” batizados, sintomaticamente, pelos primeiros de “paisanos folgados,” “...cada dia mais folgados!” (Sic) desabafa outro sargento. Zaluar (1994), também aborda esse problema:

A relação entre polícia e a comunidade monta-se em grande medida nas imagens e idéias que ficam cristalizadas em cada uma das partes da relação, tanto por conta de suas experiências concretas, quanto pelo que poderíamos chamar de ‘quadro das mentalidades,’ ou seja, os preconceitos, estereótipos, memórias (como todas) ideologizadas, e que vão se montando a partir de vários mecanismos. Da intrincada trama de experiências concretas e diárias na vida local dos trabalhadores, das imagens, e idéias recíprocas. (p. 88)

Efetivamente, o trabalho do policial constitui-se aí, nessa relação militar-civil. Zacharias (1995) expõe: “Geralmente, o policial não cria um bom nível de empatia com a população, que dele foge; mas inversamente, o procura em momentos de crise.” (p. 17)

Nessa relação, pontua Zaluar (1994), há intrínseco, à maioria dos policiais, um estereótipo de malandro, do qual, instintivamente serve de guia para “abordagem ao elemento suspeito” e aí, a pobreza e a favela, aliadas a um jeito diferente de vestir, juventude, cor da pele, corte de cabelo, enfim, a “pinta” da pessoa, são em si mesmas, características típicas de quem tem inclinação para o crime e para a desordem:

...basta olhar uma prisão e verificar que neste país tudo se passa como se tivéssemos as classes médias e altas mais amantes da lei em todo vasto mundo. A julgar pelas condenações, elas simplesmente não participam, a não ser em números desprezíveis, da população carcerária. (p. 89)

Romano (1989) identificou em pesquisa com soldados paulistas que:

...os eventos relacionados ao sofrimento alheio, sentimento de desvalorização na profissão e a ineficiência do sistema policial carcerário foram considerados mais estressantes que os eventos relacionados com situações perigosas. (p. 63)

Especificamente a polícia mineira encontra-se marcada por uma fissura ocorrida em junho de 1997: um movimento grevista de praças contra o comando da corporação. Assis (2000) retrata a manifestação com as seguintes palavras:

“Cerca de 6000 policiais-militares se rebelaram contra o comando da instituição, em protesto contra um reajuste salarial dado somente ao oficialato.” (...) “Feriu-se a disciplina e hierarquia organizacionais, colocando em estado de ruptura as relações disciplinares entre superiores e subordinados, ou seja, oficiais e praças, tornando-os antagonistas.” (p. 9) “A coesão de todo o “corpo institucional” se viu ameaçada e fragmentada.” (p. 54)

Devido à proibição dos militares se filiarem a um sindicato, vêem-se hoje as associações de classe intervindo na PMMG, uma representatividade anônima que pode reivindicar do Estado e da própria corporação melhores condições de trabalho e de chefia, com a mesma força sindical de qualquer outra categoria trabalhista. Em todo esse movimento impetuoso e inovador de uma categoria profissional submetida à secularidade da hierarquia e disciplina milicianas, reivindicações trabalhistas foram conquistadas tanto no âmbito financeiro quanto no que se refere a condições de trabalho e a questões de outra ordem. Discordâncias com os superiores hierárquicos estão sendo verbalmente expressas, sem que carreguem o caráter punitivo de “ponderação” ou “insubordinação.” Nesse aspecto, vislumbra-se também um tímido posicionamento individual diferenciado, sob a homogeneidade das fardas, principalmente de praças.

Outra difusão inédita que vem se infiltrando de maneira avassaladora na PMMG é a doutrina de direitos humanos, em confrontação explícita com os tradicionais paradigmas de “polícia caçadora de bandidos” e em promoção da “polícia pedagoga da cidadania” (Balestreri, 1988). Uma infiltração legalizada e subsidiada pelo próprio Estado, que, sob a forma de “Código de Ética”, cursos e treinamentos sistemáticos, proporciona a centenas de policiais momentos de reflexão sobre si mesmos, sobre sua auto-estima, sobre as dificuldades e as conseqüências da sua prática no âmbito militar e na sociedade como um todo. No “Manual de Prática Policial-Geral” (2002), busca-se uma padronização de procedimentos técnicos, norteadas pelas diretrizes dos Direitos Humanos. Nele está sendo plantada uma semente de um outro perfil policial-militar. Logo no início do manual, em “Princípios Fundamentais,” encontra-se uma valiosa recomendação:

Antes de iniciar o estudo dos procedimentos básicos para sua atuação operacional, é imprescindível que, por um momento, se reflita sobre quem você é, qual o seu papel como policial e qual a melhor maneira de executar o seu trabalho. Em primeiro lugar, é necessário frisar que o policial é um cidadão e, quando está em patrulhamento, está em contato direto com outros cidadãos como ele, sendo todos membros da mesma sociedade, incluindo aí, os eventuais cidadãos infratores. O policial é, entretanto, um cidadão comum da sociedade, diferenciado apenas pela sua qualificação e pelo fato de ser um cidadão a serviço da população. (p. 07)

Trata-se da emergência oficializada, da permissão oficial, do ser humano na padronização e na hierarquia militar. Pode-se inferir que, sob a égide dos Direitos Humanos, está sendo cultivado, na Polícia Militar de Minas Gerais, um promissor fenômeno de humanização, não obstante a enclausurada estrutura militar. A própria corporação, como já dito, em algumas práticas evidencia consciência da necessidade de proporcionar flashes de individualidade sob a homogeneidade da farda e a padronização da técnica policial.

Reconhece, oficialmente, que o militar precisa viver a sua própria condição de cidadão, para que possa atuar no exercício da cidadania do civil. Busca-se eficiência, na modalidade de policiamento comunitário e no treinamento ostensivo, aproximando o “eu” militar ao “eu” paisano. Contudo, tais diretrizes convivem em desarmonia com valores opostos, enraizados e inerentes ao militarismo, os quais buscam reprimir a subjetividade em busca de uma excelência profissional. Essa dialética acaba por embarçar um direcionamento progressivo na busca da salubridade ocupacional dos profissionais de segurança.

Quanto à peculiaridade do exercício policial, ele constitui em si mesmo um fator preocupante à saúde. Conforme mencionado no artigo “Estresse Acumulado ou Burnout” (Bartholo, 2004), quando os militares não são solicitados para fortes exposições, estão nas ruas em busca de solução aceitável para algum conflito, por mais ameno que seja. Nesse caso, segundo Mitchell e Bray (1990), as duas circunstâncias, as traumáticas e as não traumáticas, repetidamente, tendem a constituir-se em estímulos tóxicos. A gravidade de tais estímulos se caracteriza nas ocorrências nas quais haja familiaridade, por parte dos policiais, com os conflitos que requerem intervenção e nos atendimentos que envolvem os incidentes críticos, risco de vida iminente. Com frequência, o policial corre risco de vida dentro dos ônibus coletivos, indo e vindo do trabalho, entre becos de favelas nos quais os infratores conhecem melhor o espaço geográfico, incursões essas nas quais ele se encontra, muitas vezes, em desvantagem de equipamento, nem sempre tecnicamente preparado e tampouco articulado com sua equipe. Polícia trabalha 24 horas por dia, portanto, existe a escala de turno alternado com jornadas de trabalho de 8 a 12 horas, que pode ser considerada mais um fator de desgaste físico e psíquico. Mitchell e Bray (1990) consideram que o trabalho em turno é um agente intrinsecamente estressante pois rompe tudo, desde o ritmo biológico à vida social. Ainda, a função policial vem sendo prejudicada com o índice e a diversidade de consumação da violência, que está fazendo com que o risco que envolva a profissão permaneça, inclusive, nos momentos de folga. A audácia dos infratores surpreende os policiais e estes por vezes tornam-se alvos de vingança daqueles. O discurso das praças mineiras revela o “custo da farda”:

- a gente virou alvo de bandido, a família da gente também, eles sabe que é o bem mais precioso que a gente tem. É Deus que não permite que a gente vai ainda... (Sic)

- Eu tenho inveja do cidadão civil, viu? A gente tá mais inseguro que as pessoas que a gente tem que dar segurança. Eu levo minha arma pra todo lugar que eu vou, até pro banheiro. É um trinta e oito só, mas já me salvou de muita PT. Esses dias, eu tava passando na rua e vi um homem dentro de uma Kombi parada perto da calçada, quase deitado com os pés no volante, o boné na cara e a nuca assim do lado de fora da janela, dormindo! Eu não acreditei! Esse cara é doído, com essa violência toda ele dorme assim, nessa paz?! Que mundo que ele vive? No mundo da lua? (Sic)

Certamente que este, não é um habitante do mundo de polícia!

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Celton Godinho de. *A conduta disciplinadora dos Oficiais da PMMG na atualidade: analisada como efeito no movimento dos Praças de 1997*. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública). Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, 2000.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*, CAPEC-Pater Editora. Passo Fundo-RS, 1988.
- COUTO, Luiz Carlos. *Auto de Prisão em Flagrante Delito de Militares, Lavrado pela Autoridade Policial Civil*. Disponível em: <<http://www.domain.com.br/clientes/arruda>>.
- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Traduzido por Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 4ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1991. Título original: Introduction Clinique à la psychopathologie du travail.
- \_\_\_\_\_. *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Oboré, 1994.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XXI.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia de grupo e análise de ego*. Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVIII.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- KANT, Roberto de Lima. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *“Cultura Policial” em uma perspectiva comparada: Brasil/EUA*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, s/data.
- MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Manual de Prática Policial*, v. 1, Belo Horizonte/MG, 2002.
- MITCHELL, Jeff; BRAY, Grady P. *Emergency Services Stress*. 1st ed. New Jersey: A Simon & Schuster Company, 1990.
- NOGUEIRA, Geralda Eloisa Gonçalves; MOREIRA, Andréa de Las Casas. As formações grupais e seus efeitos nas instituições Policiais Militares. *Revista de Psicologia: saúde mental e segurança pública*. nº 1. p. 35-39, jan./dez. 1999.
- RIBEIRO, Ib Martins. Índice Alarmante de Suicídio na PM de São Paulo. *O Estresse Policial*. Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 13-17, mai.1993.
- ROMANO, Ana Sílvia Penteadó Fiore. *Levantamento das fontes de stress ocupacional de Soldados na Polícia Militar e o nível de stress por eles criado: uma proposta de um programa de controle do stress específico para a Polícia Militar*. 1989. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica. Campinas, SP.
- ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. *Tipos Psicológicos Junguianos e Escolha Profissional: uma investigação com Policiais-Militares da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Vetor, 1995.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. São Paulo: Revam, 1994.



## **AGARRE - AGRUPAMENTO DE APOIO PARA RECUPERAÇÃO RECÍPROCA: uma alternativa de tratamento possível para os dependentes de álcool na PMMG**

*Ana Cristina Alves de Souza*  
*2º Tenente Psicóloga da PMMG*

O uso de bebidas alcoólicas é tão antigo quanto a própria Humanidade. Determinar o limite entre o beber social, o uso abusivo ou nocivo de álcool, se torna muito difícil, pois esses limites são tênues, variam de pessoa para pessoa e de cultura para cultura. O alcoolismo não escolhe cor, sexo, profissão, condição financeira e muito menos posto ou graduação. Podemos afirmar que o alcoolismo hoje é o maior desafio da área paramédica da Polícia Militar de Minas Gerais e porque não dizer de todas as instituições militares de todo o mundo.

No 3º BPM, com Sede na cidade de Diamantina, após alguns anos de “escuta” clínica, percebemos algumas particularidades específicas que nos saltam aos “ouvidos”, através de discursos comuns como: o começo do beber foi socialmente como acontece com qualquer jovem em busca de aprovação social; o estresse policial-militar favorece a busca por alívio imediato e prazeroso através da bebida alcoólica; o meio social das cidades onde atuam também favorece esta busca, visto não se ter outra coisa para fazer no horário de folga.

O descontrole financeiro é eminente, pois somam uma quantia muito grande em bares e botecos, tornando impossível a realização de sonhos mais prementes, como adquirir moradia própria, automóveis e etc. A estagnação na carreira militar também é evidente, pois permanecem na mesma graduação até o final de carreira, sem falar do descrédito entre seus companheiros de farda, bem como da sociedade.

Todavia, o que mais se “escuta” é o difícil relacionamento familiar, acarretando inúmeros desentendimentos em seu núcleo, bem como o não acompanhamento do desenvolvimento gradual de seus filhos, sem falar da questão moral diante deles, visto se tornarem uma referência de fragilidade, descontrole e negação diante de fatos em que o alcoolista se envolve.

O quadro que se apresentava no ano de 2001, com referência ao uso imoderado de bebida alcóolica entre os militares do 3º BPM era muito preocupante. A Unidade possui sob sua responsabilidade 44 municípios e 52 Frações da Polícia Militar. Foi comprovado estatisticamente através da monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) do então Chefe da Seção de Recursos Humanos (SRH) da Unidade, o Sr. Cap PM Wilmar Reis Batista, que o número de militares que faziam uso de bebida alcoólica no 3º BPM era maior se comparado com o número de militares de outras Unidades. Esse número fugia ao nosso controle, inclusive com histórias de várias transgressões disciplinares, internações, vindo a acontecer dois óbitos provenientes do uso abusivo de bebida alcoólica.

Diante desses fatos, o atendimento clínico tornava-se um mero espaço de acolhimento e escuta das mazelas físicas e psicológicas advindas do uso imoderado de bebida alcóolica dos policiais militares. Estávamos diante da necessidade de desenvolver um trabalho preventivo e curativo, a fim de minimizar os problemas dessa natureza. As intervenções terapêuticas serviam como assistência para aquilo que parecia não ter mais solução, pois as recaídas eram constantes e as internações frequentes.

Aqueles militares que procuravam tratamento já estavam no fundo do poço, em voltas às dificuldades, desesperanças, auto-estima extremamente baixa, sintomas depressivos, marcas indelévels daqueles que sofrem do alcoolismo. Em sua maioria, traziam em suas fichas profissionais alterações e punições com a transferência para a Sede da Unidade, a fim de tratamento médico e psicológico. Como então resgatar a auto-estima desses militares se estavam longe de seu ambiente familiar, com dificuldades financeiras provenientes do distanciamento, com sentimento de revolta e culpa e sendo alvo de críticas e preconceito por parte de seus chefes e colegas de trabalho?

A coordenação deste Projeto ficou na responsabilidade do então Comandante da Unidade, o Sr. Ten Cel PM Heli José Gonçalves, da Psicóloga da Unidade, e também da 3º Sargento PM Adalgisa Gomes Teixeira, apoiados pelo Médico da Unidade, o Sr. Ten Cel QOS Alvimar dos Reis Gonçalves, e supervisionado pela Psicólogas do CRA (Centro de Referência do Alcoolismo). Hoje temos recebido o mesmo apoio incondicional do Sr. Ten.-Cel. PM Sérgio Augusto Veloso Brasil, atualmente no Comando da Unidade.

É muito importante ressaltar que o apoio e o envolvimento pessoal do Comandante da Unidade naquela época foram fundamentais para o sucesso deste projeto. O Comando da Unidade estava oferecendo uma nova possibilidade aos militares alcoolistas que não a punição e degradação da auto-estima, e sim a conscientização de que são doentes dependentes do álcool e como tal precisavam do devido tratamento. Era necessário criar um espaço para fazer emergir o sujeito por trás do comportamento destrutivo acarretado pelo consumo imoderado de bebida alcoólica.

A idéia foi criar um trabalho de grupo com reuniões mensais com a Psicóloga da Unidade, utilizando recursos variados, como dinâmicas de grupo, apresentação de filmes, palestras conscientizadoras com o objetivo de possibilitar a troca de experiência entre aqueles militares que já gozavam da sobriedade, aqueles fracos diante desta possibilidade, porém com o desejo de adquiri-la e aqueles que nem tinham formalizado tal desejo, mas possuíam inúmeras transgressões disciplinares decorrentes do uso imoderado de bebida alcoólica. Desta forma, queríamos tentar conscientizar a todos sobre a sua doença, e oportunizar a escolha consciente entre permanecer ou não na conduta destrutiva diante do consumo indevido de bebida alcoólica.

Novo levantamento foi feito através do estudo das fichas profissionais de todos os militares do 3º BPM com os perfis anunciados anteriormente e onde havia registros em Boletins Internos de transgressões disciplinares provenientes do uso imoderado de bebida alcoólica. Assim, constatamos 34 militares com o total de 19 transgressões disciplinares.

Outro objetivo deste trabalho foi envolver toda a tropa do 3º BPM, no sentido de não discriminação dos militares alcoolistas, inserindo o sistema de apadrinhamento voluntário. Os padrinhos acompanham e acolhem seus afilhados neste processo de reabilitação em busca da sobriedade. Desta forma, se reforça a idéia de que o problema do alcoolismo é muito complexo e não é de responsabilidade somente da área paramédica da Instituição.

As três primeiras reuniões tiveram o caráter obrigatório, sendo sujeitos à punição aqueles que descumprissem essa ordem. A partir da terceira convocação, a presença nas reuniões foram voluntárias. O comando da Unidade apóia no deslocamento do militar até a Sede, através de transporte solidário, autorizando o deslocamento de viaturas por Cias PM e Pels PM.

A primeira reunião do AGARRE foi realizada em 29 de abril de 2002 e a escolha do nome foi realizada na terceira reunião através de sugestões dos integrantes e votação logo em seguida. O nome AGARRE – Agrupamento de Apoio para Recuperação Recíproca não continha a palavra alcoolismo e sugeria dar as mãos, abraçar uma causa, agarrar mais do que nunca a oportunidade que o Comando da Unidade estava oferecendo de tratamento.

Após a quarta reunião que se realizou voluntariamente, registramos 21% de militares que desistiram do trabalho. No entanto, com apenas cinco meses do início do trabalho, as transgressões disciplinares diminuíram de 19 para 06, até agosto de 2002, quando já vigorava o CEDM (CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS). Até esse período, percebemos um relativo avanço na mudança de comportamento dos integrantes do AGARRE. Poucos pararam de beber bebida alcoólica completamente, porém muitos diminuíram consideravelmente o consumo e nenhum daqueles que gozavam da sobriedade teve recaída.

Em momento algum pretendíamos que o projeto viesse curar este ou aquele militar. A idéia de salvação não se encaixa na realidade do alcoolista, visto tratar-se de uma doença incurável, com repercussões negativas diversas e de ser indispensável a autonomia do paciente perante o seu desejo de manter-se sóbrio.

Adotamos então a filosofia de redução de danos que nada mais é que uma alternativa de saúde pública que concebe o alcoolismo como uma doença biológica-genética que requer tratamento. Os efeitos negativos do álcool são avaliados em termos de serem prejudiciais ou favoráveis ao seu usuário e à sociedade como um todo, e não pelo comportamento ser considerado, em si, moralmente certo ou errado. A redução de danos reconhece a abstinência como resultado ideal, mas aceita alternativas que reduzam os danos e encoraja os indivíduos a “dar um passo de cada vez” para reduzir as conseqüências prejudiciais de seu comportamento. Quaisquer mudanças que uma pessoa sinta-se capaz de fazer, que sejam “passos em direção certa”, para reduzir os danos.

Desta forma, cada integrante do AGARRE tem hoje a noção de seus próprios limites diante do álcool, que é pessoal e intransferível, até mesmo aqueles que continuam com o mesmo comportamento anterior perante o álcool, pois é ele mesmo que decide se quer continuar bebendo e em qual quantidade, estando sujeito a punições e a arcar com quaisquer conseqüências que deste comportamento advierem.

Até meados de 2003, o desenvolvimento do projeto sofreu algumas alterações sugeridas pela equipe de Psicólogas do CRA. Devido à crescente procura do pessoal da reserva para ser incluído no AGARRE, tivemos que dividir o grupo em dois, a fim de possibilitar que todos os integrantes pudessem verbalizar suas experiências com o álcool, permitindo um maior acompanhamento da Psicóloga e maior integração de seus membros. Todavia, todas as confraternizações foram realizadas com o grupo inteiro. Em princípio, o grupo resistiu a sua divisão, mas depois pôde perceber os efeitos positivos que essa decisão acarretou.

Foi implantado também um grupo de apoio terapêutico com as esposas dos integrantes do AGARRE da Sede do 3º BPM. Partimos da concepção de que existe uma intrínseca relação entre os componentes de uma mesma família, constituindo assim uma dinâmica que permeia e influencia mutuamente comportamentos, criando vários vínculos, expectativas e afetos.

No núcleo familiar de um dependente de álcool, a dinâmica das interrelações existe de forma doentia. Os integrantes que compõem esse núcleo são pessoas tristes, vítimas de si e do outro, perdidas em um emaranhado de acusações e culpas. O discurso das esposas revela desânimo, descrédito, tentativas frustradas, permeadas por dor e sofrimento. Por vezes, o familiar, sem o saber, colabora para o agravamento do quadro e assume atitudes que são facilitadoras, que pode reforçar o comportamento de beber do alcoolista. Por medo de que o marido se prejudique ou perca o emprego, as esposas deixam de expor o seu sofrimento, escondem o real motivo por seu marido não estar bem de saúde, justificam a ausência do marido do lar e do não acompanhamento no desenvolvimento de seus filhos e muitas outras justificativas. Ainda mais em se tratando de alcoolistas que são regidos por um regulamento militar que exige obediência às normas, cumprimento de ordens, responsabilidade com horário, higiene, compromisso com a sociedade e etc.

O trabalho terapêutico com a esposa permite o desabafo, o compartilhar experiências, propiciando o esclarecimento sobre o que é o alcoolismo, evitando que adoeçam junto com seus maridos e principalmente resgatar a auto-estima delas diante de esforços que porventura não sejam recompensados e surjam sentimentos de impotência e sensação de estar se anulando. Na verdade, se faz necessário formar uma aliança saudável em busca da recuperação de seus maridos.

É importante ressaltar que, de agosto de 2002 a agosto de 2003, foi registrada apenas uma transgressão disciplinar no inciso VI do art. 13 do CEDM, que dita como punição: Apresentar-se com sinais de embriaguez sob efeito de outra substância entorpecente, estando de serviço, fardado, ou em situação que cause escândalo ou que ponha em perigo a segurança própria ou alheia. Este Inciso é o único no CEDM que trata de punições com relação ao uso abusivo de bebida alcoólica na PMMG. Nesse período, ocorreu ainda uma internação em Centro de Reabilitação de Alcoolista em Belo Horizonte. O mesmo militar que foi punido, foi também internado a fim de tratamento médico e psicológico.

Avançando no tempo, de agosto de 2003 a agosto de 2004, pudemos constatar, com bastante entusiasmo, que 20 militares da ativa fazem parte voluntariamente do AGARRE e 06 do quadro da reserva participam esporadicamente, hoje com o retorno do grupo inteiro, sem a divisão anterior, sendo que não foi registrada nenhuma transgressão ao Inciso VI do art. 13 do CEDM. Registramos uma reforma compulsória

avaliada e decidida pela JCS com um militar com 23 anos de serviço, proveniente de seu uso imoderado de bebida alcoólica com várias histórias de recaídas graves e internações constantes.

Desta forma, constamos a seguir um quadro comparativo que revela em números a situação dos integrantes do AGARRE no início da sua implantação e nos dias atuais.

**QUADRO 1 - COMPARATIVO DA SITUAÇÃO DOS MILITARES DA ATIVA ENTRE OS ANOS DE 2002 E 2004.**

	2002 ( 34 integrantes)	2004 ( 20 integrantes)
Pararam de beber completamente após o ingresso no Agarre:	9 %	45 %
Permaneceram sem beber:	20 %	15 %
Diminuíram o consumo:	33 %	30 %
Desistiram de participar:	20 %	0
Participam como Padrinhos:	9 %	0
Continuaram com o uso imoderado:	9, %	10 %

Fonte: Seção de Assistência à Saúde do 3º BPM (SAS)

Importante enfatizar que todos os integrantes do AGARRE que vieram a fazer parte do quadro de reserva nos últimos anos, sem exceção, tiveram recaídas graves. No entanto, vêm retornando ao grupo por iniciativa própria em busca de ajuda. Esta é uma questão que dá margem para analisarmos até que ponto a aposentadoria está na mente dos integrantes da Corporação como uma possibilidade de ação em favor da liberdade incondicional e irrestrita após longos anos de estresse, compromisso, desgaste físico e mental, obediência ao regulamento militar. Desta forma, lembramos a importância de estar sendo trabalhada a questão do alcoolismo no PPI (Programa de Preparação para a Inatividade) desenvolvido em toda a PMMG.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que nunca pretendemos com este projeto obter o controle sobre a situação dos militares alcoolistas. Hoje eles próprios constroem esta função, através da percepção da busca por uma melhor qualidade de vida, da conquista da credibilidade perante o meio militar e civil, da nova postura diante de seus familiares, da possibilidade de atrair bens materiais e emocionais para si e principalmente com a possibilidade de junto com sua família voltarem a sonhar novamente.

**REFERÊNCIAS**

- BRASIL, Presidência da República Secretaria Nacional Antidrogas. *ÁLCOOL: O que você precisa saber*. 4ª ed. Reimp. 2003.
- LARANJEIRA, Ronaldo e Ilana Pinsky. *Mitos e Verdades - O Alcoolismo*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LAZO, Donald M. *Alcoolismo - O que você precisa saber*. São Paulo: Paulinas, REINDAL.1989. (Coleção conscientizar)
- MARLATT, G. Alan. *Redução de Danos. Estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*. São Paulo: Artmed, 1999.
- MICHEL, Oswaldo da Rocha. *Alcoolismo e Drogas de Abuso - Problemas ocupacionais e sociais. A realidade do trabalhador brasileiro*. São Paulo: Reiventer,1998.
- MILLER, William R. e Stephen Rollnick. *Entrevista Motivacional. Preparando as pessoas para a mudança de comportamento adictivos*. São Paulo: Artmed, 1998.
- MINAS GERAIS. POLÍCIA MILITAR. *Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002: Contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Pálacio da Liberdade, 2002.
- MURAD, José Elias. *Sobre o alcool e o Alcoolismo. Projeto Abraçando Vidas*. Belo Horizonte.2002.
- REVISTA DE PSICOLOGIA, Saúde Mental e Segurança Pública (PMMG). Belo Horizonte, nº 2, jan./dez. 2002.



# O PSICÓLOGO NA ESCOLA – PARA ALÉM DE UMA PSICOLOGIA ESCOLAR

*Maria de Fátima Andrade Chadid*  
*Capitão Psicóloga da PMMG*

O tema propõe tratar as possibilidades de intervenção do psicólogo que atua na escola, bem como levantar alguns conceitos, paradigmas e desafios que cercam a sua praxis no cotidiano da instituição. Para sustentar essas reflexões utilizaremos aportes da psicossociologia e da psicanálise.

Não é novidade que problemas da contemporaneidade giram em torno de questões sociais e que eles não são privilégios de países em desenvolvimento e, portanto, já alcançam uma dimensão global. Dentre os temas mais explorados e debatidos na mídia, e, inclusive, objeto de estudos das disciplinas sociais, da psicologia e da psicanálise, temos:- a questão da violência, da mudança na estruturação da família e das novas formas de laço social, como: uso de drogas ou adesão a grupos marginais. Nesse sentido, vemos que há uma crescente preocupação com o futuro dos adolescentes e das crianças em todos os aspectos, e busca-se a mobilização de diversos setores da sociedade e de campos do saber para possíveis soluções para essas questões.

Entretanto, tais questões fazem parte do cotidiano da escola e, em maior ou menor intensidade, são trazidas por seus alunos, através de relatos ou das conseqüências apresentadas, seja através de atualizações de agressões sofridas em seu próprio meio, ou através de sintomas de inibição da aprendizagem. O que ocorre é que a escola encontra-se despreparada para lidar com essa realidade que ultrapassa o domínio educacional abrangendo outras esferas como a social e a psicológica, sendo que, a primeira é da ordem do coletivo, e a segunda, da ordem do singular.

Além disso, a escola, tem sido relegada, ao longo dos anos, por parte dos órgãos governamentais e da sociedade e em seu abandono enfrenta novas questões para as quais não tem resposta, situação que justifica, muitas vezes, sua omissão e resistência, ao enfatizar que o seu papel é, unicamente, o de ensinar os conteúdos previstos.

Por outro lado, vemos também que a psicologia escolar tem recuado, diante dos desafios a ela apresentados, e das oportunidades que a escola propõe ao psicólogo na atuação e prevenção das questões psicossociais.

Para tanto, torna-se necessário desmistificar conceitos que vêm afastando o psicólogo do trabalho na escola, situação que, inclusive, já apresenta reflexos a partir de sua formação acadêmica, colaborando para a manutenção de estigmas, que tanto encobrem, como revelam alguns dos impasses enfrentados pelo profissional.

Pensamos que um dos aspectos intervenientes diz respeito às críticas sobre a função e o papel da escola, e que incidem sobre os que nela atuam, sejam professores, sejam pedagogos ou psicólogos.

A função da instituição escolar tem sido alvo de especulações e análises, às vezes, contraditórias, entre teóricos, segundo Gouveia (1976). A autora destaca entre as correntes mais conhecidas as que apontam a escola como apenas reprodutora da sociedade de classes<sup>1</sup> e, portanto, alienadora, e, como contraponto as correntes que atribuem à escola uma função de socialização<sup>2</sup>, servindo de transição entre a

<sup>1</sup> Baudelot e Establet, 1971 em sua obra defendem a concepção de que a educação serve como modo de dominação das classes socialmente favorecidas, reproduzindo a estrutura de relação e poder e controlam os significados culturais legitimando-os. Para Althusser (1974), “a escola funciona como um aparelho ideológico do Estado”, diminuindo a necessidade de recorrer-se às formas de coação mais ostensivas empregadas pelos aparelhos repressivos – o Exército, a polícia e os tribunais.

<sup>2</sup> Moore, 1963; Inkeles, 1969; Armer e Youtz, 1971; Parsons, 1959 e Dreeben, 1967.

família e a sociedade, preparando o indivíduo para o trabalho, através do pensamento científico e de informações variadas que lhe propiciem uma visão de mundo e sua ação sobre ele.

Há, ainda, aqueles que não atribuem à escola qualquer influência no sentido de produzir mudanças nas atitudes e valores. Obviamente, cada pessoa que trabalha na escola se posicionará de acordo com uma ou outra concepção sobre a função de escola. Nesse sentido, consideramos que a adoção de uma posição ética, portanto, não ingênua, possibilita reconhecer que a escola não é neutra, por constituir-se como um fator determinante na subjetividade de seus educandos.

Diante desse cenário, deparamo-nos ainda com críticas sobre o papel do psicólogo escolar, que segundo Patto (1997), seria mais um especialista que, sem uma base epistemológica, ética e política, atuaria na escola colaborando para a patologização e alienação dos sujeitos.

É inegável que, em algum momento de sua história, a psicologia escolar, tenha se prestado, ingenuamente, a estar a serviço de uma ideologia de exclusão quando justificou o fracasso escolar de crianças e adolescentes, unicamente, pelo diagnóstico de aspectos psicológicos, intelectuais ou familiares, sem considerar os aspectos político-sociais e os atravessamentos institucionais. Ao psicólogo resta uma saída, é pela via da problematização contínua, atentando para o risco de envolver-se com demandas, que apenas mantêm o “*status quo*” e que encobre situações geradoras de oportunidades de análises.

A escola, como instituição, é palco de situações em que seus sujeitos - educandos e educadores - muitas vezes, se encontram impossibilitados de falarem e de se escutarem, em sua queixas, de forma a se implicarem em suas ações. Esse processo provoca nos sujeitos uma ruptura entre pensamento e ação, desencadeando expressões de agressividade auto ou hetero dirigidas e, portanto, pedem uma leitura. Kaes (1991) analisa que “*qualquer que seja a instituição, acontece dela expor os seus membros a experiências muito angustiantes, sem lhes fornecer, em contrapartida, experiências suficientemente satisfatórias, e, antes de mais nada, mecanismos de defesa para se protegerem contra essas angústias*”.

É a partir de um dispositivo de escuta que uma queixa poderá ser revertida em uma implicação do sujeito em seu sofrimento ou que possa fazer um endereçamento de suas demandas. Portanto, cabe ao psicólogo, na instituição escolar, oferecer um espaço de escuta, para que os sujeitos que nela integram, possam retificar suas posições diante do seu sofrimento e assim produzirem mudanças.

No entanto, nas instituições, as mudanças são lentas, e, às vezes, surgem de situações críticas em que as certezas são abaladas, momento das falhas e fraturas. É quando existe a possibilidade do surgimento do novo, do criativo.

Muitas vezes, o psicólogo é chamado a intervir como último recurso, para uma relação já desgastada entre aluno e professor, aluno e escola e que aparece sob a roupagem de “aluno indisciplinado” ou “aluno sem limites”. A postura do psicólogo, a meu ver, é a de primeira mão acolher a demanda de atendimento ao aluno, mesmo que não concorde com o encaminhamento dado pela escola, mas não necessariamente responder pelo aluno. Assim, ao se colocar disponível a escutar o aluno, como também, a angústia daqueles que o encaminharam, poderá favorecer o surgimento de algo novo, significativo e passível de interpretação. Sua intervenção propiciará o desvelamento de distorções na comunicação, preconceitos, posições de autoritarismos e assujeitamentos que inibem a criatividade e o afloramento das diferenças, inerentes à subjetividade humana. Dessa forma, diluem-se posições defensivas de vitimização e culpabilidade, que enrijecem as relações, abrindo possibilidade de compreensão e permissão para se pensar sobre as causas e conseqüências a partir do envolvimento de todos.

A exemplo, lembro-me de uma situação trabalhada por uma psicóloga em uma escola de ensino fundamental em que a professora a procurou, encaminhando-lhe um aluno de oito anos, que, segundo a professora, estava tendo comportamentos exibicionistas e precoces em relação à sexualidade, por ter tirado a camisa em sala de aula, motivo pelo qual chamou a mãe da criança. A psicóloga se colocou disponível a escutar, trabalhando com a professora o incômodo que a mesma sentira, levando-a a se perguntar sobre o que naquela cena a horrorizava, remetendo-a às suas próprias dificuldades em relação à sexualidade.

É comum o procedimento na escola de se estar sempre chamando a família para que esta justifique qualquer comportamento que não esteja de acordo com o esperado. Isso causa uma indisposição da família em relação à escola, por ficar como depositária das perguntas que não foram elaboradas dentro da própria instituição, ou seja, aspectos que fazem parte do desenvolvimento infantil, de como lidar com as questões da singularidade do aluno e trabalhá-las no contexto escolar. Quando esses aspectos não são questionados e refletidos, dentro da escola, por parte das pessoas que nela atuam, perde-se a possibilidade de elaborá-las e de se pensar novas respostas. É como se a instituição colocasse de fora uma questão que poderia ser buscada dentro dela mesma.

Atuar na escola, estando dentro dela, é de certa forma reconhecer a própria vulnerabilidade de estar exposto às cristalizações, que as instituições impõem a seus sujeitos. Entretanto, tal constatação não pode servir como justificativa para que o psicólogo se esquive desse desafio. Torna-se necessário então, realizar um constante movimento de “imersão” num processo de “estar dentro e fora”, não se fechando totalmente na instituição. Dessa forma, sustenta-se a “incompletude”, evitando o adormecimento, tão comum àqueles que nela estão inseridos.

Na instituição escolar, a psicologia tem a oferecer uma intervenção específica e diferenciada em relação ao saber pedagógico. Apoiada na psicanálise, o olhar da psicologia se dirige para a singularidade de cada caso, para a história de cada um dentro de um contexto, porém, perpassada pelo inconsciente - mola mestra do desejo - . Crê-se, portanto, que o saber se transmite na relação por intermediação da palavra e de seus significados. Por sua vez, o saber pedagógico apóia-se em modelos e nas formas como se processa o ensino e têm, por isso, um importante papel na educação, porém esbarra, em limites de ação, por mais que se cuidem das técnicas ou dos métodos. Pensa-se, por exemplo, que para se manter a disciplina na escola basta estabelecer regras mais rígidas, ou que, para que o aluno possa aprender melhor seja suficiente alterar a metodologia, sem que se questionem as relações na escola e as particularidades de cada situação.

Muitas vezes, a contribuição da psicologia na escola consiste em esclarecer sobre o caráter subjetivo de um sintoma apresentado por um aluno, relacionando-o ao conflito psíquico, como não sendo possível ser suprimido de imediato, pois o tratamento requer um tempo. Com isso, busca-se reduzir a pressão sobre o aluno, no sentido de que ele dê uma resposta, no tempo previsto pelos resultados avaliativos, esperada pela escola. Ao mesmo tempo, tem que se cuidar, para que não ocorra o mal entendido de que o sujeito seja todo ele apreendido e nomeado a partir de seu sintoma, como por exemplo, o “aluno hiperativo”.

O psicólogo necessita, portanto, de uma formação tanto especializada, como geral, abrangendo desde a psicologia social, a institucional e a clínica. A formação do psicólogo requer, sobretudo, desvincular-se do estigma “escolar”, denominação que, como já vimos, encontra-se estagnada. Para tanto, propõe-se a mudança do estatuto da “psicologia escolar” para o estatuto “psicólogo na escola”. Estatuto que aponta para um movimento, que permite lidar com o imprevisível.

Nesse sentido, nossa experiência na escola nos revela ser possível criar novas formas de trabalho. Trata-se de um atendimento a crianças e adolescentes que procuram um espaço para falar. Para nossa surpresa, as demandas apresentadas por eles não giram, exclusivamente, em torno de questões de fracasso escolar ou problemas de aprendizagem ou disciplina, mas, principalmente, sobre suas relações com a família, os medos, as questões afetivas, os conflitos da adolescência, drogas, orientação profissional. Cada vez mais, os alunos chegam, individualmente ou em grupos e expressam, espontaneamente, o desejo de serem escutados.

No momento em que a família vive transformações ou se encontra menos influente na vida dos adolescentes, observamos que é para a escola que eles canalizam os seus anseios e conflitos e nela buscam referências. E, nesse sentido, a escola exerce um papel fundamental em sua socialização.

É significativo que, para além de uma posição política, mas principalmente ética, a psicologia tem como contribuir ativamente com a escola, através de seu método próprio: a escuta diferenciada. E, esta ética à qual me refiro não é aquela do bem e do mal, do bom ou ruim, do certo ou errado. Não se trata de uma ética avaliativa, mas da ética que pergunta sobre a realidade de cada caso e que inclui a diferença, seja ela

de sexo, de cor, de saber, de crenças ou valores. Uma ética que reconhece que, na escola, há circulação de todos os discursos. Do discurso daqueles que estão no lugar de quem ensina, daqueles que estão no lugar de quem aprende e, também, daqueles que resistem a ocupar esses lugares. Nesse sentido, a psicologia, ao transcender, exclusivamente, objetivos educacionais, poderá favorecer a reinserção dos sujeitos em suas próprias metas de vida, reconhecendo-os como desejantes e atuantes.

Na escola, cabe ao psicólogo sustentar os dispositivos de interpretação, analisabilidade e a construção, pautados na invenção. Introduzindo o conceito de impossível, dentro da instituição escolar, é, a meu ver, a melhor direção para se enfrentar alguns desafios que Freud (1936) já nos anunciava em seu texto “Análise terminável e interminável”, de que a educação é uma daquelas profissões impossíveis. Enfatizamos que, neste sentido, a noção de impossível não coincide com a noção de impotência que paralisa. O que se pretende é constatar que, por mais que se tente controlar o rumo das coisas, algo sempre escapará. Não é possível se esperar uma escola ideal. Ela não existe. Existe o aluno, o professor e o desejo de ambos. Existe a escola real, que é aquela que está, constantemente, pedindo leituras.

## REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável*. ESB. RJ. Imago. v. XII, 1979.

GOUVEIA, Aparecida Joly. *A escola, objeto de controvérsia*. In: Patto. M.H S. *Introdução à Psicologia Escolar*. 3 ed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997, p. 25-33.

KAES, René (et al.). *A Instituição e as Instituições*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1991, p. 38.

PATTO, Maria Helena S. *O papel social e a formação do psicólogo: contribuição para um debate necessário*. *Introdução à Psicologia Escolar*. 3 ed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997, p. 459-468.

# REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO AO SOROPOSITIVO

*Fátima Sueli Carreira*

*Psicóloga*

**POSITIVO.** É essa a palavra mais temida quando o paciente faz a sorologia para o HIV<sup>1</sup>. Mesmo após o pré-teste, ao ouvir o diagnóstico, o paciente sente-se como se lhe *tirassem o chão dos pés e o mundo desabasse sobre sua cabeça.*

Agora, na hora do diagnóstico, é que nós, profissionais de saúde, devemos apoiar e principalmente saber ouvir o que é enunciado e o que não é.

Uma das minhas maiores preocupações é com a possibilidade de passagem ao ato, culminando com o de suicídio após o diagnóstico. Trabalho com pessoas que portam ou possuem, no mínimo, uma arma calibre 38. Até hoje, estabeleço um bom contato com o paciente, transmitindo-lhe informações, confrontando-o com a realidade de que já estava com o vírus antes da confirmação do diagnóstico, e que isso não o impediu de participar de churrascos, torcer pelo time predileto, viajar, e que ser portador do HIV não significa morte e sim ser doente crônico. Essa preocupação não se justifica. Participar do tratamento desde a informação do diagnóstico é muito importante. Frequentemente, quando o paciente nos chega já diagnosticado, vem confuso, desesperançado, alquebrado. O trabalho então se torna muito mais árduo.

Passado o impacto inicial do diagnóstico e o entendimento de palavras como CD4<sup>2</sup>, PCR<sup>3</sup>, e outras, a vida recomeça a entrar na rotina. Os pagamentos mensais continuam. E como ficará a vida social e afetiva? Inicia-se a angústia: *Conto ou não o meu diagnóstico e para quem? E o casamento que estava nos planos como é que fica? Volto para meu setor de trabalho ou serei reformado? Poderei fazer cursos para progredir profissionalmente? No trabalho, nunca falei, sempre trabalhei com afinco e agora, como vai ser? Poderei ter filhos?* E outros tantos questionamentos...

É comum, no consultório, percebermos que, após a interiorização do diagnóstico, o paciente passa a dar outro valor à vida, isto é, o *ser* torna-se mais importante que o *ter*. Os questionamentos passam a se basear em como melhorar seus relacionamentos. Os planos para buscar a felicidade se tornam mais imediatos e concretos. Suas angústias são densas e constantes. A angústia maior que observamos no consultório é relativa ao paciente *se ver*. Há atendimentos em que o ar fica denso. Parece que saímos pesados desse contato. Pois, até que consiga tornar consciente de suas escolhas sexuais (não me refiro só a hetero, homo ou bissexualidade, mas principalmente à multiplicidade de parceiros), foram anos de mentiras, de auto-enganos, de comportamentos e atitudes sofridas e equivocadas perante a família, a comunidade e principalmente, perante ele próprio.

Pacientes que resolvem compartilhar com a família seu diagnóstico os trazem ao setor para sanar dúvidas sobre cuidados e condutas pessoais. Percebemos como estão desinformados. Muitas vezes, é nesse primeiro contato que as relações familiares começam a ser expostas. Não raro, conflitos emergem.

Com relação às condutas, explicamos que o paciente é a mesma pessoa, que não mudou. Se o prato não era separado, porque o ser agora? Se o relacionamento em casa era conflituoso, vai continuar, se a dinâmica familiar não mudar. No local de trabalho, seu diagnóstico não deve ser motivo para piorar ou melhorar sua situação profissional.

Há angústia do vazamento do diagnóstico para o local de trabalho, pois os grupos tendem a se comportar com segregação. Colocam apelidos ferinos, discriminam tudo o que não é igual ou que apresenta alguma falha.

<sup>1</sup> Vírus da Imunodeficiência Humana.

<sup>2</sup> Linfócitos T. auxiliares.

<sup>3</sup> Exame laboratorial que mede a carga viral.

Já passamos por diversas etapas de discriminação do policial nos quartéis. Houve a fase de *joga pedra na Geni*, mas perceberam que nem todas as *Geni* eram portadoras e principalmente que nem todos eram *Geni* e a fase passou. Houve a fase de *coitadinho*, pois a contaminação foi por acidente biológico em serviço (fato não confirmado oficialmente).

A fase de colocá-los afastados como os *portadores de peste* de épocas mais remotas. Naquela fase, a tropa estava expressando mais do que medo da contaminação. O fato de que o policial que apresenta alguma patologia crônica deixa de ser *superior ao tempo e a tudo*. Não é mais super-homem, torna-se vulnerável. É percebido como mortal. Essa mortalidade angustia, corrói, pois remete ao sentido da vida. Da nossa vida. Morte e vida: palavras antagônicas!

Com palestras nos batalhões, esclarecendo, tirando dúvidas e principalmente desmistificando é que hoje muitos já se expõem, contam suas experiências para a tropa e são aceitos, pois o que a tropa deseja hoje são colegas profissionais, que possam contar com eles em ocorrências, no dia-a-dia da rua e estão percebendo que ser portador do HIV não os prejudica como profissionais. Temos policiais soropositivos que já se formaram no CAS/CASP<sup>4</sup>, CFO<sup>5</sup>, CAO/CESP<sup>6</sup>, CSP/CEGESP<sup>7</sup> e outros que estão em curso.

Uma informação deve ser dada e ficar clara: o diagnóstico pertence ao paciente e só ele tem o direito de revelá-lo. Muitas vezes, esse direito não é respeitado. O paciente se vê invadido em sua privacidade, despojado de sua liberdade. A única exceção para quebra de sigilo do diagnóstico que nos é permitida é em relação a parceiros sexuais fixos. Se o paciente não o informar, nós como profissionais, devemos fazê-lo.

Enfim, muitas mudanças já aconteceram. Outras necessitam ocorrer, porém, sabemos que levarão tempo, pois cultura não se modifica por resoluções ou decretos. Mas com orientação e desejo mútuo de se abrir para o novo, tudo fica mais fácil de ser assimilado, pois a vida continua para ser respeitada e vivida.

## REFERÊNCIAS

KÜBNER-ROSS, E. *Sobre a Morte e o Morrer*, Martins Fontes, 1987.

LEAL, O F (org) *Corpo e Significado: ensaios de antropologia Social* - Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS,1995.

MAILHIOT, G. B *Dinâmica e Gênese dos Grupos*. Livraria Duas Cidades, 7ª Edição,1991.

MORANDO, L. e GUIMARÃES,R. *Aids: Olhares Plurais*, Coordenadoria Estadual de DST/AIDS de Minas Gerais, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO e EMPREGO: *O trabalhador e o HIV/AIDS* - 2 ed. rev. e atual- Brasília: janeiro/2000.

PIERRE, C. *A Arte de Viver e Morrer*, Ateliê Editorial, 1998.

SILVA, R. G. (org) *Ação e Vida Respostas à Epidemia de HIV/AIDS*, Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 1996.

---

<sup>4</sup> Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos / Atualização em Segurança Pública.

<sup>5</sup> Curso de Formação de Oficiais.

<sup>6</sup> Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais / Curso de Especialização em Segurança Pública.

<sup>7</sup> Curso Superior de Polícia / Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública.

# A CONDUÇÃO DO PORTADOR DE SOFRIMENTO PSÍQUICO AO HOSPITAL EM SEUS MOMENTOS DE CRISE

*Renata Pereira de Souza*

*Cabo da PMMG, Aluna de Psicologia do Centro Univesitário Newton Paiva*

## HISTÓRICO DA LOUCURA

É a partir do século XVIII que se inicia o processo de patologização do louco.

No Renascimento, a loucura será caracterizada por dois momentos distintos: inicialmente, em um primeiro momento, a loucura é vista como saber trágico que prediz o fim do mundo, a felicidade e o castigo supremo; no segundo momento, a loucura passa a ser vista como falta de saber, como irregularidade de conduta, defeito, fraqueza e ilusão.

Segundo FOUCAULT (1994), com sua análise da loucura no Renascimento, delinea-se claramente o processo de dominação da loucura trazido pela razão. Esse momento terá como marco filosófico o pensador René Descartes, que irá excluir a loucura do pensamento, afirmando que se alguém pensa, não pode ser louco. Se alguém é louco, não pode pensar. (MACHADO, 1981)

Com isso, é instituído o lugar de saber e se exclui desse saber a loucura, fazendo com que o louco e todos aqueles que escapam às regras morais sejam excluídos da sociedade. Isso é que determina a criação de uma população homogênea, de características específicas, tratando com igualdade os desiguais, proporcionando a inclusão do excluído em uma “massa uniforme” que era então enclausurada nas instituições, que nessa época possuía ainda o caráter de se referir especificamente à loucura. Esse momento é conhecido, na história da loucura, como o grande enclausuramento, cuja função é essencialmente de cunho social, moral e político.

A primeira função do grande enclausuramento é de cunho social, na qual se reduz à questão da liberdade. Em segundo está a religião, na qual a causa da loucura não está apenas nas paixões reprimidas, mas também por não regular o tempo e a imaginação. A civilização também produz a loucura através de um trabalho científico ou por uma sensibilidade dominada pela vida social.

Partindo dessa concepção, a loucura alcançará um novo significado, deixando de ser ausência da razão para ser a perda da natureza própria do homem, interiorizando-se, tornando-se antropológica.

Com a revolução Francesa, os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade tomaram valores decisivos para a entrada dos cidadãos na política a fim de promover a ordem e a moral, podendo assim julgar a loucura. Diante das mudanças políticas, há a necessidade de desinstitucionalização dos segregados sociais tais como os doentes venéreos, as prostitutas, os feiticeiros e os libertinos. A partir daí, a medicina tomou para si a loucura, transformando-a em doença mental. Sob este aspecto, a individualização da loucura vai significar a criação de instituições destinadas exclusivamente aos loucos.

Os procedimentos adotados no interior das casas de reclusão para produzir a cura serão efetivamente técnicas de controle, relações de forças unilaterais que se formulam em termos de autoridade e de domínio, sendo a ação do psiquiatra, moral e social.

Podemos pensar neste momento a respeito da herança moral das doenças mentais, onde até na contemporaneidade escuta-se o relato preconceituoso em relação ao portador de sofrimento psíquico. Essa herança se encontra no próprio portador de sofrimento psíquico quando este nos diz que está bem, que ajuda na enfermagem, que não roubou, não matou, discutindo até a respeito da sua própria internação e não tem nenhum problema, que seu corpo está perfeito e que ele não necessita permanecer internado.

A partir daí, o paciente perde seu direito de participação no contrato social já estabelecido pela sociedade. O louco já se vê excluído dos seus direitos de cidadania e incluído para sempre na reclusão das casas de internação.

Sem “status de cidadão”, o portador de sofrimento psíquico não tem deveres e perde seus direitos. Não lhe é facultada a possibilidade de escolher, uma vez que a sociedade o julga incapaz. Alienado da razão e excluído das punições jurídicas, que não lhe permitem responder por seus próprios atos, entretanto não o impedem de ser indagado pela culpabilidade do delito cometido.

O caráter de exclusão se faz até geograficamente e topologicamente em relação às cidades, uma vez que essas casas de reclusão do louco eram construídas fora das cidades, para que o louco estivesse de fato separado da sociedade a fim de que ela não o visse e não necessitasse lidar com ele e suas questões.

Podemos perceber uma segregação dos diferentes onde se colocam os loucos de um lado e os “normais” de outro lado, mas que também determina um aprisionamento dos “normais”.

## **A REALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE**

A realidade das políticas públicas de saúde, na contemporaneidade, no que diz respeito ao segmento da saúde mental, ainda não atende ao volume da demanda atual da população.

No momento, assistimos ao desenvolvimento de uma política de direitos humanos que contempla o portador de sofrimento psíquico como um cidadão que possui direitos. Entretanto, a assistência que lhe é colocada à disposição ainda não é suficiente para atendê-lo e à toda demanda de saúde mental que se constitui ao redor dos serviços alternativos, que vem tentando substituir os espaços de exclusão anteriormente propostos.

A contemporaneidade da luta antimanicomial vem neste momento dar voz ao louco e tenta resgatar a sua cidadania, seus direitos e deveres.

Por outro lado, chama a minha atenção a persistência do discurso moral citado na fala de pacientes, quando estes dizem que já ajudam na enfermaria, já estão fortes e que não cometeram nenhum crime para permanecerem internados. Surpreendo-me que ainda na atualidade dos discursos sobre os direitos de cidadania, sejam usados pelos aparelhos de repressão do Estado, especificamente a Polícia Militar, a quem é feito o pedido de auxílio para o encaminhamento do portador de sofrimento psíquico ao hospital pela sociedade e por seus familiares nos seus momentos de crise.

Minha preocupação a respeito do trabalho da Polícia Militar com os portadores de sofrimento psíquico não é pioneira. THOMAS SZASZ, em 1965, se preocupava com o problema da doença mental na administração da justiça. Segundo NOGUEIRA E NASCIMENTO (1994), a Polícia Militar, no Brasil, em 1984 também se preocupava em levantar o número de ocorrências que se caracterizavam como ocorrências de caráter assistencial, englobando então os atendimentos psiquiátricos.

No enorme leque de serviços prestados pela PMMG à sociedade, com o intuito de cumprir seu dever constitucional, inclui-se a assistência de doentes mentais, atendimento que não é prerrogativa dessa polícia, nem desse estado. NOGUEIRA E NASCIMENTO (1994 p. 5).

Essa foi a realidade que me levou a este projeto de estudo e o meu interesse em fazer deste, um projeto de pesquisa que visa recolher tanto a visão do paciente, quanto a visão da Polícia Militar, a consequência deste procedimento na condução clínica, em cada um dos casos.

Cedo colocou-se para mim a dificuldade de fazer deste projeto de estudo um projeto de pesquisa, uma vez que a coleta de dados se fazia no caso a caso, e as informações tinham que ser recolhidas em cada prontuário.

Comecei meu trabalho fazendo uma pesquisa de campo no Leito Crise do Hospital Galba Velloso (HGV), com a leitura de 81 prontuários no período de julho a agosto de 2002 e entrevistas com

alguns<sup>1</sup> pacientes que foram conduzidos até o hospital por viaturas da Polícia Militar no mesmo período. Entrevistei também alguns familiares dos pacientes conduzidos pela Polícia Militar e alguns policiais militares que se dispuseram a falar sobre a forma de condução dos pacientes portadores de sofrimento psíquico.

A pesquisa de prontuários se deu no caso a caso, com o levantamento de dados sobre o motivo da condução, de que maneira esta ocorreu e qual a origem da condução, dividindo-as em 6 classes: condução pela Polícia Militar, pela família, encaminhamento de outros serviços, amigos, sozinho e quando o paciente foi encontrado na rua.

Dediquei a este trabalho de pesquisa três dias por semana, no horário das 15 horas às 18 horas, durante todo o mês de julho e agosto de 2002.

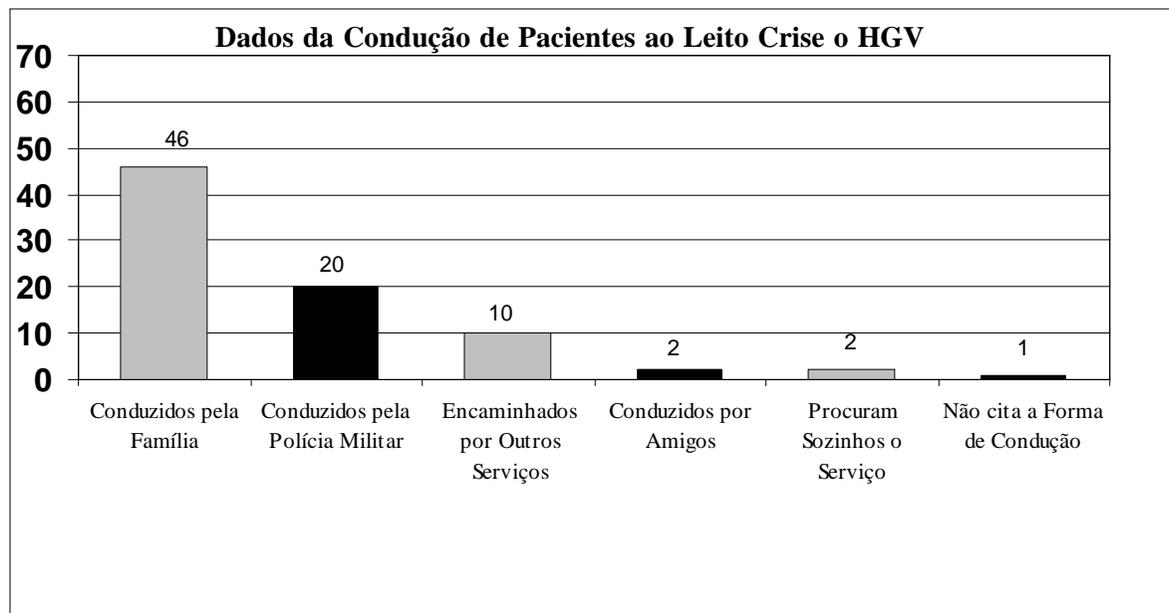
O critério de seleção da amostra foi determinado pelo período de realização da pesquisa de campo, ou seja, todos os pacientes que chegassem ao leito crise do Hospital Galba Velloso no período de julho a agosto de 2002 estavam inseridos nela.

A entrevista realizada com os pacientes conduzidos pela Polícia Militar foi formulada em um modelo semi-estuturado que continham as perguntas:

- 1 - Como você foi conduzido para o Hospital Galba Velloso?
- 2 - De que maneira foi realizada esta condução?
- 3 - Como você se sentiu durante esta condução?

Os dados encontrados em relação à forma como os pacientes chegam ao hospital acima citado estão descritos no gráfico a seguir:

**GRÁFICO I - REFERENTE À ESTATÍSTICA DA CONDUÇÃO DE PACIENTES AO HGV**



Fonte: Pesquisa em julho e agosto/2002 realizada por Renata Pereira de Souza quanto à condução de pacientes ao Hospital/Dia do Hospital Galba Velloso (HGV). Total de pacientes: 81.

<sup>1</sup> Não foi possível entrevistar todos os pacientes conduzidos ao Leito Crise pela Polícia Militar devido à condição desses pacientes ou pela falta de receptividade dos mesmos.

## OS DADOS

Neste trabalho de pesquisa de campo, obtive os seguintes dados:

Nesse período de trabalho tive a oportunidade de examinar 81 prontuários do Leito Crise, sendo que desses prontuários lidos, 46 (quarenta e seis) pacientes foram levados por suas famílias, 20 (vinte) pacientes foram conduzidos em viaturas da Polícia Militar, 10 (dez) pacientes foram encaminhados por outras unidades de atendimento, 02 (dois) pacientes foram levados por amigos, 02 (dois) pacientes foram sozinhos para o hospital. Apenas no caso de 01 (um) paciente, não foi citada a forma de condução deste até o hospital e não houve nenhum caso de paciente levado ao hospital por estarem perdidos na rua ou por indicação dos moradores do local.

Entretanto, os policiais não são os agentes mais adequados para tal serviço, pois não recebem treinamento específico para essa finalidade e são os representantes da coerção dos atos delituosos. Muitas vezes, os policiais são solicitados, pois o paciente se encontra em um estado de grande agitação. Mas, na maioria das vezes, são demandados porque os familiares ou conhecidos do paciente não souberam a quem recorrer, ou não dispunham de meios de condução mais adequados, ou até mesmo de recurso financeiro, o que os leva a acionar a Polícia Militar.

Estudiosos do trabalho policial já têm se preocupado com a realidade de situações de emergência com pessoas “mentalmente perturbadas” BITTNER (2003:71). Segundo BITTNER (2003), os policiais, reconhecem de imediato que são responsáveis pela condução do portador de sofrimento psíquico ao hospital, e que isto faz parte do seu trabalho, mas defendem o fato de que tal tarefa não é apropriada para eles. A situação local também aponta para a mesma realidade:

Inegavelmente a Polícia Militar é uma das maiores encaminhadoras de pacientes à hospitais psiquiátricos, (...) mesmo que tal atuação aconteça sobre um campo paradoxalmente desconhecido por ela e mesmo estrategicamente intocado. (MINAS GERAIS, 1993 CITADO POR NOGUEIRA E NASCIMENTO 1994)

Do ponto de vista dos pacientes portadores de sofrimento psíquico, a condução por policiais é vista com uma certa estranheza, já que no imaginário social existe uma imagem de que a Polícia Militar é dedicada ao combate à criminalidade e à coerção social. A imagem de uma Polícia Comunitária que participa dos problemas sociais ainda não habita o imaginário da maior parte da população. Isso reforça então a fala de alguns pacientes entrevistados que foram conduzidos pela Polícia Militar e relatam sentirem-se humilhados, como se estivessem sendo colocados na categoria “marginal”.

Tal fato nos remete novamente às imagens do grande enclausuramento, citado por FOUCAULT (1994) e ao estigma citado por GOFFMAM (1982).<sup>2</sup>

Segundo FOUCAULT (1994), o grande enclausuramento assinala uma passagem de uma visão religiosa da pobreza para uma percepção social que atribui à pobreza a negatividade de uma desordem moral e um obstáculo à ordem social, que condena e exige a reclusão do “louco” por sua não participação na sociedade, como uma falta moral.

Lamentavelmente em algumas das vezes, essa condução comporta uma agressão contra o portador de sofrimento psíquico, uma vez que é realizada contra o desejo do paciente, o que provoca nele um sentimento de revolta. A forma de condução realizada pela polícia pode proporcionar uma comparação entre o paciente portador de sofrimento psíquico e um marginal. Isto acontece porque, no entendimento popular, a polícia tem como atividade principal conduzir e trabalhar com os bandidos e não com o sujeito que possui um sofrimento psíquico que o coloca em crise.

Segundo BITTNER (2003), os policiais enfrentam perversão, desorientação, miséria, irresolução e incompetência com muito mais frequência do que qualquer outro agente social. Essa situação dos policiais nos leva a refletir sobre uma possível mudança, a criação de uma equipe diferenciada, preparada emocional

---

<sup>2</sup> Para GOFFMAM (1982), o termo estigma é definido como um atributo profundamente depreciativo.

e tecnicamente para o atendimento a esses pacientes, cuja conduta pouparia os outros policiais, despreparados, o desgaste emocional e a falha técnica ao se depararem com esse tipo de condução.

Poderíamos entender como o resquício de uma prática higienista, que deseja limpar a sociedade, o ato de colocar o portador de sofrimento psíquico, o marginal e o sífilítico dentro de um mesmo espaço de reclusão, sem considerar as diferenças individuais de cada grupo, assim como suas necessidades.

Sem dúvida, é necessário pensar alguma mudança em relação a esta realidade.

Na literatura sociológica sobre a polícia, vemos que alguns autores vão analisar tal função como se os agentes policiais fossem uma espécie de “lixeiros da sociedade” MUNIZ, (1999); BAYLEY (2001). Assim, observo que para muitos o fato de os pacientes serem conduzidos ao hospital em viaturas policiais vai reforçar a idéia de que os mesmos sejam uma parcela descartável para essa mesma sociedade. As próprias queixas feitas pelos pacientes evidenciam o mal-estar contido nessa forma de encaminhamento ao hospital psiquiátrico.

Naturalmente, esse fato deve-se à visão de polícia que cada sociedade comporta. Na mesma literatura (BAYLEY, 2001), podemos constatar que a função policial não se limita a coibir a criminalidade, mas que abrange qualquer fato que perturbe a ordem. Assim, se nesse texto, a função da polícia é bem mais ampla e abrange situações como prevenção à desordem, conflitos domésticos, desentendimentos de espécies diversas, orientações aos cidadãos, assistência a doentes, etc, isto não isenta a percepção social de tomá-la ali como um mecanismo de coerção de uma desordem moral.

A visão de BITTNER (2003) sobre a condução do paciente pela polícia é a seguinte:

(...) eles não recebem treinamento de fato e não têm competência nesta área, mas também tais funções não combinam com a concepção oficialmente proposta da principal vocação do policial, pois não envolve nenhuma das habilidades como perspicácia e bravura, que caracterizam a imagem do policial de primeira linha. BITTNER, (2003).

A posição de BITTNER (2003) é compartilhada pela sociedade contemporânea quando no imaginário social a visão dominante da função policial é de que esta lida com a criminalidade, então a situação do ‘louco’ que é conduzido pela polícia vai reforçar a idéia estigmatizante e excludente em relação à loucura.

Talvez, como uma saída para o problema da estigmatização do louco, pudéssemos pensar em um serviço que seja colocado à disposição da sociedade para a condução do paciente portador de sofrimento psíquico em crise até o hospital.

#### NOTA:

Gostaria de agradecer carinhosamente à Sra. **Capitão PM QOS Maria Carmen Patrocínio** pela orientação na construção deste trabalho, e por seus ensinamentos tão valiosos, e agradecer também a Sra. **Major PM QOS Geralda Eloisa Gonçalves Nogueira** e à professora **Marluce Godoy** pelas contribuições para a realização desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BAYLEY, David. *Police for the Future*. NY/ Oxford: Oxford University Press, 2001.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: Edusp: 2003.

FOUCAULT, Michel. *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro, ED Tempo Brasileiro, p. 99, 1994.

GOFFMAM, Erving. *O Estigma*. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MACHADO, Roberto. *Uma Arqueologia da Percepção*. In - *Ciência e Saber - A trajetória da Arqueologia de Michel Foucault*, Rio de Janeiro, ED Graal, p. 57, 1981.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

NOGUEIRA, Geralda Eloísa G. NASCIMENTO, Maria Henriqueta B. *A Atuação do Policial Militar no Atendimento a Doentes Mentais na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. A que Serve esta Atividade? Belo Horizonte. p. 5, 1994.

# NORMAS EDITORIAIS PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS NA REVISTA DE PSICOLOGIA, SAÚDE MENTAL E SEGURANÇA PÚBLICA.

A Revista editada pela Polícia Militar de Minas Gerais tem o objetivo de publicar pesquisas, ensaios, artigos científicos ou filosóficos, ou matérias que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e qualificação de pessoal no campo da preservação da ordem pública, nas diversas áreas do conhecimento.

As propostas de texto para publicação devem atender às seguintes formalidades:

## **1 IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Título (e subtítulo, se houver) conciso e coerente com o conteúdo da obra.

1.2 Ao final do trabalho, a ser remetido em duas vias, o autor deverá colocar seu nome completo, idade, endereços postal e, se houver, eletrônico, telefone de contato, em uma das vias, a autorização para publicação independentemente de qualquer direito patrimonial sobre a obra, conforme formulário disponível no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação-CPP.

## **2 FORMATAÇÃO DO TEXTO**

2.1 O texto original terá o limite aproximado de, no mínimo, duas e, no máximo, trinta laudas A-4, inclusive resumo, tabelas, ilustrações e referências.

2.2 Fonte “*Times New Roman*”, estilo normal, tamanho 12.

2.3 Espaço 1,5 entre linhas e alinhamento justificado.

2.4 Margens: esquerda = 3 cm; superior, inferior e direita = 2,5 cm.

2.5 Numeração: ao final da página, centralizada.

2.6 Parágrafos iniciados a 1,25 cm da margem esquerda.

## **3 ELEMENTOS DO TEXTO**

### **3.1 Elementos pré-textuais são constituídos de:**

**a) Título e subtítulo (se houver):** devem figurar na página de abertura do texto, diferenciados tipograficamente ou separados por dois-pontos (:) e expressos na língua do texto.

**b) Autor(es):** nome(s) do(s) autor(es) acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do texto. O currículo e os endereços postal e eletrônico devem aparecer no rodapé indicado por asterisco na página de abertura. Opcionalmente, esses dados podem aparecer com os elementos pós-textuais, dentre os quais os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico.

**c) Resumo na língua do texto:** elemento obrigatório, constituído de seqüência de frases concisas e objetivas e não de simples enumeração de tópicos, deve traduzir, sinteticamente, o conteúdo do trabalho. Elaborado em até duzentas e cinquenta palavras, o resumo é seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave ou descritores), conforme NBR 6028/2003.

**d) Palavras-chave na língua do texto:** elemento obrigatório, as palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Recomenda-se o limite de até cinco palavras-chave.

### 3.2 Elementos textuais

Organizar-se-ão, mesmo implicitamente, em introdução, desenvolvimento e conclusão:

**a) Introdução:** parte inicial do texto na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do texto. Trata-se do elemento explicativo do autor para o leitor.

**b) Desenvolvimento:** parte principal do texto que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme NBR 6024/2003. Parte mais extensa do texto, visa a expor as principais idéias. É, em essência, a fundamentação lógica do trabalho.

**c) Conclusão ou Considerações Finais:** parte final do texto na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos ou questões da pesquisa. A conclusão destaca os resultados obtidos na pesquisa ou estudo. Deve ser breve e pode incluir recomendações ou sugestões para outras pesquisas na área.

### 3.3 Elementos pós-textuais

São constituídos de:

**a) Resumo em língua estrangeira:** elemento obrigatório, versão do resumo na língua do texto para o idioma de divulgação internacional, com as mesmas características: Abstract (inglês); Resumen (espanhol); Précis ou Abrégé (francês), por exemplo.

**b) Palavras-chave em língua estrangeira:** elemento obrigatório, versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira: Key-words (inglês); Palabras clave (espanhol); Mots-clé (francês), por exemplo.

**c) Nota(s) explicativa(s), se houver:** a numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos. Deve ser única e consecutiva para cada texto. Não se inicia a numeração a cada página.

**d) Referências:** elemento obrigatório, elaboradas conforme NBR 6023/2002-.

## 4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Para submeter um texto à aprovação pelo Conselho Editorial, o autor deve tomar conhecimento das normas editoriais da Revista e adotá-las.

4.2 Os textos enviados para publicação devem ser inéditos e originais.

4.3 Haverá seleção de textos, mediante análise fundada nos seguintes critérios:

4.3.1 adequação aos objetivos da Revista;

4.3.2 padrão literocientífico atestado pelo respectivo Conselho Editorial;

4.3.3 adequação às normas editoriais da Revista.

4.4 Os textos poderão ser devolvidos aos autores, para as diligências recomendadas ou indicadas pelo Conselho Editorial.

4.5 Após aceitos, os textos poderão sofrer modificações quanto à forma, nunca em relação ao conteúdo.

4.6 O autor (policial-militar de Minas Gerais) será remunerado de acordo com a legislação específica da PMMG, desde que seu texto tenha sido aprovado pelo Conselho Editorial e publicado.

4.7 Os textos serão analisados sem que o Conselheiro Analista saiba o nome e outros dados qualificativos do autor (blinded review).

4.8 Os textos enviados ao Conselho Editorial serão analisados por quatro Conselheiros.

4.9 Os interessados na publicação devem encaminhar seus textos, em uma cópia impressa em papel - tamanho A4 - formato retrato - digitada somente no anverso e uma cópia em disquete, CD ou e-mail ([cpp@pmmg.mg.gov.br](mailto:cpp@pmmg.mg.gov.br)), ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, mediante ofício que conterà, obrigatoriamente:

4.9.1 cessão do direito patrimonial à PMMG para a publicação na Revista;

4.9.2 declaração de que o texto é original e inédito.

***Conselho Editorial.***

